Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

Marcelo Gomes da Silva

"Por meio da resistência": processo de profissionalização docente no Manifesto "Ao Professorado de Minas" (1900)

Rio de Janeiro
2012

Marcelo Gomes da Silva

“Por meio da resistência”: processo de profissionalização docente no Manifesto “Ao Professorado de Minas” (1900)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dra. Ana Chrystina Venancio Mignot

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Marcelo Gomes da.
"Por meio da resistência": processo de profissionalização docente no Manifesto "Ao Professorado de Minas" (1900) / Marcelo Gomes da. – 2012.
124 f.

Orientadora: Ana Chrystina Venancio Mignot.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

1. Sociologia educacional – Teses. 2. Professores – Atividades políticas – Teses. 3. Professores – Formação - Teses. 4. Educação – História – Brasil – 1900- . I. Mignot, Ana Chrystina Venancio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

rc CDU 37.015.4

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

_____ _____

Assinatura Data

Marcelo Gomes da Silva

“Por meio da resistência”: processo de profissionalização docente no Manifesto “Ao Professorado de Minas” (1900)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada em 30 de agosto de 2012.

Banca Examinadora:

_____
Prof.ª Dra. Ana Chrystina Venancio Mignot (Orientadora)
Faculdade de Educação da UERJ

_____
Prof.ª Dra. Libânia Nacif Xavier
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

_____
Prof. Dr. Marlos Bessa Mendes da Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

Aos meus pais José e Elena, por todos os ensinamentos que a universidade não é capaz de transmitir.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Ana Chrystina Mignot, pelo conhecimento compartilhado, pelas oportunidades oferecidas, pelas experiências vivenciadas e todo o aprendizado construído durante o mestrado.

Ao Professor Marlos Bessa Mendes da Rocha, coordenador do grupo de pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo inicial contato com o campo da História da Educação, que me abriu caminhos para desenvolver este trabalho. Bem como a Sabrina Dias, Vinícius Vasconcelos, Paloma Rezende, Cristiane Oliveira, Jane Paiva e Priscila Ferreira.

Aos amigos do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora pela contribuição em minha formação: Bruno Vittoretto, Diogo Campos, Isaías Souza, Pedro Vieira, Pedro Júnior, Josiana Silva, Renan Marinho, Vitor Fortes e outros que compartilharam comigo os momentos de reflexão e aprendizados.

Ao grupo de pesquisa do ProPed ao qual estive vinculado: Bruna de Mello Tavares, Jacqueline de Albuquerque Varella, Marcela Guimarães Clemente, Rory Santos França, Robson Fonseca Simões, Daiane de Oliveira Tavares, Roberto Pontes Fonseca, Valéria Crespo de Oliveira Lima, agradeço pelas contribuições, principalmente à amiga Alexandra Lima da Silva, pelos debates, conversas e ideias. Sua disciplina e dedicação sempre me incentivaram.

Às amizades construídas a partir da minha chegada ao Rio de Janeiro, que se tornaram parte da minha história nessa nova etapa de vida: Juliana Vital, Paulo Rogério, José Cláudio, Evelyn Orlando e tantos outros que marcaram de alguma forma a minha trajetória.

Aos professores do Proped: Ana Maria Bandeira Magaldi, Lia Faria, Alessandra Martinez Frota Schueler e José Gonçalves Gondra.

À banca examinadora, agradeço por disponibilizarem atenção à leitura do trabalho, ciente de que todas as contribuições dispensadas nesse momento serão fundamentais para o amadurecimento dessa pesquisa e pelos estudos que ainda virão.

À minha família que é exemplo de resistência e de luta pela vida, que enfrentou todas as dificuldades impostas pelas desigualdades sociais existentes em nosso país, agradeço pelo apoio e pelos ensinamentos.

Por fim, agradeço a Cíntia Borges de Almeida, minha companheira de vida, que está sempre, incondicionalmente, me incentivando, me fazendo acreditar que as coisas são possíveis. Ao meu amor, que ao meu lado, compartilha sonhos.

RESUMO

SILVA, Marcelo Gomes da. *"Por meio da resistência"*: processo de profissionalização docente no Manifesto "Ao Professorado de Minas" (1900). 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Examinar o Manifesto "Ao Professorado de Minas" publicado no *Jornal do Commercio* em fins de 1900 consiste no horizonte deste trabalho. Este esforço significou pensar a participação dos professores, bem como suas ações, atuações e reações, anteriores e posteriores à produção do Manifesto, como constituintes do processo de profissionalização docente. Endereçado "Ao Professorado de Minas", tinha como teor principal o apelo pela união. Traçou-se uma discussão sobre o seu conteúdo, a partir de questões emergentes do texto, como a menção a criação de uma associação docente. Somado a isso, procurou-se entender as condições de trabalho dos professores signatários e dos não partícipes do documento, no sentido de perceber as normatizações a que estavam sujeitos, na tentativa de elucidar o que significava ser professor naquele momento e que poderia ter incentivado a produção do Manifesto. Buscou-se, ainda, construir a trajetória dos quatro signatários a partir das relações que possuíam na cidade de Juiz de Fora, os espaços que frequentavam e os cargos ocupados por eles antes e depois da publicação do Manifesto. Para isso, foi preciso perceber a presença dos quatro professores em um conjunto documental variado e disperso, o que empreendeu um esforço de cruzamento das fontes, e possibilitou esboçar a trajetória desses sujeitos a partir dos lugares ocupados por eles. Por fim, empreendeu-se um movimento de reflexão sobre o público a que o Manifesto se destinava, no caso, os professores. Percebeu-se um universo de atuação desses sujeitos na cidade a partir de queixas e solicitações, assim como, de pessoas que não atuavam na profissão docente, mas que reconheciam a importância dos professores e da instrução pública, a exemplo de moradores. Utilizou-se de fontes como o *Jornal do Commercio* e o *Correio de Minas*, importantes periódicos mineiros. A trajetória dos professores foi construída a partir dos requerimentos, correspondências de professores com a Câmara Municipal, relatórios de inspetores escolares e abaixo assinados de moradores. O estudo concluiu que as ações, reações e as diversas formas de agir dos professores, inclusive o Manifesto, se constituíram como um movimento importante do processo de profissionalização da docência e do fazer-se da categoria. Pretende contribuir, deste modo, para o campo da História da Educação, incorporando-se aos estudos que tratam do estatuto da profissão docente.

Palavras-chave: Profissionalização Docente. Manifesto dos Professores. Juiz de Fora.

ABSTRACT

To Explore the Manifesto "To the Professorship of Minas Gerais"published in the Journal of Commerce in 1900 is the horizon of this research. This effort meant to think the participation of teachers and their actions and reactions, before and after the production of the Manifesto as a constituent of the process of professionalization of the teacher. The Manifesto was addressed "To the Professorship of Minas Gerais" and its main characteristic was the calling for union between them. Here, we discuss the Manifesto's content from the issues observed in its elaboration, as the mention of creating an association of teachers. Added to this, we tried to understand the working conditions of teacher's signatories and non-participants of the document, in order to understand the norms that they were subject, in an attempt to clarify what meant to be a teacher at that time. Still, we tried to understand which would be the motivations of producing the Manifesto. In the same vein, we quested constructing the trajectory of the four signatories, from the relationships they had in the city of Juiz de Fora, the circles they attended and positions held by them before and after the publication of the Manifesto. For this, we realized the presence of four teachers in a diverse and dispersed set of documents, which undertook an effort of comparing all that sources, and allowed us to construct a biographical profile of the positions occupied by these subjects. Finally, we undertook a movement of reflection on the public that the Manifesto was intended, in this case, the teachers. We noticed a universe of action of these subjects in the city from claims, demands and requests, as well as people like residents, who did not teach professionally, but recognized the importance of teachers and public education. We used sources that allowed us observing this movement, as the *Jornal do Commercio* and *Correio de Minas*, two relevant state's journals. The teachers' trajectory was constructed from the requirements, correspondence between teachers and city chamber, school inspectors' reports and the undersigned produced by residents. The study concluded that that the actions, reactions and many forms of acting teachers, including the Manifesto, constituted themselves as an important movement in the process of professionalization of teaching and the making of as category. It aims to contribute thereby to the field of History of Education, incorporating the studies dealing with the status of the teaching profession.

Keywords: Teacher Professionalization. Manifesto of the teachers. Juiz de Fora.

SUMÁRIO

	“AOS IRMÃOS DE LUTA”	8
1	**“AO PROFESSORADO DE MINAS”: O MANIFESTO DOS PREFESSORES DE JUIZ DE FORA**	19
1.1	**O discurso da união pela “simpatia de classe”**	19
1.2	**O lugar da publicação: discussões a partir da imprensa em Juiz de Fora**...	28
1.3	**Representações sobre a docência nos discursos dos inspetores escolares** ...	37
1.4	**“A espinhosa e difícil” tarefa da profissão docente**	43
2	**PENAS EM PUNHO, TECENDO A ESCRITA: SOCIABILIDADE ENTRE OS SIGNATÁRIOS DO MANIFESTO**	50
2.1	**Construindo as relações: encontros, caminhos e posições ocupadas no espaço da cidade**	50
2.2	**“Espírito de coesão” ou “energias isoladas”? Divergências entre os signatários**	62
2.3	**Para além do manifesto: ideias e ações dos signatários pós 1900**	70
3	**“OS OPERÁRIOS DO ESPÍRITO”: OS DESTINATÁRIOS DO MANIFESTO E SUAS MANIFESTAÇÕES**	80
3.1	**A queixa e o público: exposição das demandas a partir das reclamações**....	80
3.2	**“Venho solicitar” por “inteira justiça”: as melhorias necessárias esboçadas nos pedidos**	86
3.3	**Os abaixo-assinados de moradores como forma de denúncia e reivindicação**	93
4	**“UNAMO-NOS E SEREMOS FORTES!”**	104
	REFERÊNCIAS	109
	ANEXO A Manifesto “Ao professorado de Minas”.....	120
	ANEXO B Crítica ao Manifesto “Ao Professorado de Minas”	123

“AOS IRMÃOS DE LUTA”

Tecer
E ter nas
Mãos
O fio,
O desafio.
(...)
Fio que
Passa,
Perpassa,
Vai construindo
A rede.
Passo a passo,
Fazendo
Laços,
Tecendo
Sonhos.

Amauri Adolfo, 2005

Examinar o Manifesto “Ao Professorado de Minas” publicado no *Jornal do Commercio* em fins de 1900 consiste no horizonte deste trabalho[1]. Este esforço significou pensar a participação dos professores, bem como suas ações, atuações e reações, anteriores e posteriores à produção do Manifesto como constituintes do processo de profissionalização docente, na perspectiva de Antônio Nóvoa (1995) que considera o processo de profissionalização da docência gradativa, gerada a partir das relações estabelecidas entre o professor e o Estado, na qual a última etapa deste processo ocorreria no momento em que os professores se conscientizaram enquanto classe profissional, fato que se materializou na criação das primeiras associações docentes. Ele aponta, também, que “a ‘indefinição’ do estatuto e o relativo ‘isolamento social’ dos professores provoca[ram] um reforço da solidariedade interna do corpo docente e, num certo sentido, a emergência de uma identidade profissional” (NÓVOA, 1995, p.19).

Neste sentido, o Manifesto é considerado como um “fio” que, ao ser desenrolado aponta vários caminhos, o que permite interpretar o estatuto da profissão docente no período.

[1] O texto “Ao Professorado de Minas” foi publicado no *Jornal do Commercio* no dia 09/12/1900. Poucos dias após, no mesmo jornal, no dia 15/12/1900, Augusto Franco publica um artigo intitulado “O Manifesto Professoral”, criticando a publicação dos professores. Neste sentido, considera-se ao longo do trabalho o documento como sendo um Manifesto dos professores.

Ao mesmo tempo, possibilita pensar de que forma as reivindicações dos professores mineiros podem ter contribuído para esse estatuto?

A tarefa de desenrolar este "fio" remete ao primeiro contato com a história da educação ocorrido quando cursava a graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Participei de um projeto de pesquisa intitulado *Políticas de educação, escolarização e estratégias de nação: a transição Império/República,* coordenado pelo Prof. Dr. Marlos Bessa Mendes da Rocha, o que me possibilitou o acesso à documentação de várias instituições de guarda, tais como o Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, o Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, o Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, e o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

Entre os papéis guardados nos arquivos, a maioria manuscritos, encontrei diversas correspondências de diretores, inspetores e professores enviadas à Câmara Municipal e também trocadas entre eles, representados em relatórios, requerimentos, pedidos, solicitações, atas, abaixo assinados, dentre outros. Os documentos servem de indícios sobre o dia a dia dos professores, suas condições de trabalho e as relações de poder em que eles estavam inseridos.

A partir dessa documentação desenvolvi a monografia[2] onde estava preocupado com a participação dos professores na construção do sistema de ensino. Detive naquele momento na criação da Associação "União do Magistério Mineiro" fundada em 1906[3], o que a historiografia da educação e em particular os estudos de Antônio Nóvoa mostram como sendo um dos momentos da profissionalização docente[4]. Considerei a criação da associação como representante de um sentimento de categoria. O Manifesto passou despercebido por não fazer parte das minhas indagações naquele momento. Porém, seu estudo sugere que o sentimento de categoria estava presente entre os professores antes mesmo da criação da associação em 1906 e traz indícios importantes do processo de profissionalização docente e que não havia estudado na monografia.

Foi o contato com as fontes e a inquietação surgida a partir delas, que possibilitou a construção da pesquisa aqui apresentada, uma vez que aquele primeiro olhar para os arquivos

---

[2] Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, no ano de 2009, como requisito para obtenção do título de bacharel e licenciado em História. *Os professores na construção do sistema de ensino:* o reconhecimento de categoria e a culminância na associação União do Magistério Mineiro.

[3] Antes da produção da monografia apresentei um trabalho sobre a Associação: SILVA, Marcelo Gomes da. *União do Magistério Mineiro: a hora e a vez do professor: a organização dos professores mineiros do século XX*. In: Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 5; Montes Claros: Unimontes, 2009. *Anais...*

[4] NÓVOA, A. (org.). *Profissão professor*. 2.ed. Porto: Porto Editora, 1995.

esteve voltado para as reações dos professores, suas medidas tomadas em prol da instrução, ou seja, suas resistências[5].

Visitando os arquivos, entre tantos documentos, tive contato com os jornais, sob a guarda do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Pude fazer um levantamento dos periódicos de vários anos e perceber a recorrência da temática "educação" nas páginas dos jornais. Pesquisei vários jornais desde o final dos oitocentos, destacando como os principais para nossa pesquisa o *Jornal do Commercio* e o *Correio de Minas.*

Em uma dessas investidas de pesquisa, folheando as páginas do *Jornal do Commercio,* do dia nove de dezembro de 1900, deparei com uma notícia intitulada "Ao Professorado de Minas", assinada por quatro professores, J. Paixão, Raymundo Tavares, Felicíssimo Mendes Ribeiro e Francisco Paixão. Ao ler, algumas indagações emergiram. Qual era a natureza deste documento? Poderia considerá-lo um Manifesto? O que levou os quatro professores a o tornarem público? Quais as relações destes sujeitos com os outros professores da cidade? Quais os espaços que eles ocupavam que propiciaram tal publicação? Por que o *Jornal do Commercio*?

A partir das questões elencadas com a leitura do documento busquei desvendar as relações dos quatro signatários na cidade de Juiz de Fora. Neste sentido, o Manifesto "passa, perpassa e vai construindo a rede" da análise deste trabalho, que objetiva perceber nas ações dos professores, em suas diversas formas de agir, reagir, os modos encontrados por eles para se manifestarem frente às diversas situações, o que pode ter contribuído para a constituição de uma "simpatia de classe", como apontado na publicação de 1900. O texto do documento é construído em torno da ideia de união dos professores e aponta o quanto era "difícil e espinhosa" a tarefa da profissão docente.

É de conhecimento dos pesquisadores da educação as dificuldades em se produzir uma história da profissão docente no Brasil, dentre outros fatores, devido à variabilidade e diversidade dos sistemas de ensino que foram se constituindo desde o ato adicional de 1834 (Vicentine & Lugli, 2009). Diante disso, estudos de cunho regionais são imprescindíveis para composição de um quadro geral da temática que envolve a profissão docente no Brasil, pois, como indica Thompson (1981) é possível perceber, ao estabelecer uma relação de comparação entre os fatos ocorridos, separados pelo tempo e em diferentes espaços, regularidades e semelhanças nos processos sofridos pelos professores em diferentes momentos.

[5] O diálogo com a documentação está esboçado em alguns trabalhos produzidos na época que atuava enquanto bolsista de iniciação científica. SILVA, Marcelo Gomes da. *Os discursos nos regulamentos*: *discussões e adaptações às políticas públicas para a instrução primária no Brasil n século XIX*. In: Encontro Regional de História ANPUH-MG, XVI; Belo Horizonte, 2008 *Anais...*

Nesta perspectiva, a diversidade do conjunto documental analisado na investigação remeteu a estudos que ajudaram a compor um quadro de análise em diferentes eixos, abarcando trabalhos que tratam da profissão docente e discorrem sobre organização, manifestos, participação e diferentes ações por parte dos professores. O levantamento feito abarcou estudos que mesmo não tratando de Minas Gerais são importantes por trazer questões metodológicas e teóricas dentro das suas análises, que ajudaram a pensar o trabalho que propus. De outro modo, foi preciso pensar estudos produzidos no âmbito mineiro e da cidade de Juiz de Fora. Enfim, foram considerados estudos que, de alguma maneira, dialogam com as fontes utilizadas, no sentido de ajudar a problematizar os documentos selecionados como vestígios para a realização da dissertação.

Assim, mostrou-se relevante o trabalho de Denice Bárbara Catani (2003) sobre a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo[6], que analisou a associação a partir da revista da entidade, que expunha todos os anseios dos professores no início do século XX. O estudo possibilita refletir sobre o processo sofrido pelos professores de Juiz de Fora, que mesmo não estando organizados em associações, como anunciado no Manifesto em pauta, era ainda "uma força espalhada", na qual os professores, com suas ações cotidianas, seus reclames, pedidos, suas formas de agir, em certa medida, também ajudaram a "criar um domínio de atuação [...] instaurando o debate sobre o seu próprio trabalho" (CATANI, 2003, p. 219).

A literatura que trata da profissão docente contribuiu para a análise, dada à complexidade que envolve o tema. Os professores devem ser entendidos como um grupo heterogêneo, como alerta o estudo de Ilíada Pires da Silva[7], que percebeu como alguns se constituíram como um grupo dentro da Associação Beneficente do professorado do estado de São Paulo. A autora analisou a relação dos professores na construção de uma identidade sócio profissional para o magistério público paulista entre 1901 e 1910, procurando articular, ainda, como nesse processo de afirmação e de legitimação da identidade profissional do professor primário paulista, os seus representantes, ao afirmarem a necessidade social de sua atividade, estavam afirmando também o seu papel na construção e afirmação da ordem republicana (SILVA, 2004).

---

[6] CATANI, Denice Barbara. *Educadores à meia luz: um estudo sobre a revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo.* Bragança Paulista: EDUSF, 2003. Estudos CDAPH. Série Historiografia.

[7] SILVA**,** Ilíada Pires da. *A associação beneficente do professorado público do Estado de São Paulo e a construção de uma identidade sócio profissional docente 1901 – 1910.* São Paulo: USP, 2004. Tese (doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Considerei, também, que o estudo sobre Manifestos não é algo novo na história da educação. Daniel Cavalcanti Albuquerque Lemos, em sua dissertação de mestrado[8], trabalhou com o *Manifesto de professores públicos primários da Corte*, em 1871, e a gênese do movimento associativista docente em relação a movimentos semelhantes que se desenvolveram na segunda metade do século XIX. Entre os professores públicos primários da Corte ocorreu uma aproximação com base em interesses comuns, mas havia diferenças de concepção, método e política observáveis a partir das fontes oriundas dos próprios professores (jornais, boletins, manifestos, cartas, abaixo assinados). O estudo do campo em movimento demonstrou uma pluralidade de discursos e representações, desconstruindo uma suposta imagem de um passado homogêneo e pacificado (LEMOS, 2006). O autor percebeu que a atuação dos professores em movimentos reivindicatórios não é algo estranho e vindo de fora da prática docente, mas dela faz parte. Assim, a emergência do associativismo docente teria se constituído a partir das lutas empreendidas pelos professores, no início de forma isolada e depois de forma conjunta, submetidas a determinadas relações de poder.

Esse cenário encontrado por Lemos, em certa medida, também se apresenta em Juiz de Fora, do mesmo modo que a publicação no *Jornal* do *Commercio* destinada "Ao professorado de Minas" em 1900 reflete o reconhecimento da necessidade da união dos professores, o que seria possível pela criação de uma associação.

Outro manifesto importante e muito conhecido na historiografia da educação é o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, assinado por 26 signatários, professores e intelectuais de importante circulação no âmbito educacional e na política. A relevância do documento fez com que o mesmo se tornasse objeto de inúmeros estudos e trabalhos que debruçaram ora sobre o documento, sua escrita, seus objetivos, ora sobre seus signatários, suas ideias, seus papeis e suas representações e intelectualidade[9]. Foram muitos os estudos acerca de documentos produzidos por professores que expressavam essa vontade de se fazer ouvir, de ter suas ideias divulgadas, documentos que expressavam as ações de professores frente ao processo educativo demonstrando que suas presenças e participações não foram

[8] LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. *O discurso da Ordem*: a constituição do campo docente na Corte Imperial. Programa de Pós Graduação da UERJ. Dissertação. 2006

[9] Ver: XAVIER, M. C. (Org.). *Manifesto dos pioneiros da educação*: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004. O livro reúne vários artigos que trazem subsídios para melhor compreensão do texto do Manifesto dos Pioneiros, do processo de sua elaboração, das concepções e práticas educacionais dos signatários.

secundárias, não foram marginalizados e não devem ser consideradas como menores ou menos importantes[10].

Em outro sentido, privilegiei trabalhos que se referem a Minas Gerais e que, de algum modo, contribuem para entender o contexto mineiro no período tratado e discutem temáticas sobre a profissão docente. Parte do levantamento foi feito a partir dos Anais do Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais[11]. Os trabalhos foram selecionados por contribuírem de alguma forma com a pesquisa proposta, tanto por discussões relativas a fontes utilizadas quanto pela metodologia, ou ainda, por ilustrarem o contexto elegido.

Assim sendo, encontrei estudos como o de Rosário Lugli sobre a Associação de Professores Primários de Minas Gerais, fundada em 1931. O trabalho discorre sobre a atuação das professoras primárias na década de 1950, especificamente em uma campanha pelo aumento dos salários no ano de 1959[12]. A autora busca reconstituir as formas de representação profissional do magistério primário mineiro a partir das representações construídas pela associação, desde reclames salariais das professoras, à análise do periódico publicado pela entidade, a revista *Educando.*

Também me aproximei dos estudos de Cecília Vieira do Nascimento[13] que analisa o processo de profissionalização docente na província mineira no último quartel do século XIX, buscando apreender as apropriações e ressignificações atribuídos pelos professores e professoras mineiras ao seu processo de formação profissional por meio das escolas normais. O estudo se enquadra em uma perspectiva que visa compreender a profissão e o processo de profissionalização docente pela ótica dos próprios sujeitos neles envolvidos. A autora utiliza de fontes com as mesmas características dos vestígios encontrados no âmbito de Juiz de Fora, tais como: relatórios de inspetores, correspondências, jornais, legislação. Na análise do periódico *O Sexo Feminino,* jornal feminista editado que circulou na cidade de Campanha, sul da província mineira, a autora traçou as redes de sociabilidade entre os colaboradores, o que contribui para se pensar na realidade de Juiz de Fora.

---

[10] Dentro dessa perspectiva encontram-se os trabalhos: MAGALDI, Ana Maria. GONDRA, José G. (orgs.) *A reorganização do campo educacional no Brasil:* manifestação, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

[11] O Congresso em questão teve sua primeira edição realizada em Belo Horizonte, no ano de 2001, evento, desde então, realizado a cada dois anos, como nos anos 2003; 2005; 2007; 2009 e 2011.

[12] LUGLI, Rosário Silvana G. *Associação de Professores Primários de Minas Gerais: representações da profissão docente entre a modernidade e a tradição.* In: II Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Uberlândia: UFU, 2003.

[13] NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Do Mestre Escola à Professora: saberes e práticas docentes em seu processo de profissionalização – 1872/1906*. In: II Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Uberlândia: UFU, 2003.

Outro estudo interessante foi proposto por Rogéria Moreira Rezende Isobe[14], que, ao analisar o novo modelo escolar imposto pela reforma educacional de 1906, baseia-se principalmente no Relatório de Estevam de Oliveira produzido em 1902, trazendo contribuição pela análise da legislação presente em seu texto e pela figura deste inspetor escolar, que foi dono e redator do jornal *Correio de Minas* de Juiz de Fora, um dos principais periódicos utilizados neste estudo que desenvolvo.

Wenceslau Gonçalves Neto, por sua vez, contribui para uma reflexão em torno da municipalidade no Brasil no início da República, a autonomia dos municípios e os limites administrativos vividos por estes[15]. Chama a atenção para uma das características da República: as diferenças entre as federações. Este fator ajuda a compreender as dificuldades de traçar uma história da profissão docente no Brasil, mas, ao mesmo tempo, propicia examinar o papel exercido pelos municípios diante da instrução, o que é fundamental para entender o universo de Juiz de Fora. Entre os limites administrativos vividos pelo município, segundo o autor, estava a precariedade financeira, realidade também encontrada em Juiz de Fora, em 1905, na justificativa para o fechamento de todas as escolas do município. O autor ainda discute sobre o *corpus* legislativo em Minas de 1891 a 1906, procurando perceber o "modelo" buscado por Minas para dar conta do encargo da educação popular. Em outro trabalho, o autor também discorre sobre a importância da legislação[16] para o campo de estudos educacionais, considerando que a legislação educacional traz em seu bojo proposições que envolvem aspirações comuns a toda comunidade.

O trabalho de Eliana de Oliveira também se torna relevante para se conhecer as produções voltadas para a temática da profissão docente[17]. A autora analisa o processo de profissionalização da docência em Minas Gerais entre 1871 e 1911, tentando evidenciar a produção da profissão docente com as políticas de governo reorganizadoras da escola primária criadas neste período. Parte dos destaques realizados na pesquisa foca nos conflitos escolares causados principalmente pelas precárias condições de trabalho que geraram

---

[14]ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. *A configuração de um novo modelo escolar em Minas Gerais com a Reforma educacional de 1906*. In: III Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. São João Del Rey: UFSJ, 2005.

[15] NETO, Wenceslau Gonçalves. *O Município e a educação em Minas Gerais: a implementação da Instrução Pública no início do Período Republicano.* In: IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

[16] NETO, Wenceslau Gonçalves. Cultura Escolar e Legislação em Minas Gerais: o município de Uberabinha no início da República. In: YASBECK, Dalva Carolina & ROCHA, Marlos B.M. da. (orgs.*) Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

[17] OLIVEIRA, Eliana. *O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais (1871-1911).* Belo Horizonte- UFMG: Dissertação de mestrado, 2011.

problemas para professores e gestores do ensino, como nas mudanças ocorridas na organização das escolas primárias e entraves encontrados no cotidiano escolar para o exercício da profissão.

Por último, foi feito um levantamento de trabalhos referentes à Juiz de Fora. O âmbito da cidade pode ter vivido relações a nível local que diferem de outras localidades do estado. Partindo desse pressuposto, é necessário um conhecimento da bibliografia sobre a região para que possam ocorrer comparações que ajudarão a esclarecer questões mais gerais sobre o objeto.

Um dos principais trabalhos que contribuem neste sentido é o de Maraliz Christo[18] que trata do universo intelectual de Juiz de Fora, centrando sua análise nos membros da Academia Mineira de Letras, fundada na cidade em 1909[19]. Nessa direção, reflete sobre os espaços de circulação e as redes de sociabilidade destes literatos percebendo entre o grupo de literatos características como "o revezamento, a acumulação e a manipulação dos lugares de prestígio das instituições culturais locais, e a combinação de várias atividades (professor, escritor, funcionário público)" (CHRISTO, 1994, p.3). Seus estudos são fundamentais, primeiramente, pelo fato de um dos signatários do manifesto, objeto de nossa pesquisa, ter pertencido a Academia Mineira de Letras, que é o caso de José Paixão. Portanto, traçar as buscas dos espaços de atuação dos acadêmicos na cidade inclui um sujeito que interessa diretamente ao trabalho aqui apresentado. Ao mesmo tempo, as indagações levantadas pela autora dialogam com o que se pretende em relação aos outros signatários: Quem são? Como se iniciaram no trabalho de produção de bens simbólicos? Quais as ligações que estabeleceram no interior do campo de poder? Logo, pode-se considerar ainda, os professores que assinaram o manifesto, como intelectuais que atuaram na cidade[20].

Busquei subsídios na dissertação de mestrado de Milena Candiá, que também tratou do cenário educacional de Juiz de Fora, mas, a partir da figura de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada[21], importante ator político da cidade e do estado, dono do *Jornal do Commercio* no momento da publicação do manifesto em 1900. Seu trabalho interessa por esclarecer o campo

[18] CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira, *A "Europa dos pobres": Juiz de Fora na Belle-Époque mineira.* Juiz de Fora – EDUFJF, 1994, p. 160.
[19] BARBOSA, Leila Maria Fonseca. & RODRIGUES, Maria Timpone Pereira (orgs.). *Machado Sobrinho, notícias da* imprensa *sobre a academia mineira de letras.* Juiz de Fora: Funalfa, 2010.
[20] SCHUELER, Alessandra Frota M. de. Professores Primários Como Intelectuais da Cidade: um estudo sobre a produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889*). Revista de Educação Pública*. Universidade Federal do Mato Grosso, n. 17, 2008.
[21] CANDIÁ, Milena A. de Almeida. *O Artífice do Consenso: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907/1930)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007.

das disputas políticas na cidade, inclusive a partir do próprio jornal[22].

Também Lola Yazbeck em seu trabalho sobre *o público e o privado como representação social da educação no início da República,*[23] em Juiz de Fora, traça um estudo entre as escolas de cunho privado, "formadoras da elite", e os grupos escolares como um espaço para a educação da população pobre. Propõe que os grupos escolares representaram um contraponto às camadas mais baixas frente às elites nas oportunidades profissionais. Yazbeck também discute o papel da imprensa na cidade de Juiz de Fora, o que interessa, consideravelmente[24], por travar um diálogo com Wenceslau Gonçalves Neto em seu trabalho que discute o âmbito da municipalidade[25].

O desenvolvimento do presente trabalho se deu em três movimentos, expostos nos três capítulos que compõem a dissertação. Em primeiro lugar, examinei o contexto no qual o Manifesto foi publicado, esboçando uma análise da imprensa, lugar da sua publicação. Analisei, ainda, as representações sobre os professores a partir das práticas discursivas dos inspetores escolares. O segundo movimento envolveu um olhar mais atento para os signatários do Manifesto. Finalmente, me voltei para os destinatários da publicação de 1900, onde procuro observar em que medida este documento traduzia uma vontade coletiva, ou seja, se representou efetivamente os interesses e necessidades do professorado.

No primeiro capítulo, busco empreender um mergulho sobre o conteúdo do Manifesto a partir da análise do discurso esboçado pelos signatários, da necessidade de união do professorado mineiro. Proponho uma discussão sobre a imprensa, visando entender o lugar da publicação do texto. Por fim, traço uma relação entre o Manifesto e o que significava ser professor naquele momento. Por que o Manifesto foi publicado no *Jornal do Commercio?* Quais as condições de trabalho dos professores na cidade de Juiz de Fora? O que significava ser professor naquele momento? Quais os enfrentamentos vivenciados pelos docentes e qual a sua relação com a publicação? Entendendo-o como um documento que faz parte de um processo da profissionalização docente, ao mesmo tempo, uma representação dos professores.

---

[22] CANDIÁ, Milena A. de Almeida. *O Processo de Criação do Grupo Mariano Procópio na Imprensa de Juiz de Fora: Projetos em Disputa (1908-1910)*. In: IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

[23] YASBECK, Dalva Carolina. *O público e privado como representação social da Educação no início da República*. In: III Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. São João Del Rey: UFSJ 2005.

[24] Yazbeck, Dalva Carolina de Menezes & Silva, Marília Neto Kappel da. *Imprensa e Educação:Concepção e trajetória do primeiro ano de funcionamento dos Grupos Escolares de Juiz de Fora, através das páginas dos jornais locais.* In: IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora: UFJF. 2007.

[25] Yazbeck, Dalva Carolina de Menezes & KAPPEL, Marília Neto. *A Câmara Municipal e o preparo de Professores: O silêncio da "Atenas de Minas" (1892 -1906*). In: V Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Montes Claros: Unimontes, 2009.

Embaso as discussões sobre o Manifesto a partir de Nóvoa (1991, 1995), Chartier (1990), Le Goff (1990), Bloch (2001), Thompson (1981; 1987). Para analisar o papel da imprensa, dialogo com Capelato (2004), Nóvoa (2002), Bastos (2002) e Oliveira (1981).

No segundo capítulo proponho um movimento de análise sobre os quatro professores que assinaram o Manifesto. Busco traçar os caminhos percorridos pelos signatários, adentrando em suas trajetórias, percebendo os espaços que eles ocupavam na cidade, os seus locais de atuação, apreendendo nas relações sociais vivenciadas por esses professores, aproximações, empatias e ideias que possam ter contribuído na decisão de manifestar-se publicamente e na construção e redação do texto. Também, procuro perceber o caminho percorrido pelos quatro professores após a publicação do Manifesto. Que autoridade eles possuíam para falar "Ao Professorado de Minas"? Que papel suas relações tiveram que permitiram a publicação? Quais espaços ocupavam na cidade? O que mudou entre eles e nas suas relações após o Manifesto? Quais lugares ocuparam, antes e depois de 1900? As trajetórias dos signatários foram construídas em diálogo com alguns autores, entre eles: Simmel (1983), Sirinelli (2003), Mignot (2002), Bourdieu (1996) e Levi (1996).

Pensar os destinatários significou analisar as diversas formas de manifestar-se empreendidas pelos professores e moradores da cidade, anteriores e posteriores à publicação do Manifesto em 1900. No terceiro capítulo, considero as ações destes sujeitos como indícios importantes da existência de um diálogo entre os professores, ou seja, a percepção, a partir da experiência de cada um e, até mesmo, das relações existentes entre eles no espaço da cidade, de qual seria a melhor forma de agir para conquistarem o que desejavam. Deste modo, as ações dos professores contribuíram para o "fazer-se" da categoria docente. Procuro mostrar que as queixas publicadas nos jornais, os requerimentos enviados à Câmara Municipal, assim como, os abaixo-assinados dos moradores, constituem um conjunto de ações que também representa uma forma de manifestar em prol de uma causa. Afinal, qual a importância de entender as diversas formas de agir dos professores? Quais as estratégias usadas pelos professores e moradores para obterem sucesso nos pedidos? Em que medida essas ações representam uma conscientização dos professores no processo de profissionalização docente e desnudam as deficiências existentes no universo escolar da cidade? Para pensar essas questões busco aporte nas discussões de Thompson (1987), Faria Filho (2009), Mignot (2005), Gondra & Schueler (2008) e Araújo (2007).

O Manifesto, assim como outras notícias de jornais, abaixo-assinados e relatórios, expressa a participação dos professores mineiros em diferentes momentos da História da Educação. Neste sentido, o presente trabalho sugere que as ações, reações e as diversas

formas de agir dos professores, observadas em diferentes documentos, indicam o papel e a representação desses interlocutores nos diferentes espaços. Ao mesmo tempo, se constituíram como um movimento importante do processo de profissionalização da docência e do fazer-se da categoria. Expressar o significado de suas ações e de seu lugar no processo de profissionalização docente, ilustrado pela cidade Juiz de Fora, consiste em um dos desafios aqui proposto, que pretende contribuir, deste modo, para o campo da História da Educação, incorporando-se aos estudos que tratam do estatuto da profissão docente.

1 "AO PROFESSORADO DE MINAS": O MANIFESTO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA

1.1 O discurso da união pela "simpatia de classe"

Nas páginas amareladas do *Jornal do Commercio*[26], tonalidade preferida pelo tempo, entre notícias e anúncios, lê-se em letras marcantes, em destaque, como uma mensagem, o seguinte título: "Ao Professorado de Minas". O documento, publicado em 1900, foi assinado por quatro professores inspirados pela "simpatia de classe", verdadeiros "operários do espírito", que almejavam construir o "espírito de coesão" entre o professorado mineiro. O texto que poderia passar despercebido ou subscrito como uma carta aberta foi descrito por um crítico, poucos dias após a publicação, como sendo um "Manifesto Professoral"[27]. Deste modo, consideramos a publicação como um Manifesto, apesar de não constar no documento uma autodenominação neste sentido.

O discurso pela união perpassa todo o Manifesto que foi assinado, entre outros, pelo professor e escritor José Paixão, futuro membro da Academia Mineira de Letras fundada em Juiz de Fora alguns anos depois. A "turma de heróis" incluía ainda os nomes de Raymundo Tavares, professor da Escola Normal da cidade; Francisco Paixão, médico que exercia também a função de professor; como também "um excelente negro, pouco letrado" (RANGEL, 1940, p. 161) Felicíssimo Mendes Ribeiro, professor primário muito atuante em prol das melhorias das condições dos professores em Juiz de Fora.

Indagar sobre os possíveis motivos que levaram os quatro signatários a publicarem um Manifesto no ano de 1900, buscando uma relação com as condições de trabalho dos

[26] Periódico local que circulava também pelo Rio de Janeiro e outras cidades mineiras, entre os anos de 1896 a 1920, 1922 a 1930 e 1932 a 1934. Foi o décimo jornal diário a ser lançado em Juiz de Fora. Teve várias etapas, mas não se distanciou de seu principal assunto, o comércio, embora esse "órgão do partido republicano", também tenha se dedicado em publicações sobre economia, política, literatura e educação. O *Jornal do Commercio* teve como seu primeiro redator-chefe Heitor Guimarães, secretariado por Olegário Pinto, como também teve como redatores-chefes, ao longo de sua existência, José Rangel, Augusto Franco, José Maria dos Santos, Albino Esteves, J. Paixão, Silva Tavares, Raul Penido, Francisco Valadares, Francisco Lins e Mário Magalhães, "homens, todos eles, de apreciável valor cultural e literário, que mantiveram o Jornal do Comércio em nível dignificante e influente, [tendo cessado] sua circulação em 1939" (OLIVEIRA, 1981, p.28). Parte das informações sobre os jornais foram encontradas nas próprias páginas dos periódicos e no Inventário Digital da Biblioteca Municipal Murilo Mendes de Juiz de Fora.

[27] *Jornal do Commercio* 15/12/1900, Augusto Franco publica um artigo intitulado "O Manifesto Professoral", criticando a publicação dos quatro professores.

professores na cidade de Juiz de Fora, juntamente com a reflexão do que significava ser professor na cidade naquele momento, são questões a serem tratadas neste primeiro capítulo.

O estudo do Manifesto é importante pelas inferências que ele permite, podendo ser entendido como uma reação dos professores às condições que enfrentavam na época, demonstrando uma consciência por parte dos mesmos e a formação do que denomina de "simpatia de classe", constituindo uma etapa importante no processo de formação de um reconhecimento de categoria. Ao mesmo tempo, revela o lugar que os professores ocupavam na cidade, contribuindo para uma reflexão em torno da própria profissionalização docente, no sentido elencado por Nóvoa de que:

> A história da profissão docente é indissociável do lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social. Os docentes não vão somente responder a uma necessidade social de educação, mas também cria-la. A grande operação histórica da escolarização não teria jamais sido possível sem a conjugação de diversos fatores de ordem econômica e social; mas é preciso não esquecer que os agentes deste empreendimento foram os docentes (NOVOA, 1991, p. 123).

Os signatários pareciam saber da importância do professorado na história da escolarização, tanto que o Manifesto informa aos professores mineiros sobre a necessidade de construírem outras formas de relações. Defendiam, portanto, a ocorrência de uma mudança de postura por parte dos professores em suas ações, considerando um desperdício os esforços e as "energias isoladas". O título "Ao Professorado de Minas" remete ao público que se pretendia alcançar e permite a reflexão acerca do quanto às intenções dos signatários eram grandiosas, não se limitando a uma simples reivindicação, o que pode ser observado pelos interesses ali apresentados.

Se a "escrita registra, grava e conserva para as gerações futuras" (CUNHA, 2012, p.24), é possível pensar que o Manifesto registra mais que um presente, consiste na concretização de uma realidade. Essas pretensões dos signatários estão expressas logo no início do texto,

> Espinhosa e difícil é nossa tarefa, porém, a grande confiança que temos em nossos *irmãos de luta* nos impele, nos arrasta à conquista das ameias em que deve tremular erguido o lábaro de nossa cruzada (JORNAL DO COMMERCIO, 09/12/1900, p.2. grifo meu).

O texto do documento foi construído utilizando de uma escrita imperativa, tendo como interlocutores os professores, por isso a conjugação na primeira pessoa do plural "nós", uma referência à coletividade que por hora se desejava unir. O Manifesto, ao mesmo tempo em que

assumia a tarefa de porta voz da situação atual dos professores, apontava alternativas de ações e prováveis soluções, a exemplo da expressão "unamo-nos e seremos fortes". Desta maneira descaracterizava uma possível ação individual, ao afirmarem que de nada valiam "as energias isoladas". Nesse trecho inicial, o reconhecimento da "espinhosa e difícil tarefa" mostra o quão ciente os signatários estavam de suas condições, mas em seguida, em tom de otimismo, característico de um texto convocatório, declara "grande confiança aos irmãos de luta" que consistiam nada menos do que o "professorado de Minas". Uma luta diária, onde os professores enfrentavam dificuldades como falta de mobília e de materiais essenciais no cumprimento das suas funções, o que pode ser percebido na documentação existente sobre a instrução pública em Juiz de Fora:

> Maria Gertrudes Sampaio, professora removida para a Escola Municipal, rua do Botanágua, desta cidade, solicita de V. Exa. a mobília e livros de matrícula, ponto diário, visita, e tudo mais preciso para instalação da Escola (...)[28].

Quantas "Marias" vivenciavam a mesma condição da Gertrudes? Quantas seguiam em sua "espinhosa e difícil tarefa[29]" esperando "ver tremular erguido o lábaro de [sua] cruzada[30]"? É interessante perceber que os termos utilizados pelos signatários remetem a representação dos mesmos sobre a própria profissão docente, o que pode ser observado no uso da palavra "cruzada"[31]. Esse termo remonta à concepção que se tinha da profissão docente, entendida em alguns momentos como um sacerdócio. Segundo Antônio Nóvoa (1991) o Estado e a Igreja envolveram-se em uma disputa sobre quem estaria a cargo da instituição escolar, o que implicaria o controle da oferta de ensino, assim como da formação de professores. O autor coloca que, apesar do Estado ter vencido essa disputa, alguns conjuntos de normas e valores propagados pela Igreja não deixaram de existir, ao contrário, foram incorporados pelos docentes:

> o processo de estatização do ensino é antes de tudo a substituição de um *corpo docente religioso* (ou sob o controle da Igreja) por um corpo laico (ou sob o controle do Estado), sem que por isso as antigas motivações, nem as normas e os valores que caracterizam as origens da profissão docente, tenham sido substancialmente modificadas: o modelo do docente permanece muito próximo daquele do padre. (NOVOA, 1991, p. 118).

---

[28] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série, 154/02. Correspondência de professores com a Câmara Municipal, de 16 de janeiro de 1899.
[29] *Jornal do Commercio*, 09/12/1900.
[30] Idem
[31] As Cruzadas foram expedições organizadas pela Igreja, para combater os inimigos do cristianismo e libertarem a Terra Santa (Jerusalém) das mãos desses infiéis. O movimento estendeu-se desde os fins do século XI até meados do século XIII. O termo Cruzadas passou a designá-lo em virtude de seus adeptos (os chamados soldados de Cristo) serem identificados pelo símbolo da cruz bordado em suas vestes.

A incorporação pelos professores do discurso religioso ao qual se refere Nóvoa pode ser percebida no trabalho de Mauro Passos (2005). Ao discutir questões relacionadas com a história da profissão docente em Minas Gerais a partir da *Revista do Ensino* que circulou do final do século XIX até 1965, o autor percebeu, a partir da análise dos artigos da revista escritos por professores, as perspectivas e os propósitos que os docentes descreviam como sendo necessários em seu cotidiano. Ao fazer um recorte pela temática religiosa presente nos artigos da revista e pela concepção que traz da profissão docente, Passos (2005) identificou a presença de termos como "Apóstolo do Magistério". Deste modo, as representações sobre a profissão docente percebida no texto do Manifesto não estavam dissonantes das representações sobre os professores do estado de Minas Gerais e também da cidade de Juiz de Fora, o que pode ser observado em outros documentos levantados na pesquisa, como um abaixo-assinado de 1903, contendo os nomes de aproximadamente 200 moradores de uma localidade, os quais pediam a reabertura de uma escola, exaltando no documento a figura do professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, signatário do Manifesto de 1900, referindo-se a ele como o "verdadeiro apóstolo do magistério"[32].

Considerando o esforço de investigação muito próximo da história cultural, visando a busca da identificação do modo como em "diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é pensada" (CHARTIER, 1990, p.16), identifica-se o Manifesto como uma representação do mundo social forjados pelos interesses do grupo ali inserido.

> As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas -, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p.17).

Mais que reivindicar e resistir a determinadas condições, era preciso dar visibilidade à ação. Existem muitas possibilidades que explicariam esta estratégia, entre elas, o fato que o Manifesto poderia representar uma ideia mais sólida; daria a impressão de organização;

32 Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 114. Requerimentos recebidos.

poderia agregar novos sujeitos à causa; assim como é possível compreender a visibilidade de um documento formal como parte de uma tática que não só se preocupava em conseguir que seus pedidos fossem atendidos, mas também que suas ideias circulassem; talvez por isso, o texto tenha sido publicado na imprensa, um espaço considerado pelos signatários como a "mais cortante (...) de todas as armas" (JORNAL DO COMMERCIO, 09/12/1900, p.2).

Porém, é necessário ter cautela em relação à visibilidade dos documentos, a sua produção enquanto evidências, como alerta Thompson:

> A evidência intencional (evidência oferecida intencionalmente à posteridade) pode ser estudada, dentro da disciplina histórica, tão objetivamente quanto à evidência não intencional (isto é, a maior parte da evidência histórica, que sobrevive por motivos independentes das intenções dos atores). No primeiro caso, as intenções são elas próprias um objeto de investigação, e em ambos os casos os 'fatos históricos' são 'produzidos', pelas disciplinas adequadas, a partir de fatos evidencias (THOMPSON, 1981, p.36)

O pouco investimento e até mesmo o fechamento de escolas foram justificados pelo poder público sob a constante alegação de dificuldade financeira, como observado nos discursos produzidos pelos agentes envolvidos com os setores administrativos[33]. Os gastos com a instrução no ano de 1900, de acordo com a resolução 459, que definia o orçamento da Câmara Municipal, representou um montante de 582:000$000. Destes, o subsídio do Agente Executivo Municipal era de 12:000$000, enquanto a parte referente à instrução pública não passava de 18:000$000, ou seja, pouco maior que o subsídio do Agente Executivo, enquanto "[era] muito minguado o ordenado dos professores públicos"[34].

O investimento Municipal era remetido às escolas isoladas[35] pela manutenção do imóvel e utensílios da escola e o salário do professor. No caso das escolas particulares, ocorria por subsídio, desde que essas recebessem alunos pobres em caráter gratuito ou preço módico[36]. O professor exercia um papel fundamental na criação das escolas subsidiadas: era ele quem alugava uma casa, normalmente a da sua própria moradia, criava a escola e

[33] No ano de 1905, todas as escolas mantidas pela Câmara Municipal de Juiz de Fora foram fechadas. "O inspetor municipal Heitor Guimarães, dirigiu um oficio a Duarte de Abreu informando que devido às condições financeiras da Câmara, foi suspenso o ensino em todas as escolas municipais exceto o da escola noturna" (JORNAL DO COMMERCIO, 24/01/1905, p.1).

[34] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série. 154/02. Correspondência enviada a Intendência Municipal de Juiz de Fora, 1899.

[35] Segundo ROCHA (2009), as escolas isoladas eram escolas, de modo geral, multi-seriadas, de um único professor, que ocupava uma casa alugada para tal fim ou, o que é mais comum, a sua própria residência, onde exercia o seu ofício.

[36] Sobre o subsídio das escolas particulares ver: LIMEIRA, Aline de Morais. *O comércio da instrução no século XIX*: Colégios particulares, propagandas e subvenções públicas. Rio de Janeiro – UERJ, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

mediante a comprovação de uma frequência mínima, reconhecida pelo inspetor distrital, entrava com a solicitação do subsídio junto à Câmara (ROCHA, 2009). Apesar das dificuldades, os professores precisavam manter a "defensiva de sua existência" e "de seu valor", como descrito no Manifesto:

> Não nos inspira a vaidade, mas a simpatia de classe, o espírito de coesão que devemos manter para a defensiva de nossa existência, de nosso valor. Até hoje somos uns torturados: o mito helênico, tão rico na concretização, certo ignorava o que pudera ser o nosso. O ladrão do fogo celeste, o Ugolino da tragédia dantesca, as vitimas do cilicio e das labaredas da Inquisição, nunca experimentaram tão longa e dura agonia, como essa que nos vem de muito antes de Sócrates, que andou errante pregando às turbas e morreu estoicamente bebendo a taça de letífera cicuta. A tortura, mais que a felicidade, atrai as energias, gemina os seres, enlaça os corações (JORNAL DO COMMERCIO, 09/12/1900, p.2).

A construção textual, a partir de uma predominância de dramaticidade, pode ser entendida como uma estratégia de convencimento, utilizada pelos signatários em prol da união dos professores. O texto dá indícios do processo de reconhecimento da profissão docente, implícito na expressão dos professores sobre o que os movia, a "simpatia de classe" e o "espírito de coesão." O termo "classe", utilizado no documento, aproxima-se do que atualmente denomina-se de "categoria" docente. Mas, o processo de reconhecimento da profissão também é perpassado pela consciência de classe desses sujeitos, como definido por Thompson:

> A classe acontece quando homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe e a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p.10).

O surgimento da "simpatia de classe" pode ser entendido como um reflexo das experiências dos professores, vivências que podem ter levado ao aparecimento de novas problemáticas (THOMPSON, 1981), como o reconhecimento por parte dos professores da necessidade de se unirem.

> Unamo-nos! O professor, o mestre-escola, como, por irônica antonomásia, o cognomisia a plebe, não é ainda uma identidade definida, um tipo social: é uma sombra que passa entre os esplendores do século que caminha. Somos uma turma de heróis, desclassificados nas fileiras, diante dos quais o anjo da vitória, passando, desvia o olhar, e vai alastrar de louros o terreno por eles roteado e conquistado. *Somos uma força espalhada, perdida no meio social, e que precisa de um aparelho*

> *que a aproveite e dirija: esse aparelho é a associação* (JORNAL DO COMMERCIO, 09/12/1900, p.2, grifo meu).

Como observado em passagens anteriores, nota-se a estratégia argumentativa que perpassa todo o Manifesto. Os signatários apontam aquilo que seria um problema a ser corrigido, conseguinte, assinalam uma escrita propositiva. Os argumentos utilizados se referem aos professores como um grupo sem "identidade definida", sendo ainda uma "força espalhada" que precisava de alguém para dirigi-los, compondo um padrão textual que visava ao convencimento da finalidade ali exposta, ou seja, a constituição de uma associação. Contudo, ainda que o texto do Manifesto tenha incorporado estratégias discursivas que visavam ao convencimento e a adesão à causa, ele é importante enquanto um registro de época, por isso, deve-se ter consciência que se trata de uma construção, possuindo, portanto, uma intencionalidade, o que não o torna falso ou irrelevante, apesar de que "não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo" (LE GOFF, 1990, p.548).

Do mesmo modo, não significa considerar as questões ali levantadas como infundadas. A alusão à necessidade de criação de uma associação de professores, por exemplo, é muito significativa por representar uma etapa do processo no qual os professores, não apenas no Brasil, passaram rumo à formação de uma categoria profissional, da profissionalização da docência. Como aponta Antônio Nóvoa (1995) a profissionalização da docência foi ocorrendo num processo gradativo, gerado a partir das relações estabelecidas entre o professor e o Estado. Para o autor, historicamente, a última etapa desse processo ocorreu no momento em que os professores se conscientizaram enquanto classe profissional, fato que se materializou na criação das primeiras associações docentes.

Neste sentido, dentre as várias inferências possíveis de serem feitas a partir da leitura do Manifesto de 1900, destacadas até o momento, a menção a necessidade dos professores em criar uma associação pode representar, como apontou Nóvoa, uma conscientização dos professores enquanto classe profissional.

No entanto, o desejo de ver os professores mineiros unidos, tão propalado no Manifesto, concretizou-se seis anos depois, em 1906, quando foi fundada em Belo Horizonte a primeira associação de professores do Estado de Minas Gerais, denominada "União do Magistério Mineiro[37]". A primeira sessão preparatória para sua fundação ocorreu no dia 04

[37] Em Juiz de Fora, a primeira instituição organizada de professores surgiu apenas em 1934, segundo os estudos de: BRAGA, Virna Ligia Fernandes. *Entre a Honra e o Mercado: análise do processo de formação do movimento sindical*

de março desse mesmo ano, em um dos salões do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte. Poucos dias depois, o número de adesões de professores de todas as partes do Estado já era considerável. As adesões poderiam ser feitas por carta, assim como aqueles que se tornassem membros da associação até o dia da sua fundação, seriam considerados sócios fundadores.

O anúncio da fundação da Associação começou a surgir no jornal *Minas Gerais* no início do ano de 1906 com o seguinte teor:

> Desejando ardentemente que a instrucção seja poderoso e rápido factor do progresso material, intellectual e moral de nosso caro Estado, e bem assim, que o professorado mineiro se veja sempre cercado de todas as garantias e de todo o apoio em qualquer eventualidade, acabamos de fundar nesta capital uma associação denominada União do Magistério Mineiro, que tem por objetivo tornar uma realidade os nossos desejos (MINAS GERAES, 28/03/1906, p.3)

A notícia tinha como título "Ao Professorado Mineiro" e foi publicada por várias vezes até a proximidade da instalação da associação, servindo como uma convocação. O termo "nossos desejos", refere-se à categoria docente, que estava naquele momento em processo de organização. A convocação não se restringia aos professores primários, mas ao magistério normal, secundário e superior, tanto efetivos quanto aposentados ou ainda, em disponibilidade.

A solenidade de instalação da Associação ocorreu no dia 21 de abril de 1906, assumindo sua presidência o Sr. Dr. Antonio Olynto dos Santos Pires[38], secretariado pelos Srs. Professores Benjamin Flores e Affonso de Moraes. Pela riqueza do discurso proferido pelo presidente, cabe reproduzir algumas passagens:

> Convidado para tomar parte na organização desta sociedade, não podia recusar minha pequena colaboração a tão útil tentamem, não só por *pertencer à classe do magistério público*, como porque acabava de ver, na recente viagem ao estrangeiro, de onde regressava, os grandes e benéficos resultados do espírito de associação. (MINAS GERAES, 23/24/04/1906, p.4, grifo meu).

Se o Manifesto dos professores de Juiz de Fora publicado no *Jornal do Commercio* em 1900, foi movido pela "simpatia de classe", aqui se percebe a consciência explícita do pertencimento "à classe do magistério", o que, pelo discurso, parece ter sofrido influência do "estrangeiro", como pode ser percebido, mais adiante, pela menção feita a América do Norte. É possível perceber também semelhanças entre o discurso proferido na instalação da

---

docente em Juiz de Fora (1934-1964). Juiz de Fora – UFJF, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.

[38] Antônio Olynto dos Santos Pires foi o primeiro presidente interino do Estado de Minas Gerais.

Associação e o Manifesto de 1900, já que ambos reconheciam os limites dos esforços individuais, o que parece óbvio, pois um discurso que visa à organização do professorado em associações irá necessariamente apontar os limites das ações isoladas ou individuais:

> *Por mais intenso e perseverante que seja o esforço individual, a ação isolada não pode transpor os limites que a contingência humana traça a cada um de nós.* Mas, si esse esforço se une a outro esforço e si outros a eles se juntam, estabelece-se a continuidade da ação-elemento necessário e imprescindível para o êxito; mormente em se tratando de *interesse de instituições ou de classes*, cuja vida se prolonga pelo tempo, muito mais dilatada do que a precária vida humana. (MINAS GERAES, 23/24/04/1906, p.4, grifos meus).

A associação mineira não foi à primeira do Brasil[39] e, apesar de todo um contexto de surgimento de associações docentes no início do século XX no país, o discurso aponta que a principal influência vinha dos Estados Unidos:

> As Uniões Operárias, por exemplo, na América do Norte, libertaram os operários da tyrannia do capital, que na Europa tem gerado a miséria e produzido tantos outros fructos, venenosos. Por mais poderosa que seja a federação dos capitaes, ainda é a união dos operários, que impõe aquella os seus direitos e enfrenta os seus caprichos. (MINAS GERAES, 23/04/1906, p.4).

Ainda no discurso, a "União do Magistério Mineiro" é considerada um laço de solidariedade que unirá os professores. A Associação se justifica pelo fato de satisfazer a uma necessidade tacitamente por todos reconhecidos, o que demonstra o grande número de adesões. Além dos benefícios almejados para a própria categoria, os professores projetaram uma melhora no "sistema" educacional como um todo:

> Urge pois desenvolve-la [a instrução] dotar as escolas de edifícios e de material apropriado, tornar suave a vida do professor e trata-lo desse terreno de sacrifícios que patrioticamente vae palmilhando até ser conjurada a crise que entre nós tão fundamente golpeou a instrução. Unidos poderemos nos fazer ouvir, representando a legião que somos e fortalecidos na solidariedade que se vae despertando os nossos reclamos poderão chegar a todas as esferas da vida nacional e assim poderemos atingir o nosso escopo, o belo objetivo de nosso santo e patriótico apostolado. Eu me congratulo, pois, com o professorado mineiro pela instalação de nossa sociedade, solenemente proclamada nesse momento (MINAS GERAES, 23/04/1906, p.4).

A fundação da "União do Magistério Mineiro" ocorreu somente seis anos após a publicação do Manifesto, de modo que não se encontrou na documentação analisada nenhuma relação entre os signatários de Juiz de Fora e a fundação da Associação em Belo Horizonte, apesar da temática da união dos professores ter perpassado todo o documento de 1900.

---

39 Em 1877 foi criada no Rio de Janeiro a Associação dos Professores Públicos da Corte. Para mais detalhes sobre as associações no Brasil, ver: LEMOS (2006) e VICENTINI & LUGLI (2009).

O Manifesto pode ser entendido como um discurso dos professores, o que implica alguns cuidados em sua análise, considerando que,

> O discurso não é um território homogêneo com sentidos únicos, mas um local de conflitos e lutas sociais, no qual surgem e se transformam diferentes significações. Na apropriação do discurso, apropriamo-nos também de conceitos, de valores etc., que transitam socialmente, os quais incorporamos, modificamos, recusamos (KASSAR, 2000, P.45)

Neste sentido, percebem-se algumas questões importantes para a discussão em torno da profissão docente, por exemplo, o modo como os professores viam a si mesmos e a sua função. Os professores não eram seres fora do seu tempo, estavam imersos na sociedade ocupando os espaços de sociabilidade e exerciam relações no âmbito da cidade, o que pode justificar inclusive a publicação do texto no *Jornal do Commercio.* Portanto, torna-se necessário uma discussão em torno do espaço de publicação do Manifesto, ou seja, a imprensa.

1.2 O lugar da publicação: discussões a partir da imprensa em Juiz de Fora

> Unamo-nos! De nada valem os esforços, dedicações, energias isoladas: mangram como sementes em terreno sáfaro. Agrippa salvou Roma no senado, mostrando, preconizando, em seu patriótico e ardente discurso, o valor, os milagres até de que são capazes os elementos associados. 'Só por meio da resistência é que muitas vezes se podem evitar grandes males, combatendo-os, e não desperdiçando o tempo com lamentações'. Temos o livro, a pena, a palavra, e a maior de todas as forças – a justiça- a mais cortante, a mais fulgorosa de todas as armas – a imprensa. (JORNAL DO COMMERCIO, 09/12/1900, p. 2).

A declaração de que nada valiam os esforços isolados no texto do Manifesto, além de indicar uma argumentação em prol da união dos professores, demonstra também a intenção dos signatários, afinal, um manifesto se define como algo trazido a público para fins diversos. O público neste caso era o "professorado de Minas", e para alcançá-lo, os signatários escolheram o jornal. A escolha desse suporte é justificada no próprio documento, ou seja, a publicação se deu no jornal por ser a imprensa a "mais cortante, a mais fulgorosa de todas as armas".

Apesar da importância dada à imprensa pelos próprios manifestantes, pode-se indagar sobre a circulação do Manifesto. Será que ele teve o alcance pretendido pelos signatários? A

circulação pode ser pensada a partir da discussão sobre a imprensa em Juiz de Fora, que se configurava no período como um dos principais meio de comunicação na cidade, na medida em que:

> assumia funções informativas, de entretenimento, comercial, de propaganda, publicidade, sociais, e, sobretudo, políticas. Os principais diários da cidade mantinham correspondentes em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e na Europa, trazendo notícias de todo o Brasil e do Mundo. Era o principal meio dos moradores se informarem sobre o que acontecia de importante (ARAUJO, 2007, p. 47).

Ainda segundo Araújo, "os principais diários [de Juiz de Fora] mantiveram durante as duas primeiras décadas do século XX o preço médio de 100 réis, o que era bastante baixo" (2007, p. 48), fato que favorecia a sua circulação.

O surgimento e a atividade da imprensa em Juiz de Fora são relacionados por Almir de Oliveira (1981), como reflexo do desenvolvimento econômico pelo qual a cidade passou, tendo registros sobre a existência de jornais na cidade desde a década de 1870, apesar de muitos deles terem possuído vida efêmera, o que não foi o caso do *Jornal do Commercio*, circulando por Juiz de Fora, Rio de Janeiro e outras cidades mineiras até meados da década de 1930.

Fundado em dezembro de 1896 por Vicente de Leon Annibal para ser um jornal "dedicado aos interesses da lavoura, comércio e indústrias, e absolutamente alheio às lutas partidárias" (JORNAL DO COMMERCIO, 20/12/1896)' em 1897, é adquirido pelo então colaborador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, figura política importante na cidade: professor da cadeira de História da Escola Normal, presidente da Câmara Municipal (1908 a 1910) e governador do Estado entre os anos de 1926 a 1930[40], mas que, enquanto dono do jornal, dizia adotar na ordem política "absoluta neutralidade ante as lutas estéreis dos agrupamentos partidários" (idem, 01/06/1897). Apesar dessa afirmação, de acordo com Milena Candiá (2007), foi no ano de 1897 que Antônio Carlos, dono do *Jornal do Commercio* naquele momento, iniciou sua trajetória política na cidade:

> No ano de 1897, foi realizada na cidade a assembleia do partido republicano local, com o objetivo de eleger seu delegado e indicar candidatos aos cargos de Presidente da Câmara e de vereadores (gerais e especiais). Esta assembleia teve, então, sua pauta de discussões estendida em torno da contenda referida anteriormente, no intuito de manifestar sua adesão aos dissidentes da reunião de Ouro Preto. Com o

[40] Sobre a trajetória de Antônio Carlos ver: CANDIÁ, Milena A. de Almeida. *O Artífice do Consenso: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907/1930)*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

> objetivo de se posicionar diante da proposta dos dissidentes, no que se referia a implementação do escrutínio prévio, como modo de escolha de candidatos aos cargos de presidência e vice-presidência do Estado. Nessa reunião foram propostos alguns pareceres, saindo vitorioso o apresentado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, publicado no J*ornal do Commercio* de Juiz de Fora, do qual era esse político proprietário e redator chefe (CANDIÁ, 2007, p. 53.).

A afirmação de "absoluta neutralidade" marca uma posição política do jornal na cidade, o que deve ser levado em consideração na análise sobre a imprensa, atendo-se sobre o sentido dessa afirmação no contexto, pois como aponta Marc Bloch "até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo" (BLOCH, 2001, p.78).

O papel ocupado pela imprensa na cidade pode ser observado no próprio Manifesto, o qual considera como a "maior de todas as maravilhas humanas":

> A locomotiva e o telegrafo, elementos democráticos, ambos filhos do calor, que é a vida, são laços confraternizadores; mas, além destes, outra há, a que o mundo tudo deve – estafeta do espírito dos séculos- cosmopolita que não conhece fronteiras – a imprensa, que, na frase de Alves Mendes – o verbo do púlpito católico português- é a maior de todas as maravilhas humanas. É por ela que falaremos, que soltaremos os gritos de nossa indignação, de nossa cólera e de nossa repulsa contra os que nos apedrejarem e oprimirem! Por ela cobriremos de bênçãos todos quantos, com justiça e valor, ampararem os direitos, as regalias a que, equitativamente, temos jus (JORNAL DO COMMERCIO, 09/12/1900).

O *Jornal do Commercio* foi o espaço propício para os signatários "soltarem os gritos de indignação". Talvez o jornal tenha sido o único espaço possível para tal publicação, ideia que é reforçada pelas relações dos signatários com o periódico, já que o professor José Paixão, um dos manifestantes, atuou como colaborador do jornal.

Entre anúncios, notícias, e tantos escritos, o jornal também trazia outras informações de ordem técnica. Nesta operação de observação, em um trabalho minucioso de folhear as páginas do periódico, observou-se que a primeira equipe de redação contava, entre outros, com o literato Heitor Guimarães[41], que também foi inspetor municipal de ensino. Entre os colaboradores e redatores consta o nome de José Rangel[42], diretor do primeiro grupo escolar fundado em Juiz de Fora no ano de 1907. Além disso, foi professor da cadeira de geografia da

[41] Literato, membro da Academia Mineira de Letras fundada em 1909 em Juiz de Fora, Heitor Guimarães colaborou com outros jornais da cidade, como *O Pharol*. Ocupou também a redação do jornal *Correio de Minas* e atuou como inspetor de ensino.

[42] José Rangel foi diretor dos grupos escolares de Juiz de Fora, lente da cadeira de geografia comercial e professor de português do colégio Academia de Comercio. Professor de História Natural na Escola de Farmácia e Odontologia do Granbery. Foi também um homem de letras, especialista em conto e crônicas colaborou com diversas folhas do Estado e do Rio de Janeiro, especialmente no *Paiz*. Foi redator do *Jornal do Commercio*, colaborou no jornal *O Pharol* e um dos fundadores da Academia Mineira de Letras em 1909.

Escola Normal, estabelecimento no qual foi paraninfo das professoras que receberam o diploma em 1897. Seu discurso traz vários indícios sobre a representação docente da época, assim como as concepções sobre o que se esperava das futuras normalistas:

> Esta cerimonia, primeira de tal natureza, aos olhos da culta sociedade que ora nos rodeia e estimula, e na qual observo personalidades eminentes responsáveis pela orientação científica, artística, literária, politica e administrativa da esfera social em que vivemos, simboliza a consagração efetiva do mérito indiscutível das professorandas de 1897, assim como significa também prova ineludivel e palpitante do esforço que o corpo docente desta escola tem exercido, no intuito de bem servir à sua consciência, de corresponder à confiança dos seus concidadãos e do estado que lhe deu essa melindrosa investidura, e de desempenhar-se do grande e ponderoso compromisso que todo homem de civismo tem para com sua pátria, de bem servi-la nos limites do seu valor e do seu poder em toda e qualquer situação que pela sorte lhe seja predestinada [...] (JORNAL DO COMMERCIO, 10/12/1897, p.2).

A presença de pessoas envolvidas com a instrução na cidade ocupando cargos no jornal pode justificar a recorrência das notícias sobre educação no periódico. O fato de um dos signatários aparecer como sendo um dos colaboradores pode ser um indício do motivo da publicação do Manifesto ter ocorrido no *Jornal do Commercio.* Havia outros jornais na cidade onde também existe a recorrência de notícias referentes à educação, como o jornal *Correio de Minas* fundado por Estevam de Oliveira e produzido em 1895, 1897 a 1899, 1904 a 1908, 1915 a 1920 e 1922 a 1927. A partir de 1928 o jornal sofre várias alterações na propriedade e na redação, embora tenha perdurado até 1949. Pelos anos de sua existência, pode-se perceber que o jornal estava fora de circulação em 1900, ano de publicação do Manifesto, ainda assim, o jornal *Correio de Minas* consiste em um importante documento de análise devido a sua circulação em Juiz de Fora e Zona da Mata Mineira.

A figura de seu fundador é fundamental para justificar o conteúdo considerável da temática "educação" presente nas suas páginas. Estevam de Oliveira ocupou o cargo de inspetor de ensino, o que lhe possibilitou conhecer a realidade do ensino no estado de Minas e também em outras regiões. Por determinação do governo realizou, em 1902, uma viagem pelo Rio de Janeiro e São Paulo a fim de buscar ideias para realizar uma reforma no estado. O resultado dessa viagem foi à produção de um relatório que incentivou a reforma do ensino em 1906[43]. Sua prática de inspetor fez surgir nas páginas dos jornais diversos artigos, nos quais

[43] OLIVEIRA, Estevam. *Reforma do ensino publico primário e normal em Minas*. Relatório apresentado ao secretário do Interior. Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas. 1902

criticava as condições do ensino em Minas Gerais[44] como pode se observar nesta notícia do *Jornal do Commercio*:

> Temos dito e repetido inúmeras vezes, e não cessaremos de o dizer jamais, que a reforma do ensino primário em Minas se opunham, e se impõem ainda, escolhos temeros, arrecifes de não pequena monta. Sobressaem, dentre estes, a profunda ignorância do professorado, em sua grande maioria, quer no ponto de vista profissional e técnico, quer no ponto de vista literário. Não é raro, mesmo entre professores diplomados normalistas, encontrar-se quem desconheça a nomenclatura chorographica do Estado, e substitua, nos livros de matricula – Grão Mogol por GROMOGOL: como também é comum, entre a mesma classe de diplomados, achar-se quem não saiba redigir em vernáculo quatro linhas (JORNAL DO COMMERCIO, 23/09/1900, p.1).

São frequentes na imprensa mineira artigos discorrendo sobre educação, sínteses de relatórios de inspetores, resultado de exames e outras tantas notícias sobre educação na cidade, o que torna essa fonte dinâmica e rica em debates. A importância que a imprensa, enquanto suporte/instrumento, foi conquistando entre os historiadores é destacada por Maria Helena Capelato (1994). A autora alerta para os cuidados iniciais que devemos ter ao utilizar esse tipo de fonte, e propõe algumas indagações a respeito do jornal utilizado: quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados para "conquistar" o leitor?

Antônio Nóvoa, por sua vez, ao analisar a imprensa de educação e ensino em Portugal, destaca três aspectos importantes. Para o autor, as múltiplas facetas dos processos educativos são reveladas pela imprensa, tanto na perspectiva inerente ao sistema de ensino, quanto ao papel desempenhado por outras instâncias de socialização. Um segundo ponto apresentado diz respeito à natureza da informação fornecida pela imprensa, pois as reflexões expostas estão muito próximas do acontecimento, o que segundo o autor permite construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efetivas na sala de aula, sendo a imprensa o melhor meio para "compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática". Na

[44] Sobre Estevam de Oliveira e o jornal *Correio de Minas* ver: ALMEIDA, Cíntia Borges de. *Entre a 'tiramnya cruel' e a 'pedra fundamental'.* A obrigatoriedade do ensino primário como uma técnica de governo em Minas Gerais. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. CHAMON, Carla; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O olhar comparativo: Estevão de Oliveira e os grupos escolares em Minas, no Rio e em São Paulo. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.22, Campinas,2010,p.17-42) SOUZA, Cristiane Oliveira de; ALMEIDA,Cíntia Borges de. *Grupo escolar: uma análise a partir da concepção de Estevam de Oliveira*. In: Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais, 5; Montes Claros, 2009. *Anais...* KAPPEL,Marília Neto.*O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908).* São João del'Rey: UFSJ, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São João del'Rey.

terceira questão apontada, a imprensa seria o lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação coletiva (NÓVOA, 2002, p.13).

Ao se referir aos periódicos educacionais, Nóvoa (2002), considera que os jornais permitem emergir "vozes que tem dificuldade de se fazerem ouvir em outros espaços sociais tais como a academia ou o livro impresso" (idem, 2002, p.13). No caso específico do estudo aqui proposto, os jornais também podem ser considerados espaços de manifestação de poder. Quem eram os colaboradores dos jornais? Quais pessoas escreviam para os mesmos? Quem dominava a escrita para utilizá-la no jornal, em um contexto onde o número de analfabetos não era pequeno?

Para Maria Helena Câmara Bastos (2002) a imprensa pedagógica contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, enfim, as práticas educativas. Apesar do *Jornal do Commercio* e o *Correio de Minas* não se inserirem no que a autora considera "imprensa pedagógica", encontramos, em suas páginas, situações provenientes da prática educativa.

Até o momento, apontou-se a relevância da publicação do Manifesto e as possibilidades de discussões que o texto permite pelas várias questões que aponta. Discutiu-se também sobre a circulação do documento entre os professores, levando em consideração o alcance almejado pelos signatários.

O uso dos jornais como fonte requer alguns cuidados, como apontado nesse trabalho, ao mesmo tempo, expede algumas ressalvas, pois quem escreve qualquer texto para ser publicado em algum jornal, o faz com a consciência de que este espaço é inerentemente público. Ou seja, o jornal, por sua circulação ou por sua função informativa, possui um caráter publicizador. Entende-se que a publicação do Manifesto no *Jornal do Commercio* teve a intenção de alcançar um número considerável de professores. Mas, ao tornar público uma opinião ou apresentar um texto qualquer em um espaço de caráter abrangente e que envolvia outros leitores e pessoas, expunha-se a debates provenientes de retaliações, críticas, aprovações e desaprovações.

Neste sentido, o texto do Manifesto não ficou ileso de discordância. Poucos dias após a publicação, surgiu no mesmo *Jornal do Commercio,* um artigo escrito como uma resposta direta aos signatários, intitulado: "O Manifesto Professoral". O texto foi assinado por Augusto Franco e logo em seu início remetia de forma irônica aos quatros manifestantes:

> Quatro distintos e conhecidos professores desta cidade – J. Paixão, Rymundo Tavares, Felicíssimo Mendes Ribeiro e Francisco Paixão- dirigiram, há dias, um manifesto ao professorado mineiro, no sentido de se congregar essa importante classe social, para o fim de se melhorarem as suas condições. A leitura atenta desta peça deixou em meu espírito a impressão de que aqueles esforçados e bem intencionados preceptores da mocidade e da infância ainda são demasiado ingênuos, ainda estão no mundo da lua (JORNAL DO COMMERCIO, 15/12/1900, p.1).

Nota-se um tom de crítica à publicação dos professores que são considerados "demasiado ingênuos", inseridos "no mundo da lua". A afronta de Augusto Franco ao Manifesto dos professores pode ser um indício de que talvez os signatários não estivessem vivendo totalmente "no mundo da lua". Ao contrário. Se considerar o seu artigo como uma reação, pode-se entendê-lo como consequência de uma ação, ou melhor, como uma reação. Ou seja, ele só ocorreu devido à publicação do Manifesto, portanto é fruto da circulação daquele. O articulista continua a sua crítica:

> Falaram em Dante, falaram em Sócrates, no mito helênico, em Ugolino, em Alves Mendes, na Inquisição, em Oliveira Bello, na Patria, em Diogenes, e, sobretudo, na imprensa. Mas esqueceram-se de tocar no principal: no Indiferentismo público. Deviam ter apelado para a condescendência, para a misericórdia desse cidadão, que é o fator essencial do atrofiamento de todas as tentativas boas (JORNAL DO COMMERCIO, 15/12/1900, p.1).

Augusto Franco classifica os signatários como "ingênuos" por esses quererem a união dos professores em uma sociedade onde imperava o "indiferentismo público". Por outro lado, pode-se pensar que os manifestantes conheciam esse indiferentismo, inclusive, isso pode ter sido o incentivador da publicação do texto, que pelas suas características, visando o convencimento, pode demonstrar que eles não estavam "no mundo da lua", mas ao contrário, sabiam muito bem o terreno que habitavam, por isso, usaram de um recurso de linguagem pelo convencimento e otimismo, justamente para contrapor o indiferentismo citado por Augusto Franco, que seguiu sua afronta apontando as consequências do indiferentismo dos cidadãos juiz-foranos:

> Só aqui em Juiz de Fora, quantos delitos não tem praticado esse ilustre poderoso? Neste momento, apenas me recordo dos seguintes: a morte da Academia de Commercio, do sr. Batista de Oliveira; a morte da Alfandega, do sr. Gustavo Penna; a morte, em nascedouro, da Exposição, do sr. Padre João Castro; a morte, por estrangulamento, da Confraria Literária, de alguns srs. Literatos; a morte, por asfixia, da Associação Comercial, de alguns srs. Negociantes; a morte, por acidente imprevisto, da Faculdade Medica; e... muitos outros males, que quase todos são obra desse sr. Indiferentismo. Apesar da tenacidade do dr. Eduardo de Menezes e do sr. João Massena, eu não serei quem espere ver realizar seus humanitários fins a – liga contra a tuberculose. Também não antevejo bom futuro ao Liceu Salesiano, e muito menos ao Corpo de Bombeiros voluntários, do sr. Pinheiro Machado. É, porém, difícil encontrar-se um meio de matar esse terrível indiferentismo, que tantas mortes

> há feito! E os srs. Professores, não o tentando, fizeram bem, porque seria talvez uma tentativa inútil (JORNAL DO COMMERCIO, 15/12/1900, p1).

Outra questão criticada pelo articulista refere-se ao poder de circulação que os signatários atribuíam à imprensa ao anunciarem terem "o livro, a pena, a palavra, e a maior de todas as forças – a justiça -, a mais cortante, a mais fulgorosa de todas as armas – a imprensa". Augusto Franco desconfiava desse poder de circulação.

> Quantas pessoas leram o aludido manifesto? Juro em como nem vinte. Quantos jornais o transcreveram, apesar do pedido de transcrição? Nem um, siquer, dele deu notícia. E os signatários desse documento ainda apelam para a Imprensa! (JORNAL CO COMMERCIO, 15/12/1900, p.1).

Será que realmente menos de vinte pessoas leram o Manifesto? A circulação das ideias pelos jornais pode ser medida pelo número de assinantes, como também pela quantidade de periódicos vendidos. Não foi possível levantar tais informações sobre o *Jornal do Commercio.* O trecho acima ainda informa que nenhum outro jornal transcreveu o Manifesto, apesar dos pedidos para a publicação. Sobre essa questão, fizemos um levantamento dos jornais existentes na cidade de Juiz de Fora e, assim como declarado por Augusto Franco, não foi encontrada a publicação em outro periódico[45].

Do mesmo modo que, neste trabalho, problematiza-se o Manifesto, analisando suas colocações e refletindo sobre a intenção dos signatários, foi necessário fazer o mesmo com o artigo "Manifesto Professoral". Como se trata de um texto que visava detratar a publicação dos professores, a sua argumentação é construída utilizando de estratégias de escrita adotada pelo articulista, visando passar uma mensagem específica para o leitor. Neste sentido, cabe indagar sobre os motivos que levaram aos comentários públicos sobre o Manifesto escrito pelos professores em questão, apontados como inseridos "no mundo da lua". O artigo de Augusto Franco, apesar das críticas, coloca o Manifesto em uma posição que é considerada importante, pois sugere um desencadeamento imediato, como já dito anteriormente. O texto termina fazendo referência a uma reunião que ocorreria no dia seguinte:

> Foi anunciado que, amanha, se efetuará a primeira reunião, na escola normal, para tratar dos interesses da classe. 'São convidados a comparecer – informa a notícia- os representantes da imprensa, os professores a cidade e de fora, bem como as exmas. Famílias e os cavalheiros não indiferentes às boas causas'. Veremos que ninguém lá

[45] Foram vistos vários periódicos da cidade, a maioria, não continha o ano de 1900: *A Actualidade* – 18/09/1892 a 25/12/1892, *Correio da Tarde* – 1906 a 1908, *A Democracia* 22/05/1886 a 28/11/1886, *Diário da Tarde* (1) 03/05/1894 a 03/06/1894, *Diário da Tarde* (2) – 02/01/1899 a 26/05/1899, *Gazeta da Tarde* (1) 10/04/1889 a 22/11/1899, *Minas Livre* – 14/05/1891 a 05/11/1891, *A Regeneração* 23/06/1889 a 04/08/1889, *Juiz de Fora* 14/07/1893 a 01/10/1893, *Diário de Minas* 1888 e 1889. No jornal *O Pharol*, foi verificado o ano de 1900 e constatou-se que o Manifesto não foi publicado.

> comparece, a não serem os quatro professores e um ou outro curioso. Tomara entretanto, esteja eu profetizando errado. Mas, infelizmente, parece-me que não. (JORNAL DO COMMERCIO, 15/12/1900, p1).

A reunião dos professores ocorreu e foi noticiada pelo *Jornal do Commercio* sob o título de "Liga Pedagógica". As expectativas pessimistas de Augusto Franco foram superadas já que, ao contrário do que previu, mais que os quatro signatários, apareceu uma leva de "trinta e tantos representantes da classe". No evento,

> tomou a palavra o professor Dr. Raymundo Tavares, e aclamou presidente da reunião o Dr. Pedro de Abreu, um dos decanos ilustres do magistério brasileiro, o qual, por motivos razoáveis, se escusou. O professor J. Paixão aclamou, em seguida, o dr. Eloy de Araújo, que aceitou, agradecendo, em breves palavras, a confiança dos colegas, e convidando para secretários da mesa J.Paixão e Felicíssimo Mendes Ribeiro. Foi pelo Sr. Presidente dada a palavra a J.Paixão, 1º signatário do manifesto. O orador fez a apologia da missão do educador primário, salientando a necessidade da união da classe para tratar dos seus direitos e das regalias a que tem jus como operários intelectuais, e indispensáveis fatores do engrandecimento social. Em seguida pediu a palavra o dr. Raymundo Tavares, que, concitando seus colegas a operarem neste ideal com entusiasmo e perseverança, apresentou outros meios práticos para a consecução dos fins que visa a liga pedagógica. Falou, ainda, o estudante normalista Fortes Bustamante, representante do Gremio Literário Eloy de Araújo. O sr. Presidente nomeou as seguintes comissões: para organizar estatutos, os professores J. Paixão, Francisco Paixão e dr. Raymundo Tavares, aos quais também compete o papel de intermediários de todo o professorado com relação a liga. Para propaganda: os professores, J. Rangel, Alipio Peres e Oscar Peres. Ficou marcado o dia 3 de janeiro para nova reunião, a fim de se fazer a eleição definitiva da mesa (JORNAL DO COMMERCIO, 21/12/1900, p.1).

Observa-se uma menção explícita ao Manifesto, assim como a continuidade do discurso dos signatários, novamente "salientando da necessidade de união da classe". Entende-se que a atitude dos signatários, em escrever e publicar um Manifesto representou uma tentativa de romper com o "indiferentismo público" e, talvez, tenha afetado até mesmo aqueles que criticaram o documento, a exemplo do articulista do "Manifesto Professoral":

> Porque me expresse assim, de modo tão pessimista, não desacoroçoem os dignos srs. Professores. Pode ser que ainda consigam alguma coisa favorável à sua nobre classe, uma das mais precisadas e merecedoras de proteção. Que, pois, as minhas palavras de mão agouro as leve o vento, e o professorado mineiro se reerga altivo do abatimento, em que ora se acha, tanto mais quanto já o governo atual do nosso estado patrioticamente tem vindo em auxílio desse reerguimento, que é, aliás, uma necessidade imperiosa, imprescindível. (JORNAL DO COMMERCIO, 15/12/1900, p.1).

Apesar das críticas ao encerrar o texto, Augusto Franco, em certa medida, legitima a publicação do Manifesto, justificando o insistente pedido de união dos signatários, ao dizer

que os professores mineiros sofriam de um "abatimento", precisando, portanto, de um "reerguimento", fato que os manifestantes de 1900 acreditavam que ocorreria através de uma força que guiasse e dirigisse os professores, ou seja, uma associação.

O discurso do Manifesto é um apelo para que os professores saíssem de uma posição acomodada, estática, de um "abatimento", para que unidos, modificassem sua realidade. Para tanto, a escrita do texto possui aspectos que, em certa medida, são partes de uma estratégia de convencimento a quem foi direcionado. Isso não quer dizer que em torno da profissão docente não houve deficiências, mas, deve-se tomar o cuidado de problematizar o Manifesto enquanto um discurso, um texto, um documento, e não a realidade.

1.3 Representações sobre a docência pelos inspetores escolares

> Unamo-nos! Temos sido, a hora em que empunhamos a pena para traçar os prondomos, ao menos de nossa emancipação, de nossa maior idade, uma espécie de maquina de Abc de 2 vezes 1, sem vontade autônoma, sem genealogia, sem mérito. *Não legislamos para nós*: são os eleitos nas urnas, quase nunca experimentados nos combates pedagógicos, na clinica das enfermidades intelectuais, os nossos oráculos, os nossos diretores: daí as danças cabalísticas, as espécie de luta pela existência, dos parágrafos e dos artigos dos regulamentos de instrução (JORNAL DO COMMERCIO, 09/12/1900, p.2, grifo nosso).

Os relatórios dos inspetores escolares consistem em registros importantes onde o professor também está presente, e em alguns casos possuem suas reivindicações endossadas pelos inspetores, que em certas localidades eram, além de agente fiscalizador, os únicos mediadores entre os professores e o governo, e de certa forma, eram por eles também que as reivindicações se encaminhavam.

Tendo em vista que a história "consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica de outro" (THOMPSON, 1981, p.49) a proposta aqui apresentada foi desenvolvida em diálogo com um conjunto documental, no qual é possível encontrar a figura do professor, tais como requerimentos de professores junto à Câmara Municipal, relatórios de inspetores escolares, os próprios jornais da cidade e o *corpus* legislativo referente à instrução pública, já que "a lei contém um "modelo" de cultura escolar que, obviamente, não é à realidade da escola, mas pode ser uma interessante porta de entrada para a compreensão dessa categoria de análise na história da educação" (GONÇALVES NETO, 2009, p.72). Este conjunto documental

possibilitou o entendimento dos possíveis significados da profissão docente em Juiz de Fora, assim como seu papel, suas funções e suas atuações.

A fiscalização e o controle sofrido pelos professores eram materializados nos regulamentos que visavam uma uniformização do ensino. Em Minas Gerais, os professores estavam submetidos a uma regulamentação desde o ano de 1835, pela lei n.13 que traz considerações acerca da organização do ensino no estado e apontava, também, as obrigações dos professores, discorrendo sobre sua formação, determinando a criação de escolas normais, que seriam os locais autorizados para a difusão de um tipo de conhecimento normatizado que deveria caracterizar o novo professor primário, distinguindo-o de seus antecessores: os mestres-escolas.

Na prática, o que se observou foi uma grande desarticulação entre os ideais de organização escolar e sua aplicabilidade, inclusive no tocante ao estabelecimento das escolas normais, que vivenciam um período de inconstâncias entre aberturas e fechamentos em toda a província, num funcionamento irregular, justificado, entre outros aspectos, pela falta de condições materiais e de viabilidade (NASCIMENTO, 2003).

Mas, afinal, a união dos professores, pregada pelos manifestantes, acarretaria em uma participação na elaboração dos regulamentos? Segundo o Manifesto de 1900, os professores não participavam das discussões que originariam as leis, tarefa incumbida aos "eleitos nas urnas, quase nunca experimentados nos combates pedagógicos". A aplicabilidade da lei, também, não ocorreu sem desavenças e atritos entre os atores envolvidos com a prática educacional, ou seja, entre os agentes fiscalizadores e os professores.

A primeira lei que regulamentou o ensino em Minas Gerais no período republicano foi a lei 41 de 1892. A partir dela,

> Criou seis lugares de inspetores ambulantes, nomeados pelo Presidente do Estado, após concurso de provas. A função desses inspetores era de visitar as escolas públicas e particulares, verificando se os professores cumpriam os seus deveres, se davam o programa, se tratavam os alunos "com amor paternal", se a casa da escola e mobília tinham condições para a sua finalidade, se os meninos pobres estavam providos de compêndios, etc. (MOURÃO, 1962, p.25).

Alguns trabalhos elegem a função de inspetor escolar como componente de uma maquinaria disciplinar, que descreve e dá visibilidade a um conjunto de determinadas informações, referentes ao corpo docente e as suas práticas, colocando-os em um campo de vigilância (BORGES, 2007). Porém, a leitura dos relatórios dos inspetores de ensino permite entendê-los em mais de um sentido, além de agentes do governo, atuando enquanto

fiscalizadores, ordenando e contribuindo para o cumprimento da lei, eles também, talvez sem a intenção, cumpriram outro papel dentro do seu campo de atuação, na medida em que criticavam e de certo modo endossavam o coro das reclamações dos professores:

> Há em relação aos professores primários uma reclamação que me parece de toda justiça ser atendida: é a consignação no orçamento de uma quota, destinada ao auxílio de aluguel da casa. Essa despesa é atualmente feita pelos professores, e em certas zonas, sobretudo nesta, observa-lhes grande parte dos vencimentos. Conclusão: são necessidades urgentes: a aquisição de mobília escolar e material técnico para as escolas primárias, principalmente distritais e rurais, desprovidas na sua quase totalidade: a remessa aos professores dos livros necessários à boa ordem da escrituração escolar, a remessa de compêndios e material de ensino pra os alunos pobres de diversas escolas[46].

Os relatórios dos inspetores mostram uma constante preocupação com a regulamentação da instrução e a consciência daqueles que os escreveram acerca da contribuição de seus cargos, propondo muitas vezes ao governo medidas para sanar problemas recorrentemente encontrados nas inspeções. Neste sentido, destaca-se a conclusão do relatório do inspetor Manuel de Paula Lima, no ano de 1894:

> [...] ao confeccionar o presente relatório, só tive em vista chamar a atenção do Governo para algumas irregularidades que tenha notado nesta circunscrição, e tratando em particular de algumas escolas que já visitei, só tive em mente propor medidas que se afiguram indispensáveis para regular o andamento das mesmas (LIMA, 1894)[47].

Regulamentar a instrução consistia em uma preocupação constante do governo do estado, refletida nas falas dos inspetores, levando-os a delatar a intensa precariedade das escolas e também, indicar possíveis avanços ou sinais de regularidades. Parte desses sinais apareciam à medida que as escolas eram visitadas, no momento em que as matérias seguiam o regimento imposto pela secretaria por "consulta[rem] as exigências da pedagogia moderna e os compêndio [...] aprovados pelo Conselho Superior" (COELHO, 1896)[48].

A fala dos inspetores era pautada na lei, afirmando sua posição de agente fiscalizador, responsável por garantir o bom funcionamento das escolas, exercendo uma suposta posição de superioridade aos professores, inclusive, explicando em alguns momentos, como eles deveriam agir. A lisura do cargo exigia uma postura que garantisse a imagem do inspetor

[46] Arquivo Público Mineiro. SI 680, Correspondência recebida pela Secretaria do Interior sobre Inspeção de Ensino. Relatório do inspetor Theodoro Caetano da Silva Coelho de 1896.
[47] Arquivo Público Mineiro. SI 663. Correspondência recebida pelo secretário do Interior sobre Inspeção de Ensino. 1894. Relatório de Manuel de Paula Lima de 1894.
[48] Arquivo Público Mineiro. SI 680, Correspondência recebida pela Secretaria do Interior sobre Inspeção de Ensino. Relatório do inspetor Theodoro Caetano da Silva Coelho de 1896

como uma pessoa justa e imparcial nas decisões concernentes a sua função, ou seja, na fiscalização e constatação de irregularidades frente ao estabelecido pelo regimento em vigor, conforme é possível observar no discurso apontado pelo relatório do inspetor Estevam de Oliveira, em 1900:

> Estudando a frequência legal e a escrituração do arquivo, deparou-se-me desde logo a falta gravíssima de estar conservado em branco o ponto diário, de janeiro até agora, não só por decisão do professor, mas ainda por intenção de dolo, porquanto, interpelando-o eu a cerca ou tão grave falta, respondeu-me cínico e revoltante desembaraço que, por acordo com o inspetor municipal, havia deliberado deixou em branco aquele livro, visto como não tendo frequência a escola, fácil e seria depois encher os boletins trimestrais e mapas do semestre (...). Perguntei mais ao Sr. Inspetor escolar (note-se que estes dois funcionários pertencem ao partido a que estou ligado). Faço esta declaração a fim de patentear minha imparcialidade, como, estando ele investido de um cargo de confiança do governo, havia lançado o seu visto no último boletim de 31/03, inquestionavelmente, falso (...). A vista disto e não me parecendo aplicável ao professor à penalidade do art. 129 do reg., por não lhe haver sido aplicada a dos art. antecedentes, proponho a suspensão desta escola, por incidir na disposição do art. 48 § 1º (OLIVEIRA, 1900)[49].

O reconhecimento da importância do seu cargo é latente no texto acima, pois, ao afirmar sua imparcialidade, o inspetor "ajuíza do que vê, ancorado em sua experiência, e também nos projetos em que acredita" (SCHUELER; GONDRA, 2010, p. 91). Outra questão recorrente e que pode ser percebida no trecho supracitado é a aplicação da lei pelo ato de descumprimento de uma função. No caso acima, foi sugerido o fechamento das escolas, mas não a punição dos agentes. Há de se pensar, se apenas o professor tivesse transgredido o regulamento, ainda assim, o mesmo ficaria sem punição?

A suposta imparcialidade dos inspetores, no seu papel de julgar as penalidades, estava inserida em um discurso moralista que submetia os/as professores/as a um determinado padrão de comportamento. As observações feitas nos relatórios sobre as professoras são indícios deste discurso moral, apresentando-as como "solteira, honesta, inteligente, dedicada ao ensino e geralmente considerada"(LIMA, 1894).

Neste quesito a fiscalização era exercida por toda comunidade que denunciava os possíveis desvios de conduta. No trecho abaixo, o inspetor Estevam de Oliveira relatou em "nota reservada", uma descrição recebida por ele sobre um suposto comportamento de uma professora no distrito de Sarandy, município de Juiz de Fora:

> a respeito do procedimento moral desta professora tive más informações, que me foram ministradas verbalmente por um cavalheiro seu conterrâneo, casado com uma sua parenta (...). Disse-me o cavaleiro (...) que esta parenta de sua mulher, hoje professora do Sarandy (...) e que em casa de seu próprio pai, depois de desvirginada,

[49] Arquivo Público Mineiro. SI 2746. Inspeção de Ensino. Relatório do inspetor Estevam de Oliveira, 1900.

> por um médico viveu em estado de quase mancebia como amante (...). Que depois disto amasiou-se com outro padre, (...) que a professora acompanhou o padre a Ouro Preto, a pretexto de estudar na Escola Normal daquela cidade, e que dele teve ali um filho. Que ainda acusado por ele informante, retirou-se o padre com a sua amasia de Ouro Preto para Barbacena, e desta cidade para São João Del Rei, onde ela fez exames e se habilitou pra o exercício do magistério. Que em todas essas localidades o padre ou fazia passar, ora por este, ora por aquele próximo parentesco, e assim justificou a proteção e o interesse dispensado à professora (...). E efetivamente esta moça foi nomeada professora por intermédio do integro senador Dr. Agostinho Cortes, em cujo município o padre mora, perante a qual, como também no Sarandy, se faz passar por irmão natural dela (...). Forneço estas notas à secretaria e ela ordenará o que devo fazer (OLIVEIRA, 1901)[50].

É predominante nos relatórios analisados, a posição dos inspetores enquanto agente fiscalizador, porém, nota-se em outros momentos, esses sujeitos apresentando uma fala crítica acerca de diferentes pontos, ainda que esses pontos emergissem do universo legal. No trecho citado a seguir, o inspetor Manoel de Paula Lima faz uma consideração sobre um artigo da lei nº 41de 1892, reconhecendo os impedimentos de sua aplicação e as dificuldades enfrentadas pelos professores.

> Em primeiro lugar, porém, seja-me permitido tratar da impraticabilidade de algumas disposições da lei 41 de 3 de agosto de 1892, (...) dispõe o art. 88, letra C: "o ensino primário nas escolas urbanas, compreende-se (...)". Junte-se a isto o trabalho que tem um professor com o ensino das primeiras letras e o tempo que inevitavelmente há de gastar para corrigir escritas (...) o duplo do tempo de que dispõe ser-lhe-ía insuficiente ainda para o desempenho de sua tarefa. Deixe agora de parte estas considerações e pergunto aos que sistematicamente defenderam o art. que sou forçado a condenar: o homem que julgar-se nos casos de lecionar todas as disciplinas de que trata este art., aceitará uma nomeação para professor de Instrução Primária? (...) É forçoso então chegarmos a esta conclusão lógica e inevitável: a autoridade vê que o regulamento não é respeitado e não pode reagir, vê que a lei não é cumprida e cala-se! (LIMA, 1894)[51].

Portanto, os inspetores exerceram o papel ao qual foram designados, ou seja, de fazerem cumprir o regimento, mas também, esboçavam críticas ao próprio, ancorados na crença da necessidade de mudanças no ensino, sendo pouco complacentes com as mazelas da instrução, o que consideravam como atraso e incompetência (VELOSO, 2009). Para fazer cumprir a lei necessitava-se de condições para exercê-la. Portanto, Manuel de Paula lima, apesar de traçar retaliações à lei de 1892, a faz no cumprimento de sua função. Apesar disso, suas considerações soam como denúncias de uma deficiência e precariedade conhecidas pelos inspetores e principalmente pelos professores. Talvez por este fato, eles insistiam em explicitar falhas nos setores reguladores, como a existência de uma discrepância entre os

[50] Arquivo Público Mineiro. SI 2756. Inspeção de Ensino. Relatório do inspetor Estevam de Oliveira, 1901.
[51] Arquivo Público Mineiro. SI 663. Correspondência recebida pelo secretário do Interior sobre Inspeção de Ensino, 1894.

poderes municipais e estaduais que "como [era] sabido, poucas [eram] as autoridades locais que se interessa[vam] pelo regular andamento das escolas públicas, muitas das quais passa [vam] dois, três e mais anos sem uma única visita destas autoridades" (LIMA, 1894).

A crítica por parte de inspetores escolares ao corpo legislativo não se restringiu aos relatórios. Elas também foram publicadas nas páginas dos jornais, como o fez o inspetor Estevam de Oliveira no *Jornal do Commercio* discorrendo sobre a lei n. 41 de 1892. Segundo Oliveira, "a lei 41 padece critica verdadeira, pois, na verdade, ela não é mais que o conjunto de inspirações teóricas, tendo o legislador desprezado, ao formulá-la, o ponto de vista prático, isto é, a observação precisa e o conhecimento prático do meio em que ela devera ser executada" (JORNAL DO COMMERCIO, 28/08/1900).

Essa tensão entre a prática e a lei, existente nas falas dos professores até nos dias atuais, e expressa por Estevam de Oliveira nas páginas do *Jornal do Commercio*, endossa o argumento exposto no Manifesto dos professores em 1900, quando diziam que [os professores] "não legislamos pra nós" e que as leis eram feitas por pessoas eleitas nas "urnas quase nunca experimentados nos combates pedagógicos". Ora, a crítica daquele inspetor se encaminha neste sentido.

Essa falta de conhecimento das práticas e da realidade era refletida nas condições de trabalho dos professores, como observado na descrição das escolas nos relatórios, nas quais, majoritariamente, os prédios eram de propriedade dos professores. As mobílias, imprestáveis, insuficientes, obtidas por subscrição popular e muitas delas com bancos toscos, por sua vez, os livros didáticos eram fornecidos por particulares ou pai de alunos, isso quando não faltavam. Neste sentido os relatórios dos inspetores escolares são indicadores das condições das escolas:

> Visitei hoje oficiosamente esta escola, a sua direção não se pode levantar a menor censura, porque é ela racional e bem concebida. Encontrei frequentada por 49 alunos. Funciona em sala acanhada por não haver outra melhor, de aluguel, nas imediações. E assim se conservam os alunos apinhados e mal podem ser dadas no quadro preto as lições que requerem o emprego deste utensilio. Admiro que os poderes públicos não se tenham ainda compenetrado da necessidade rudimentar de se uniformizar o ensino primário e de que a uniformização de ensino só é possível pelo fornecimento gratuito de livros didáticos às escolas (OLIVEIRA, 1899)[52].

Nesse emaranhado de relações, na imbricação existente entre a função da fiscalização sobre a ação do professorado, evidenciam-se diferentes papéis, ainda que os mesmos estivessem representados por agentes que dialogavam, que ocupavam lugares

[52] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Serie 154/02. Termo de visita de Estevam de Oliveira, 1899.

complementares, que configuravam ações convergentes, embora complexas. Nesse sentido, justifica-se voltar o olhar para os agentes fiscalizadores, já que estes, também representavam uma relação importante frente à atuação dos docentes. Assim, configura-se interesse deste trabalho observar às relações postas/ interpostas/ sobrepostas às ações dos professores.

1.4 "A espinhosa e difícil" tarefa da profissão docente

O entendimento do conjunto de fatores que teriam motivado os professores a publicarem um Manifesto, requer um esforço de reflexão e investigação que vai além da própria publicação de 1900, remetendo a uma variedade de fontes, como alertou Bloch:

> Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza (BLOCH, 2001, p. 80).

Seguindo a sugestão de Marc Bloch, foram utilizados neste trabalho "testemunhos" variados, tanto documentos referentes a professores, como também as falas de inspetores escolares, a partir dos quais, acredita-se abordar mais claramente as informações ali indicadas enquanto "vestígios" de uma sociedade e de uma época específica, mas principalmente sua análise servirá como via de acesso para compreender os vínculos históricos acerca das ações dos professores, da cidade na qual eles estavam inseridos, o reconhecimento de suas funções pela população, suas inquietações e desejos que possam ter incentivado a elaboração e publicação do Manifesto. As construções esboçadas na documentação acerca dos professores e de suas ações, de seus cotidianos, permitiram elucidar um processo pautado por conflitos e resistências.

Afinal, em diferentes momentos e em diversos lugares, os sujeitos, professores e educadores, vieram a público apontar problemas, sugerir caminhos, colocando-se nos debates que envolviam a educação. Suas posições e atitudes permitem refletir sobre o papel exercido pelo professor dentro de um projeto de sociedade. E mais, como ele era visto e reconhecido.

As problematizações acerca do professor servem como norteadoras no esforço de interpretar o lugar que ocupava dentro do projeto de Estado-Nação, uma vez que alguns autores defendem que na formação do Estado Nacional, a instrução cumpriu o papel de

permitir que o Império brasileiro se colocasse ao lado das nações civilizadas (MATTOS, 1984).

A instrução seria responsável, de acordo com Faria Filho, por uma dupla finalidade: como tarefa fundamental para a constituição do Estado brasileiro e como condição de manutenção desse Estado, garantindo meios de governabilidade, que só seria alcançada através da instituição de mecanismos de atuação sobre a população, onde "[...] a instrução, enquanto mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas também evitaria que esse mesmo povo desviasse do caminho traçado" (FARIA FILHO, 2001, p. 137). À medida que a escola exercia o papel de civilizar o povo e de construir a nacionalidade, os professores também sofriam esse processo, porém, de algum modo, os indivíduos encontravam espaços de liberdade quando submetidos a normas rigorosas (MULLER, 1999).

O uso estratégico da instrução fosse pelos diferentes modos de escolarização e instrução (doméstica, particular, pública), fosse pelas diferentes modalidades de ensino (ofícios, ensino agrícola, aprendizes e artesãos, instrução elementar, etc.), visava disciplinar e civilizar a população. Nessa missão, o professor terá um papel fundamental. Será ele o responsável de servir de exemplo de conduta moral, além de ensinar o conteúdo necessário para a formação de cidadãos úteis. O professor enquanto um missionário deveria submeter-se a um processo de seleção, através do qual teria de comprovar sua idoneidade, apresentando documentos que atestassem suas qualidades morais para o exercício da docência.

> Esse controle, através dos mecanismos de seleção e dos exames a que eram submetidos [o]s professor [es], representou um importante elemento para o Estado, como meio de delimitação do 'modelo' de professor que estava em constituição. Através desses exames, o Estado definia quem estava apto para exercer o magistério. Aliás, controle não era privilégio dos professores, podendo ser percebido nos diversos níveis da população. Em um momento onde a sociedade tornava-se mais complexa, buscava-se ordenar e regular os sujeitos (NASCIMENTO, 2005, p.193).

O governo provincial mineiro acentuou, no período imperial e também nas primeiras décadas republicanas, seu discurso em torno da necessidade de aperfeiçoamento da instrução, em que a formação docente teve centralidade. É recorrente nos relatórios dos presidentes da província do período imperial a ênfase dada à má formação dos professores. Conforme aponta Primitivo Moacyr "(...) o falecido Barão de Caçapava, presidente da província, dizia que a causa única deste mal é que a maior parte dos mestres de instrução primária ainda precisa voltar à escola". (MOACYR, 1940, p.138). Intensificou-se a preocupação com a formação da população e também, com a qualificação dos professores, ainda que no discurso. No entanto,

que qualificação era esta? Era necessário que estes professores atendessem aos interesses do Estado e da sociedade. Logo, nesse Estado que se organizava o professor "deveria funcionar mais como um agente disseminador de uma mentalidade moralizante que como um difusor de conhecimentos" (VILLELA, 2001, p. 126).

Pode-se perceber que em torno da função professor, orbita um campo de significados, delegações, controles, fiscalizações e definições dos outros sobre eles e deles mesmos frente à sociedade. Para desenvolver este trabalho de reconhecimento do cenário, de sua cultura e dos sujeitos incluídos e representados pelo Manifesto, analisou-se documentos nos quais foi possível mapear as escritas dos professores a partir de uma perspectiva que autorize compreender um horizonte teórico nessas falas, possibilitando visualizá-las como produtoras de modelos de identificação do que significava ser professor, da sua atuação, do seu espaço, como construtoras de identidades sociais, mas também como um mecanismo de interpelação, de convencimento, carregado de intencionalidades.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos professores, havia ainda um controle sobre quem exercia a função do magistério que era feito em diferentes formas, inclusive do ponto de vista moral, tendo os professores que apresentarem certificados de boa conduta. Além da questão da moralidade, o professor era submetido à fiscalização das suas práticas, exercido pelos inspetores escolares e também submetido aos exames escolares, cujo processo se dava pela composição de uma banca examinadora formada pelo inspetor municipal de ensino e outros professores da cidade, que visitavam as escolas e avaliavam os alunos e professores (as) apesar dos próprios inspetores reconhecerem que "os exames nas nossas escolas [eram] simples atos decorativos" (OLIVEIRA, 1900)[53]. A polêmica dos exames escolares chegou até a imprensa:

> O art. 93 $ 14 do reg. n. 1348, de 8 de janeiro do ano corrente confere aos inspetores escolares extraordinários a atribuição privativa de fiscalizarem os exames finais do ano letivo nas escolas daquelas localidades onde se achem por ocasião desses mesmos exames (...). Acresce, por outro lado, que em geral são uma burla os exames finais nas nossas escolas primárias, pelo sistema de condescendências e contemporizações a que obedecemos, sempre que se trata de serviço público. De ordinário as provas escritas sujeitas á apreciação dos examinadores nessas escolas são feitas com muita antecipação, em cadernos bonitos e enfeitados, porém, que não permitem julgamento seguro sobre o estado de adiantamento das crianças que às frequentam! Parece, conseguinte, que neste ano teremos exames verdadeiros. Para isso, e escudado na disposição do artigo 86 $ 4º do reg. cit., solicitou o sr. inspetor extraordinário as precisas informações do sr. inspetor municipal, a respeito dos dias designados para os ditos exames, que só poderão ser efetuados regularmente designado um dia para cada escola, e não como outrora, atropeladamente, em duas e três escolas num mesmo dia (JORNAL DO COMMERCIO, 26/10/1900, p.2)

[53] Arquivo Público Mineiro. SI 2756. Inspeção de Ensino. Relatório do inspetor Estevam de Oliveira, 1900.

A questão dos exames parece um pouco complexa pelo modo como se definia quem seriam os examinadores. Não se tratava de um cargo fixo, os próprios professores eram também examinadores. A realização dos exames escolares era divulgada nos jornais, assim como os seus resultados:

> Começaram ontem os exames nas escolas mantidas pela nossa municipalidade, as quais tem sido tão úteis e proveitosas à população menos abastada. Conforme havia sido determinado pelo digno inspetor do município, começaram os ditos exames pela escola mista do arraial da Grama, regida pela normalista d. Maria Massena (JORNAL DO COMMERCIO, 07/11/1900, p.1).

Durante os exames, os alunos eram submetidos a uma banca composta, além dos examinadores, do inspetor escolar, que lavravam em ata os resultados, que poderiam definir o futuro das escolas examinadas. Caso o relatório do Inspetor, encaminhado à Câmara, discorresse sobre a falta de frequência de alunos em uma escola ou fossem percebidos resultados não satisfatórios, corria o risco o/a professor (a) de perder o subsídio da Câmara, ou até mesmo de ser transferido (a) de localidade.

Neste sentido, destaca-se o caso vivenciado por uma das "Marias" presentes na documentação analisada. "Marias" que eram professoras e que, nas palavras de Lucia Muller (2008), exerceram o papel de "construtoras da nação", já que,

> A afirmação dos símbolos pátrios, a execução dos rituais cívicos assim como a difusão dos mitos de origem e dos heróis a serem reverenciados e imitados foram realizados através da escola. No espaço escolar foi a professora primária quem deu vida a todos esses processos. Ela foi a verdadeira "construtora da nação". Colocada no papel de protagonistas dessa epopeia, verdadeira heroína da "civilização" brasileira, ela fez por merecer a tarefa que lhe foi atribuída. Submeteu-se aos processos disciplinadores, adequou-se ao modelo, transvestiu-se de vestal da pátria (MULLER, 2008, p.39).

Essas "heroínas da civilização brasileira" mostraram sua presença entrelaçada às discussões sobre as atas dos exames escolares, que trazem a denúncia e a acusação contra a competência da professora Maria Eliza Ferreira, como pode ser percebido no relatório apresentado ao Presidente da Câmara pelo inspetor das escolas municipais José Luiz da Cunha Horta, em 1900:

> [...] cheio de pesar, cumprimos o doloroso dever de declarar-vos que o ensino ministrado pela professora d. Maria Eliza Ferreira não teve a felicidade de agradar aos examinadores nem a nós. Com a franqueza que exigem peças desta natureza e que não são destinadas a uma vasta publicidade devemos declarar que a dita

> professora não está em condições de exercer o seu melindroso cargo em uma cidade adiantada como a nossa, onde as exigências dos pais não se limitam a uma leitura gaguejada. Nessa escola não encontramos os examinadores e nós, o menor indício de esforços por parte da professora e não vimos um único aluno que se distinguisse mesmo nas matérias rudimentaríssimas [...][54].

Os resultados dos exames poderiam interferir no futuro do professor, definindo sua permanência neste ou naquele lugar. Entretanto, o modo como se dava a escolha dos examinadores e as relações existentes entre eles nos sugere que outros mecanismos estariam envolvidos em um processo de transferência de um professor de localidade. Os próprios critérios de definição dos examinadores eram pautados por questões subjetivas, como ocorre com todo processo avaliativo. Neste caso específico da professora Maria Eliza Ferreira, temos apenas o relatório do inspetor como "vestígio" para nossa análise, ou seja, o que ele diz no seu relatório é a sua construção sobre o caso ocorrido.

No trecho acima do relatório apresentado ao Presidente da Câmara, o inspetor José Luiz da Cunha Horta delatou que a professora não estava em condições de exercer o cargo em uma cidade adiantada como Juiz de Fora e justifica sua posição remetendo aos pais dos alunos que exigiam resultados além de uma "leitura gaguejada". Em outro trecho do relatório o inspetor propõe:

> Cabe a nós, pois, em cumprimento de indeclinável dever propor a exoneração da dita professora, mas lembrando-nos que algumas povoações materialmente mais atrasadas são menos exigentes e habitualmente não conservam seus filhos na escola senão o tempo necessário para que eles consigam ler e assinar o nome mal e atrapalhadamente. Tomamos a liberdade de propor a remoção da dita professora D. Maria Eliza Ferreira para o arraial da Grama, cuja população como verificamos está naquelas condições. Na cadeira daquele arraial está a normalista D. Maria Massena, cujos méritos e cujo amor ao trabalho são conhecidos, mas que não pode aproveitar esses preciosos dotes visto que só tem nas classes alunos atrasados, devido isso ao costume que tem os pais roceiros de tirá-los logo que começam a ler... Acreditamos que os serviços dessa ilustrada professora seriam bem aproveitados aqui e propomos sua remoção para a cadeira mista da Tapera, por troca com a professora D. Maria Eliza Ferreira. Cremos que é essa uma necessidade urgente para o ensino municipal[55].

Neste relatório os argumentos do inspetor, revelam também, a concepção de educação da época. Primeiro, ele diz que a professora é incompetente e que os pais dos alunos são exigentes, ou seja, ela não era suficiente para as exigências de uma cidade adiantada. Mas, em seguida, o relator sugere a transferência da professora para uma localidade, que pertence à mesma "cidade adiantada", onde os alunos não necessitavam de uma "educação" avançada,

[54] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, Série 157. Relatório referente a instrução pública em Juiz de Fora, ano de 1900
[55] Idem nota 33.

pois suas condições de vida, de acordo com o que assinala o inspetor, os mesmos não exigiam tantos esforços intelectuais. Portanto, dentro do critério do inspetor municipal, a professora normalista D. Maria Massena, que lecionava na segunda escola em questão, era uma boa professora, os alunos e os pais é que não necessitavam grandes esforços.

A partir da fala do inspetor é possível inferir sobre algumas questões: o que estava sendo examinado consistia na boa formação dos professores ou atendia às exigências e dos pais? Ou ainda, se os pais não fossem exigentes, a professora Maria Eliza teria sido considerada apta para aquela escola? Uma segunda questão leva ao questionamento acerca da professora D.Maria Massena. Ela era qualificada ou simplesmente se destacou por estar em uma escola composta por uma "população atrasada"? Por último, se os alunos da escola da Tapera permaneceram atrasados tendo como professora alguém apontada como possuidora de méritos, a instrução dos mesmos não se prejudicaria ainda mais com uma professora considerada menos capaz?

Pois bem, toda essa análise e definição dos "critérios de avaliação" listados pelo inspetor municipal serviram, para no fim justificar a transferência da professora Maria Eliza Ferreira para a escola do "Arraial da Grama", inclusive, constando no mesmo relatório de 1900, como a única escola mantida pela Câmara Municipal na cidade que "não [estava] regularmente mobiliada".

Coincidência ou não, a professora Maria Eliza Ferreira, transferida de escola e tida com "incapaz", é a mesma professora que assinou um documento enviado a Câmara Municipal em 1898, dois anos antes, junto com Felicíssimo Mendes Ribeiro, um dos signatários do Manifesto, no qual pediam aumento dos vencimentos[56]. Na lista dos examinadores contida no relatório de inspeção das escolas no ano de 1900, consta entre os examinadores da escola da professora Maria Eliza Ferreira, na localidade da "Tapera", a normalista D. Maria Massena, professora que foi muito elogiada no relatório e que, após os resultados dos exames, ocupou a vaga da professora Maria Eliza Ferreira.

Para compreender o processo histórico e a participação dos professores e professoras no mesmo, torna-se fundamental pensar as diferentes relações, os diversos sujeitos, todas as possíveis instâncias e suas imbricações, assim como é necessário entender as similitudes, mas principalmente, a heterogeneidade existente na profissão docente.

Desse modo, falar em "professores" não significa pensar que os mesmos coexistem em uma homogeneidade. As relações, cargos e redes de sociabilidades a que estavam imersos

[56] Este documento será objeto de análise do capítulo dois.

definiam suas atitudes e ações. Assim, um levantamento sobre a trajetória de cada signatário do Manifesto é importante para o entendimento da produção do mesmo, e do que significava ser professor naquele momento, como também, para analisar a presença desses sujeitos na esfera educativa, tarefa essa a ser desenvolvida no próximo capítulo.

2 PENAS EM PUNHO, TECENDO A ESCRITA: SOCIABILIDADE ENTRE OS SIGNATÁRIOS DO MANIFESTO

2.1 Construindo as relações: encontros, caminhos e posições ocupadas no espaço da cidade.

Discutir as condições que levaram os quatro professores a escrever, assinar e publicar um manifesto dirigido "ao professorado de Minas" é a proposta deste capítulo, que visa também compreender a motivação que alavancou essa ação, percebendo, portanto, a participação desses sujeitos na história da profissão docente de Juiz de Fora. Para isso, buscou-se empreender um mapeamento dos espaços ocupados pelos mesmos nessa cidade, dos seus locais de atuação e dos seus cotidianos escolares, apreendendo nas relações sociais vivenciadas por esses professores, aproximações, empatias e ideias que possam ter contribuído na decisão de manifestar-se publicamente e na construção e redação do texto. Como analisado no primeiro capítulo, o Manifesto publicado no *Jornal do Commercio* discorria sobre o magistério e para o magistério, transmitindo uma mensagem de união: "Arregimentemo-nos ao serviço das causas, associemo-nos para o sucesso dos grandes fins" (JORNAL DO COMMERCIO, 09/12/1900).

Anteriormente refletiu-se sobre o conteúdo do Manifesto, mas principalmente sobre o pertencimento dos professores de Juiz de Fora, como as discussões travadas a partir de suas ações, reações e relações. Por considerar o Manifesto um importante objeto de análise acerca do papel desses professores na história da profissão docente, o escrutínio desse documento incita outros debruçamentos. Logo, sugere problematizar: que autoridade os signatários julgavam ter naquele momento para redigir esse documento? Pode-se pensar que os professores estavam embutidos de uma autoridade acumulada pelas suas práticas cotidianas, pelas relações estabelecidas entre eles, e pelas suas experiências, seus costumes, seus sentidos construídos e compartilhados (FARIA FILHO, 2009). Os seus nomes no final do documento possibilitam pensar sobre as relações estabelecidas entre eles, podendo assim elencar questões que contribuem no entendimento sobre o momento vivido pelos professores que teria incentivado a produção de um texto em conjunto e voltado para a coletividade.

Mas, afinal, qual a intencionalidade, qual o objetivo dos quatro professores ao assinarem o documento? O apelo pela união e as ideias expostas no texto não seriam mais

importantes do que a autoria do próprio texto? A presença das assinaturas de seus donos em alguns documentos indica "uma relação de propriedade e de perpetuação para além da posse física do exemplar" (CUNHA, 2012, p.23). Em certo sentido, pode-se entender o Manifesto, assim como o nome dos signatários registrados nesse documento como a "personificação da posse por meio do nome próprio escrito para fugir do anonimato" (idem, 2012, p.23).

Constar as assinaturas, a autoria, os nomes no final do texto não é uma questão desprezível. O nome próprio, como alerta Bourdieu, "institui-se como uma identidade social, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis" (1996, p.186).

Neste sentido, pode-se entender que os nomes dos quatro professores representavam alguma autoridade entre o professorado da cidade, daí constar, no final do Manifesto, as suas "identidades", o que daria ao texto maior legitimidade, já que

> o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais(BOURDIEU, 1996, p.187).

Além do entendimento da atitude dos mesmos como um gesto coletivo, pode-se inferir que tais professores atuaram como homens públicos, pelo social, portanto, podendo ser definidos como intelectuais a partir da definição de Jean-François Sirinelli, o qual atribui aos seus comportamentos acepções que englobam os criadores e os mediadores culturais e também, aqueles engajados e eruditos representados pela imagem do jornalista, do escritor, do professor. O autor baseia a concepção de intelectual "na noção de engajamento na vida da cidade como ator; segundo modalidades específicas, como por exemplo, a assinatura de manifestos; testemunha ou consciência" (SIRINELLI, 2003, p.243).

Presume-se que um texto não nasce pronto, ele é construído e nesse processo produzem-se rascunhos, até o texto definitivo. Não foi possível, a partir da pesquisa, ter acesso a qualquer dessas escritas, a fim de desvendar como se deu o processo de construção e de produção do Manifesto. Neste caso, resta apenas a possibilidade de usar da imaginação: quem teria escrito cada parágrafo? Será que houve apenas um redator? Um fator pode ser considerado inevitável para o Manifesto ter sido publicado no jornal, houve concordância entre os quatro professores. Parece evidente que todos os signatários leram o texto antes da publicação e concordaram com o seu conteúdo. Portanto, seus nomes no final do documento também representam autoria/identidade e autoridade, ou seja, os assinantes escreveram o texto

(autoria) e seus nomes, talvez pela representatividade na cidade ou entre o professorado, radicavam uma autoridade ao conteúdo. Nessa acepção, a curiosidade de saber ou não quem de fato escreveu, como se deu a construção e produção do Manifesto, se torna historicamente irrelevante, pois, a representação dos nomes abaixo do texto serve de indício de uma possível comunhão de ideias e da concordância, entre eles, do conteúdo que ali se expunha.

Considera-se importante traçar parte da trajetória desses professores, pois, conforme assinala Ana Chrystina Mignot, as identidades não se fazem em linha reta. A relevância em destacar tais percursos profissionais se dá pelos mesmos derivarem de "opções, escolhas, mudanças de rumos", passando assim, por "metamorfoses" (MIGNOT, 2002, p.20). Ou seja, ao recuperar elementos da trajetória profissional e social de J. Paixão, Raymundo Tavares, Felicíssimo Mendes Ribeiro e Francisco Paixão, precisou-se juntar, ordenar e reordenar várias peças de um "quebra-cabeça", através do qual os professores e suas histórias pudessem ser "comentados", "rearticulados", "descritos", "interpretados". Nesse sentido, observou-se que tais histórias não poderiam ser apresentadas se não fosse levada em conta "um emaranhado de fios de uma rede de sociabilidade" (idem, 2002, p.21).

Seguindo alguns sinais, que podem apontar essa aproximação, observa-se, inicialmente que dois dos signatários se encontraram durante atividades inerentes à função de professor. Francisco Paixão e Raymundo Tavares constituíram a banca examinadora para a seleção de ingresso da Escola Normal de Juiz de Fora em 1898, como se pode ver em matéria publicada em um dos jornais locais:

> Foram ontem encerradas as aulas deste estabelecimento, devendo ter começo os exames amanhã. Em reunião da congregação, ficaram constituídas as bancas examinadoras do modo seguinte: Aula pratica do sexo feminino, a Sra. Alexandrina de Santa Cecilia e o sr. Raymundo Tavares.(...) Português, os srs. F. Paixão e Luciano Brasileiro. Musica, os srs. Henrique de Gusmão e Raymundo Tavares. (...) Economia doméstica, a sra. D. Alexandrina de Santa Cecilia e o sr. Raymundo Tavares. (...) Francês, os srs. Luciano Brasileiro e Raymundo Tavares. Pedagogia, os srs. Raymundo Tavares e dr. Eloy de Araújo. Algebra e geometria, os srs. Dr. Leonidas Detsi e F. Paixão. (JORNAL DO COMMERCIO, 15/05/1898, p.2)

O processo dos exames escolares pode ser entendido como um espaço de sociabilidade entre os professores, pois nesse momento eles estavam "com um outro, para um outro e contra um outro", estabelecendo pelos impulsos ou propósitos uma forma de desenvolver os conteúdos e os interesses materiais ou individuais (SIMMEL, 1983, p.168). Possivelmente, eles conversavam entre si antes e depois do processo, discutiam as questões e falavam do desempenho dos alunos. O momento dos exames servia também de termômetro da situação do professorado, pois as visitas em várias escolas expunham os problemas vividos pela

categoria, tanto em relação à questão do ensino, quanto às deficiências materiais, atuando como um fator de aproximação entre os sujeitos, ao mesmo tempo, causando a percepção da necessidade de união entre os professores, pois "interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam" (SIMMEL, 1983, p. 168).

Os dados contidos na notícia acima reforçam a ideia da percepção, por parte dos signatários, de estarem imbuídos de uma autoridade para falarem aos professores. Raymundo Tavares e Francisco Paixão aparecem juntos como examinadores, ou seja, na mesma condição hierárquica, no mesmo espaço e na mesma instituição: a Escola Normal de Juiz de Fora. Impressiona a diversidade das disciplinas a que Raymundo Tavares serviu de examinador, evidenciando amplo conhecimento possuído, se considerar que o professor devesse saber os preceitos básicos a respeito do que avaliava.

Compor a banca examinadora da Escola Normal representava prestígio, confiança na capacidade do docente e respeitabilidade, a ponto de ser convidado para tal tarefa. Nesse sentido, torna-se necessário traçar o perfil acadêmico e profissional desses sujeitos. Logo, sobre a formação dos dois professores, sabe-se que Francisco Paixão era médico e Raymundo Tavares tornou-se bacharel pela Academia de Comércio em 1898, aumentando ainda mais o seu prestígio, tendo em vista a "preferência que o Estado de Minas dava aos bacharéis da Academia":

> Da parte dos poderes do Estado e da República a "Academia de Comércio" desde o princípio experimentava a maior deferência e amistosa simpatia. Provam-no a transformação do curso preparatório num curso de ensino secundário integral, modelado pelo Ginásio Nacional da Capital da República, com o direito de conferir o titulo de Bacharel, a preferência que o Estado de Minas dava aos bacharéis da Academia para o desempenho de comissões no interior. Em 26 de julho de 1898 verificou-se na Academia a primeira colação de grau de Bacharel aos Srs. Raymundo Tavares e Lucas de Moraes e Castro (ACADEMIA DE COMÉRCIO DE JUIZ DE FORA, 1941, p.4).

Os exames na Escola Normal ocorreram em maio de 1898 e o grau de Bacharel só foi adquirido em julho, alguns meses depois, comprovando que o professor já era respeitado na cidade antes mesmo de colar o grau, devido, talvez, às suas relações sociais.

O contato do professor Raymundo Tavares com os irmãos Paixão, José e Francisco, parece ter ocorrido de forma mais contundente, não apenas nos exames escolares. Em um artigo intitulado "Instrução Pública em Juiz de Fora", publicado no *Jornal do Commercio,* José Rangel apresenta um relato da instrução na cidade, listando as escolas que surgiram e desapareceram ao longo do tempo, entre elas o "externato Moreira Pinto, dos professores Paixão e Raymundo Tavares" que "poucos dias conseguiu viver" (JORNAL DO

COMMERCIO, 04/01/1901). Pela característica do texto, em forma de retrospecto, deduz-se que o colégio tenha se constituído anteriormente à publicação do Manifesto assinado por eles, ilustrando que os mesmos possuíam laços estreitos, ao ponto de fundar um colégio conjuntamente.

Entre os signatários do Manifesto consta também o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, "um excelente negro, pouco letrado e muito maneiroso." (RANGEL,1940, p. 161). A presença do negro na educação tem sido alvo de vários estudos, entre eles, a pesquisa de Maria Lucia Rodrigues Muller (2008). A autora fez um levantamento de fotografias nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro, detectando a presença de negros nas escolas, tanto como alunos, como professores[57]. O trabalho com imagens, conforme assinala Muller, possibilita ao historiador, pela sua condição iconográfica, perceber questões que outros documentos não revelam. No caso do professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, apesar da falta de acesso a sua imagem, a descrição no documento acerca de sua cor trata-se de uma revelação significativa para compreendermos a sua participação, o seu lugar e a sua posição ao escrever seu nome no Manifesto. É interessante pensar que, possivelmente, ele fosse o único negro entre o grupo dos que assinaram o Manifesto. Seguindo esse raciocínio, questiona-se qual o papel dele no Manifesto? Qual a sua importância no contexto da cidade? Como se inseriu entre os signatários? A única "imagem" que possuímos desse sujeito como sendo de um negro, trata-se da descrição que José Rangel fez dele em seu livro de memória, mesmo assim considerado "pouco letrado", o que remete ao trabalho de Muller:

> as representações sobre a 'pouca' inteligência de negros e mestiços, sua 'incapacidade' para estudos mais aprofundados etc. fazem parte de um conjunto de representações sociais, originárias da difusão das teorias racistas em voga no século XIX (MULLER, 2008, p.43).

Não cabe aqui um aprofundamento sobre a complexa discussão existente sobre essa temática, mas é importante apontar o fato, no mínimo curioso, do nome do professor Felicíssimo vir acompanhado do termo "negro". Mais curioso ainda, aparecer junto a esse termo um adjetivo. Ou seja, não era apenas um "negro", tratava-se de "um excelente negro".

[57] Para um maior aprofundamento sobre a presença de negros na historia da educação ver: MULLER, Maria Lúcia. Professoras negras na Primeira República (21-67) In *Cadernos Penesb*:, Niterói: Intertexto, 1999. FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível. O negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.13, jan./abr. 2007. FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação:* uma escola para meninos pretos e Pardos na Corte. Brasília: Editora Plano,2000. GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. *In*: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Apesar de considerado "pouco letrado", observou-se em vários documentos que o professor Felicíssimo utilizava-se da escrita para comunicar-se com a Câmara Municipal, pedindo, requerendo e enviando solicitações que diziam respeito, de algum modo, a melhorias na instrução, como se pode observar em um requerimento enviado por ele em 1879, no qual fazia sua solicitação:

> O professor da instrução pública primaria desta Cidade vem a presença de V.S. solicitar um auxílio ou mesmo ordem para ser fornecida a trinta alunos pobres que freqüentam sua Escola, papel, penas e livros, pois esses alunos por falta absoluta de meios não podem comprar evitando assim seu adiantamento (RIBEIRO, 1879)[58].

É interessante observar que o uso de termos como "doutor" não antecede o nome do professor Felicíssimo nos documentos. Ele próprio se reconhece como "o professor primário". O tratamento dado aos professores indica, em certa medida, os grupos sociais aos quais estavam inseridos no contexto da cidade. No caso da solicitação acima, feita pelo "professor primário", pode-se observar o seu contato com as classes desfavorecidas, a população escolar pobre. O pedido de material feito pelo professor demonstra também a sua visão sobre os alunos e, consequentemente, reflete uma concepção de ensino, pois os considerava capazes e elegia como culpado, pelo não adiantamento dos mesmos, "a falta absoluta de meios" para comprar os materiais e não uma incapacidade intelectual.

A experiência com os grupos desfavorecidos pode ter influenciado sua escolha para ser o professor da escola noturna criada em 1899:

> No dia 1 de maio de 1889 em uma das salas do prédio n. 70 da rua Direita, onde vai funcionar a escola noturna para adultos, criada pelo partido Republicano desta cidade, presentes os cidadãos Fernando Lobo Leite Pereira, Luiz Detsi, dr. João Penido, dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza, dr. Constantino Paleta, dr. Ernesto de Andrade Braga, Bernado Mascarenhas, dr. Feliciano Penido representando o Diário de Minas, José Braga, pelo Pharol e dr. Fonseca Hermes, pela Gazeta da tarde, professor Felicissimo Mendes Ribeiro e 16 matriculados, o dr. Fernando Lobo, presidente do clube republicano de Juiz de Fora, declarou inaugurada a aula noturna para adultos criada e mantida pelo partido republicano e convidou os presentes a assinarem a ata. Declarou que era professor o sr. Felicissimo Mendes Ribeiro e fiscal da aula o sr. Luiz Arthur Detsi..." (GAZETA DA TARDE, 02 de maio de 1889 p.3).

A escola que em sua fundação contava com dezesseis alunos, em poucos dias, já estava sendo frequentada "por mais de 40 alunos, quase todos libertos" (GAZETA DA TARDE, 11/05/1899), justificando sua criação a partir de uma demanda existente. Segundo

[58] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 071. Documentos referentes a instrução pública 1854-1889.

Jefferson de Almeida Pinto, abalizado no recenseamento de 1872, o município de Juiz de Fora contava naquela época com 14.368 escravos, sendo a maioria dessa população masculina, sobrepondo à feminina. O autor ainda aponta outros estudos que, fundamentados em outras fontes, a exemplo dos registros de matrícula especial de escravos existentes em Juiz de Fora, encontraram números ainda mais impressionantes, chegando o número de escravos em 19.141 por volta do ano de 1873 (PINTO, 2008).

Nas pistas deixadas pelos quatro signatários do Manifesto, são percebidos indícios de suas relações, tornando possível algumas inferências que ajudam a refletir melhor sobre esse grupo. Neste sentido, pode-se indagar sobre a nomeação de Felicíssimo Mendes Ribeiro para lecionar na escola noturna, fundada pelo Partido Republicano em maio de 1889[59]. Segundo Flávio Rosa (2006) o partido republicano em Minas Gerais, constitui-se a partir de dois grupos: os "republicanos históricos" e os chamados republicanos "de última hora". O primeiro estava representado predominantemente por grupos urbanos, intelectuais e profissionais liberais, enquanto ao segundo, pertenciam os fazendeiros insatisfeitos com a abolição da escravatura.

O professor Felicíssimo parece enquadrar-se no chamado grupo dos "republicanos históricos", mas, não se pode afirmar que ele tenha pertencido ao partido somente pela sua indicação à escola noturna. No entanto, este fato sugere algumas indagações: por que ele foi o escolhido? Qual seria a sua ligação com o Partido Republicano? A ideia republicana foi bastante difundida na imprensa da cidade. Além disso, outras ações podem ser entendidas como mecanismos utilizados pelo partido republicano para angariar adeptos, entre elas, a criação de uma escola noturna (ROSA, 2006). Pertencente ou não ao partido, o nome de Felicíssimo Mendes Ribeiro aparece na lista entre os presentes no congresso republicano realizado em Juiz de Fora em julho de 1889[60].

A presença do "professor primário" nos eventos realizados na cidade, como a solenidade de inauguração da Associação Médica de Juiz de Fora, realizada na Câmara Municipal (GAZETA DA TARDE, 21/10/1899) demonstra as relações que o mesmo possuía e que pode ter contribuído para uma aproximação com os outros professores signatários do Manifesto. Apesar desta presença, não se pode afirmar que ele possuía as mesmas condições sociais, econômicas e culturais dos outros, pois, como alertou Simmel "a sociabilidade é o jogo no qual se 'faz de conta' que são todos iguais (...) e "fazer de conta" não é mentira mais

[59] GAZETA DA TARDE, 02/05/1889, p.3.
[60] Idem, 25/07/1889, p.1.

do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio da realidade" (SIMMEL, 1983, p. 173).

O Manifesto de 1900 não foi a primeira experiência do professor Felicíssimo Mendes Ribeiro como signatário de um texto coletivo e reivindicatório. Dois anos antes, em 1898, juntamente com os professores Ismael Gonçalves Maia e Maria Eliza Ferreira ele enviou uma representação ao "Presidente e mais vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora", considerando-se como as vozes que quebrariam o silêncio que imperava na cidade em relação à situação da instrução e dos professores:

> O nosso silencio como protesto enérgico ficaria como efigie vingadora da injustiça que sofremos, talvez eternamente, si o cumprimento do dever a nosso respeito e admiração aos dotes elevados dos vereadores da Câmara Municipal desta cidade não despertassem em nosso íntimo a iniciativa que tomamos desta representação que sintetiza cada necessidade, cuja solução compete-vos e a qual não podeis fugir porque a isso se opõe os vossos nobres e elevados sentimentos de justiça e verdade, únicos pedestais da honra e dignidade publica. No cumprimento de nosso dever quebramos esse silencio, porque não vos consiste o direito de desprezar os recursos de vossa nobreza e justiça, admirando vossas grandezas d'almas e vastidão nas coisas publicas, fim pra que fostes eleitos do povo. Assim confiantes seriamos criminosos se guardássemos silencio do mal que nos assoberba, cumprindo, pois, nosso dever, vamos expor-vos e representar confiantes em vós e na justiça de nossa causa a qual também é vossa por ser do povo e do futuro da Pátria (RIBEIRO; MAIA & FERREIRA, 1898)[61].

Percebe-se na representação dos três professores, traços de cidadania, a partir da consciência de qual papel os agentes administrativos deveriam cumprir, deixando claro, em nome de quem os professores estavam "quebrando o silêncio", ou seja, em prol de uma causa que é do "povo", e por ser dele é também da Câmara, que foi eleita para servi-lo. É interessante observar a menção feita "as coisas públicas", em um município onde "a Câmara Municipal funcionou desde o Império respaldando o investimento privado e encampando as iniciativas particulares na construção da cidade" (MIRANDA, 1994 Apud DIAS, 2008, p. 187), o que impede de se considerar, pelo menos até aproximadamente 1892, as ações da Câmara como 'politicas públicas', tal qual se entende nos dias de hoje.

De acordo com Sabrina Moura Dias, a partir da constituição republicana, o município ganhou o estatuto de esfera de poder autônoma, capaz de deliberar sobre assuntos de interesse local. Isso significou que a "Câmara Municipal passou a contar com um corpo legislativo, os vereadores, que dispunha sobre as questões acerca da organização dos serviços públicos

[61]Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 114. Documentos referentes à Instrução Pública – 1891-1930.

municipais, herdando do Império o modelo da escola isolada, que era de responsabilidade da província" (DIAS, 2008, 188).

No documento coletivo assinado por Felicíssimo Mendes Ribeiro, Ismael Gonçalves Maia e Maria Eliza Ferreira, depois de "quebrar o silêncio" e falar de uma causa que também era do "povo", os professores criticam a pouca valorização dada a sua função, considerando que,

> Há na corporação servidora do município funcionários, não mais necessários, não mais habilitados que são melhor remunerado e melhor garantidos que os professores o que não pode ser agradável aos olhos justiceiros dos Exmos vereadores para cujo sentimentos apelamos com a presente representação. Nas nossas escolas prende-se o povo pela instrução essencial dos seus filhos confiados dos nossos conselhos e ensinamentos e por isto a nossa causa é a do povo a quem diretamente e no que lhe é mais caro servimos: o povo é justo e nobre no seu agir e vai aplaudir o ato de justiça que lembramos e com que a Câmara atual vai por certo mobilizar-se a benemerência da população (RIBEIRO; MAIA & FERREIRA, 1898).

O discurso de que a causa defendida também era do povo e que este iria inclusive "aplaudir" a decisão, caso favorecesse os professores, perpassa todo o texto da representação e continua como argumento dos três professores para alcançarem o que desejavam, como se vê abaixo no texto:

> Não é uma exceção que os professores peçam aumento de vencimento, porquanto tem, todas as classes sociais, máxime as servidoras do Estado, reclamado e sido com justiça atendidas. Não é pois, força de proposito e antes até natural e justificabilíssimo que os professores venham trazer a V. Exa. Seu pedido de aumento de vencimentos, ao qual dareis a atenção que merece no vosso alto e criterioso conceito de homens práticos e nobres em vossos elevados cargos sociais, onde com justiça o Povo a quem servimos, vos colocou. Esperamos Justiça. Cidade de Juiz de Fora, 14 de abril de 1898. Felicíssimo Mendes Ribeiro, Ismael Gonçalves Maia, Maria Eliza Ferreira (idem, 1898).

Conforme foi possível observar, o Manifesto dos professores publicado no *Jornal do Commercio* em 1900, não foi o primeiro documento coletivo no qual o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro aparece como signatário. Porém, nesta representação enviada à Câmara em 1898, as questões são essencialmente diferentes daquele, como por exemplo, o teor do texto. O Manifesto pretendia ter como interlocutores o professorado mineiro, enquanto a representação foi encaminhada para um órgão específico e tinha como finalidade o convencimento de um ponto que diretamente representaria um benefício material para os professores, ou seja, o aumento dos vencimentos. Para convencer da importância, primeiro, da própria função do professor e segundo, da justiça da causa, a estratégia utilizada foi de falar

da instrução como uma causa do povo e o aumento dos vencimentos como sendo um ato de justiça.

Um texto assinado por mais de uma pessoa pode significar que ele foi escrito por todas e que, como já tratado neste capítulo, ocorrido concordância entre elas para definirem o que seria publicado. Além disso, pode-se questionar sobre a definição da sequência que os nomes aparecem no final do texto. No caso do Manifesto, pode-se indagar: qual nome consta primeiro? Qual é o último? Essa escolha pode ter se dado de forma aleatória, mas supõe-se que este também tenha sido uma questão discutida entre o grupo.

Indagações à parte, por mais que o historiador tenha que se ater àquilo que os documentos não disseram, por outro lado, não se pode desprezar o que está explicitado. Neste sentido, tem-se no final do documento endereçado "Ao Professorado de Minas", o nome do professor J. Paixão encabeçando a lista dos signatários, um professor que atuou na área de música, poesia, desenhos, sátira, política e tornou-se membro da Academia Mineira de Letras (AML) fundada em Juiz de Fora no ano de 1909, ocupando a Cadeira patronímica de Corrêa de Azevedo.

Teria sido ele o principal redator do Manifesto? Sabemos da importância desse ator, já que, na cidade de Juiz de Fora, os acadêmicos possuíam "como características principais o revezamento, a acumulação e a manipulação dos lugares de prestígio das instituições culturais locais, e a combinação de várias atividades (professor, escritor, funcionário público, jornalista...)" (CHRISTO, 1994, p.3).

Muitas das informações encontradas sobre J. Paixão são provenientes de estudos sobre a Academia Mineira de Letras. Neste sentido, destaca-se o trabalho de Maraliz Christo (1994), "A Europa dos pobres, a belle époque mineira" e a publicação organizada por Leila Maria Fonseca Barbosa e Marisa Timponi Pereira Rodrigues (2009), onde as autoras reuniram as "Noticias da imprensa sobre a Academia Mineira de Letras". A partir dessas obras, foi possível levantar alguns aspectos biográficos de J. Paixão desde seu nascimento, em 17 de outubro de 1868, na freguesia de S. José da Boa Morte, em um lugar chamado Itinga, Estado do Rio de Janeiro. Contava em 1900, com apenas 32 anos, mesma idade do professor Raymundo Tavares, o que pode ser observado no inventário deste último[62]. Mudou-se para Niterói aos nove anos de idade e aos doze, matriculou-se no Colégio Paixão, em Petrópolis, onde estudou preparatórios, regressando para matricular-se na Escola de Medicina, juntando-se assim, ao seu irmão Francisco Paixão, que se destinava à mesma carreira. Com a morte

[62] Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventário 1942 cx. 249/60º proc. ID- 5132 cx 4813 1942

inesperada do pai, não chegou a frequentar a escola, entregando-se logo ao magistério. Ocupou a cadeira de inglês do Colégio com 15 anos de idade.

Ainda segundo Barbosa e Rodrigues (2009), aos 18 anos mudou-se para a Estação do Comércio, onde, logo que se restabeleceu, continuou no magistério lecionando no acreditado colégio Sant'Ana, preparando uma turma de alunos que alcançaram boas notas na Inspetoria Geral da Instrução pública do Rio. Foi para a estação de Aliança, em Vassouras, trabalhar no Internato Paixão, fundado pelo seu irmão e também signatário Francisco Paixão, ocupando as cadeiras de francês e inglês. Retornou para Niterói, continuando no magistério particular, sendo então lente da cadeira de inglês no Colégio Lettre, em S. Domingos. Também ocupou as cadeiras de francês e inglês no estabelecimento de ensino primário e secundário Ateneu Fluminense, de propriedade e direção do escritor e pedagogo Joaquim Leitão. Foi também lente catedrático no Liceu de Humanidades daquela cidade. Ao deixar o Ateneu, fundou o "Externato Spencer".

Percebe-se na trajetória de J. Paixão uma intensidade, pelas ocupações exercidas e a transitividade deste sujeito por diversas cidades. Nessas idas e vindas, residiu um tempo em Juiz de Fora, junto com sua Mãe, destino escolhido com a finalidade de se reunir a seu irmão, onde permaneceu até 25 de outubro de 1909, dia em que transferiu sua residência para cidade de Oliveira, oeste de Minas, a fim de ocupar o lugar de professor técnico do Grupo Escolar "Francisco Fernandes", dirigido pelo advogado Dr. Assis das Chagas, jornalista e escritor, amigo de J. Paixão.

Em Juiz de Fora, assim como em outros lugares que residiu, dedicou-se também à função de professor. Lecionou na Escola Normal, na Academia de Comércio, ocupando a cadeira de inglês, no ex-colégio Andrés, no colégio Sagrado Coração de Jesus e muitos outros estabelecimentos. Trouxe de Niterói e publicou logo que veio para Juiz de Fora o seu primeiro livro de versos *Gamas e Palhetas* em 1897, o segundo, *Adelfas* um folheto em alexandrinos sobre *13 de Maio* e em 1903 os *Pensamentos*.

Colaborou em todos os jornais da cidade, nomeadamente no *Correio de Minas* e *Jornal do Comércio*, de cuja redação fez parte. Com Joviano de Mello criou em Juiz de Fora *O Bandolim* em que colaboraram todos os literatos dessa época: Lindolpho Gomes, José Rangel, Luiz de Oliveira e outros. Produziu também muitos trabalhos plásticos que foram expostos na cidade. Colaborou no *Mário* como caricaturista, publicando, nesta revista, a galeria dos poetas mineiros, com os retratos feitos a pena de Belmiro Braga, Brant Horta, Heitor e Lindolpho Gomes. (BARBOSA & RODRIGUES, 2009). Pela documentação encontrada nos arquivos de Juiz de Fora e pelas notícias publicadas nos jornais, sabe-se que J.

Paixão também foi professor da Escola Noturna Municipal, além de ter atuado enquanto examinador escolar nos exames das escolas públicas municipais, cargo, aliás, que os outros signatários também ocuparam.

QUADRO I - Lista de examinadores em 1900:

ESCOLAS	EXAMINADORES
Grama	Saint Clair Elias Machado
Colônia	**Dr. Raymundo Tavares e Francisco Paixão**
Tapera	**Dr. Raymundo Tavares**, Clélia Paletta e Maria Massena
Botanágua	Saint Clair e **Dr. Raymundo Tavares**
Noturna	**Dr. Raymundo Tavares e Francisco Paixão**
Benfica	**Dr. Raymundo Tavares, Felicissimo Mendes** e Saint Clair
Rua Direita	Dr. Sylvia Coutinho, José Rangel, **Raymundo Tavares**
Villagem	S. Clélia Paletta, Maria Massena e **Francisco Paixão**

Relatórios referentes à Instrução Pública 1900-1915. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. (Série 157).

O grupo dos quatro professores que assinaram o manifesto se avaliou entre si, ou seja, seus nomes aparecem como examinadores de diversas escolas, inclusive a que eles mesmos eram os regentes. Na escola regida pelo professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, "todos apresentaram bons resultados e o professor foi elogiado principalmente pela disciplina que foi observada na escola. Serviu de examinadores Raymundo Tavares (...)"[63]. A Escola Noturna na época dos exames estava sob a responsabilidade de José Paixão há quatro dias apenas, tendo os resultados sidos excelentes "devido aos esforços do antigo professor (...) que pediu exoneração".

Como já destacado neste trabalho, a diversidade documental exigiu um esforço de perceber os espaços onde os quatro assinantes do Manifesto se encontraram. Neste sentido, os exames escolares se destacaram como um momento importante, por representar uma ocasião de encontro entre eles. Portanto, tomando novamente a questão dos exames escolares, é pertinente indagar sobre a composição da banca examinadora. A partir da lista de examinadores existente no Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora, percebe-se a recorrência de alguns nomes, ou seja, o revezamento dos professores que seriam examinadores era restrito a um grupo, demonstrando que os professores que ocupavam este cargo possuíam uma posição privilegiada, uma vez que o cargo não admitia qualquer docente em sua função, o que permite pensar que os examinadores exerceriam um lugar de poder e prestígio, de modo que essa

[63] Relatório de 1900,Série 157.

posição lhes renderiam privilégios, status e respaldo perante os órgãos institucionais responsáveis pelo ensino.

Seguindo esse raciocínio e compreendendo a importância de se buscar as diferentes inserções e participações dos sujeitos aqui analisados, o relatório do inspetor das escolas municipais José Luiz da Cunha Horta, em que apresenta "o movimento geral das escolas mantidas pela Câmara" demonstra as relações entre os signatários durante os exames escolares realizados no mês de novembro do ano de mil e novecentos, poucos dias antes da publicação do manifesto.

Os exames representaram um momento de articulação dos professores que, ao assinarem o Manifesto, acredita-se, comungavam de um mesmo propósito. Este ato simbolizava que entre eles havia, pelo menos, uma concordância entre os pontos ali expostos. No entanto, na busca das pistas deixadas, seguindo os seus passos, percebeu-se que, assim como em toda relação social, existiram também discordâncias e/ou posturas divergentes entre os manifestantes, como um caso ocorrido a partir dos exames escolares, que faz parte das análises realizadas a seguir.

2.2 "Espírito de coesão" ou "energias isoladas"? Divergências entre os signatários

Para analisar a relação existente entre os signatários buscou-se neste trabalho um agrupamento de fontes, evidências, vestígios ou o que se denomina empiria. No entanto, esse processo, é pautado por "obstáculos documentais muitas vezes intransponíveis: a propósito, por exemplo, dos atos e dos pensamentos da vida cotidiana, das dúvidas e das incertezas, do caráter fragmentário e dinâmico da identidade e dos momentos contraditórios de sua constituição" (LEVI, 1996, p.168).

Pode-se considerar também como um "obstáculo documental" a dispersão das fontes, realidade encontrada na pesquisa. Qualquer e toda informação sobre os signatários, levantadas aqui e acolá, compôs um quebra-cabeça de difícil montagem, na qual a simples tarefa de encaixar as suas peças, para constituição de um quadro narrativo inteligível se tornou uma operação intricada. Mas "todo o trabalho interpretativo é semelhante ao movimento do pássaro em seu vôo. Quando as asas da imaginação do historiador se liberam, o seu mergulho no visível faz vir à tona o invisível" (NUNES, 1990, p.41). Inspirando-se pelas palavras de Clarice Nunes, veio "à tona o invisível" que se encontrava inserido nos processos dos exames

escolares, processos esses, como já destacados, mostraram ser um espaço de encontro entre os quatro assinantes do Manifesto:

> (...) servindo de examinadores os normalistas d. Rita de Cassia Sousa Lima, Saint Clair Elias Machado, *dr. Raymundo Tavares* e os professores *srs. Francisco Paixão e Felicíssimo Mendes Ribeiro*, realizaram-se ante-ontem os exames finais do ano letivo da escola mista da rua S. Mateus, regida pela distinta normalista d. Maria Ottilia Lopes. (...) Foi lançado em ata voto de louvor à distinta professora que soube fielmente cumprir o árduo dever de instruir a mocidade (JORNAL DO COMMERCIO, 15/11/1900, grifos meus).

A documentação proveniente dos exames, ao desvendar as relações entre os signatários, também desnudou outras questões entre eles, inclusive, momentos de divergências. Na notícia acima, publicada aproximadamente a um mês do surgimento do Manifesto em 1900, após a realização dos exames escolares, "foi lançado em ata voto de louvor à distinta professora" Maria Ottilia Lopes, que "soube fielmente cumprir o árduo dever de instruir a mocidade". Essa mesma professora, mais uma entre as "Marias" presentes neste trabalho, em 1901, teve sua escola novamente examinada e, mais uma vez, os signatários aturam como examinadores. Porém, desta vez, não houve concordância e/ou consenso entre eles. Ao contrário, os professores não se mantiveram "unidos" como apregoaram no Manifesto. *O Jornal do Commercio* publicou a realização dos exames da seguinte forma:

> Realizaram-se ontem os exames da escola regida pela senhorita Maria Ottilia Lopes, distinta professora da cadeira mista municipal, servindo de examinadores a normalista senhorita Rita de Cássia de Sousa Lima, professor Felicissimo Mendes e o normalista Francisco Fortes, sob a presidência do tenente José Luiz da Cunha Horta, zeloso inspetor das escolas municipais [...]. *A comissão examinadora fez constar em ata um voto de louvor à inteligente professora, pelo resultado apresentado* **(**JORNAL DO COMMERCIO, 14/11/1901, p.1, grifos meus).

A publicação dos resultados dos exames escolares nos jornais da cidade era praxe. O trecho acima foi publicado no dia 14 de novembro de 1901, um dia após a escola regida pela professora Maria Ottilia Lopes ter sido examinada. Nota-se que a notícia fala de "voto de louvor à inteligente professora", o que ocorreu também no ano anterior. Porém, a professora enviou uma queixa ao Agente Executivo Municipal, contra o inspetor escolar presente no dia dos exames, referente a um fato que, curiosamente, não foi publicado pela imprensa e que envolveu os quatro signatários. A "queixa", como definiu a própria professora no documento, possuía o seguinte teor:

> Examinados os alunos das diferentes classes e lavrada a ata de exames [...] lança o Sr. Inspetor contra mim, que tudo ouvir respeitosamente, as mais ásperas, as mais

> severa e injusta admoestação. Ora, exorbitando deste modo o Sr. Inspetor Escolar de suas atribuições e calcando aos pés o Código Disciplinar, Seção II, art. 126, por advertir-me publicamente, quando, no caso ocorrente me não atingia um só dos parágrafos do citado artigo, segundo acima ficou claramente explanado e atentando também este proceder de tão alta autoridade de Ensino contra minha integridade moral e profissional, cabalmente ressalvadas no mesmo artigo do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado, pelo qual também se regem as Escolas Municipais e que abaixo transcrevo, confiante na retidão e justiça com que tendes pautado todos os vossos atos administrativos, deposito em vossas mãos presente queixa, a qual junto para maior esclarecimento, os documentos ao lado (LOPES, 1901)[64].

Têm-se aqui duas versões sobre os exames, uma dada pelo jornal, baseado na ata do exame e outra versão da professora. Trata-se de uma observação importante para pensar sobre qual a intenção dos jornais em publicar os resultados. Seria uma forma de legitimá-los? A questão ressalta a indagação acerca da função do jornal: a quem ele atendia e para quem ele pretendia exercer o convencimento? Pode-se ainda refletir no sentido de perceber como o jornal enquanto documento está carregado de significados a serem decifrados e como a sua escrita pode interferir no social, já que se trata de uma escrita intencional, carregada de escolhas, como alerta Le Goff,

> o documento (...) será fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha (...) parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento (LE GOFF, 1996, p.526-527).

Os professores acompanhavam pela imprensa os resultados dos exames, como demonstra uma carta enviada ao Inspetor Municipal Heitor Guimarães, em agosto de 1905 pela professora Maria Tavares:

> Lendo ontem nos jornais locais que Vª Sª achara em péssimas condições a sala onde funciona a escola mista por mim regida providenciei com urgência para obter uma em melhores condições higiênicas o que felizmente encontrei. Peço, portanto, o favor de vir novamente inspecionar a mesma escola (TAVARES, 1905)[65].

O trecho acima esclarece uma questão que vem sendo percebida na pesquisa. Os professores (as) em Juiz de Fora eram, na maioria dos casos, os principais responsáveis pelo funcionamento das escolas. Eram eles que conseguiam os "prédios" e, em muitos casos, os donos do mobiliário escolar, isso no que se refere ao universo das escolas municipais conhecidas "como escolas isoladas". São comuns os documentos nos quais os professores "reclamam" à Câmara Municipal ou ao inspetor de ensino o pagamento do aluguel das casas

[64] Arquivo Municipal de Juiz de Fora. Série 154/02. Correspondência de professores com a Câmara (1890-1930)
[65] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154/02. Correspondência de professores com a Câmara (1890-1930)

onde ministram as aulas, formularam pedido de ajuda com material escolar e mobília, denunciando uma precariedade que em muitos casos foram sanadas com suas próprias forças.

Acredita-se que os professores foram agentes imprescindíveis para a efetivação de um "sistema de ensino" no Brasil, ou seja, sem a cumplicidade dos mesmos, assim como suas ações cotidianas, apenas com ações via a instância estatal dificilmente teria se estabelecido uma organização do ensino, conforme se pode notar nos dias atuais. A confirmação desta hipótese não se dará somente com a pesquisa relacionada à cidade de Juiz de Fora, mas ela marca um posicionamento diante do campo da história da educação, à medida que defende a análise a partir de uma determinada perspectiva.

Outra questão que emerge a partir das experiências vivenciadas pelos professores é a percepção de que estes não eram passivos diante os vários processos a que estavam sujeitos. Assim como na citação acima na qual a professora leu o jornal, arrumou o prédio e pediu o "favor" de uma nova inspeção, demonstrando, ao contrário de passividade, ser a principal agente articuladora de toda a ação, a queixa de Maria Ottilia Lopes, enviada em 1901 ao Agente Executivo Municipal, indica que os professores tinham conhecimento dos "regimentos" em vigor, criados, grosso modo, para "fiscalizá-los", inspecioná-los, ou seja, como forma de controle.

A queixa demostra também que a professora "ocupou todas as brechas, inventou e reinventou-se e, graças à sua inserção profissional, pôde usufruir uma autonomia penosamente conquistada e limitada, embora maior que a concedida às mulheres de sua época" (MULLER, 2008, p.39). O conhecimento dos regimentos, por parte da professora possibilitou que ela os usasse para beneficiar-se, já que "uma queixa pressupõe, para ser formulada, tanto quanto para ser socialmente aceito o reconhecimento de um direito" (SILVA, 1988. P.34).

A professora demonstrou ter conhecimento da legislação vigente denunciando que o inspetor teria rompido com o "Código Disciplinar, Seção II, art. 126" e atingindo a sua integridade moral e profissional, "cabalmente ressalvadas no mesmo artigo do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado, pelo qual também se regem as Escolas Municipais". No final da queixa Maria Ottilia lista os artigos que dão suporte para sua argumentação contra o Inspetor:

> O artigo a que me refiro é do teor seguinte:- artigo 126. A pena de admoestação consistirá em advertência particular, escrita ou verbal, feita pela autoridade competente ao professor que:
> § 1º Por negligência ou má vontade não cumprir bem os seus deveres.
> § 2º Instruir mal os alunos
> § 3º Escrever a disciplina sem critério

> § 4º Deixar de dar aula sem causa justificada, por mais de três dias em um mês.
> § 5º Infringir qualquer disposição do regulamento ou regimento (LOPES, 1901).

O caso da professora Maria Ottilia Lopes fez desencadear um processo que envolveu os examinadores presentes no dia do exame. O Inspetor José Luiz da Cunha Horta reagiu à acusação da professora, enviando também uma carta ao Agente Executivo Municipal dizendo não ter "o menor fundamento a queixa [...] formulada pela digna professora". No documento, datado do mesmo ano da queixa, o Inspetor questiona a professora, por ela ter apresentado a queixa somente 22 dias após os exames, segundo ele "só depois de miserável e ardilosamente iludida por mesquinho e baixo desafeto do inspetor é que se capacitou que este a tinha tratado com menos consideração do que ela merece e lhe foi dispensado". Mas afinal, o que os signatários do Manifesto de 1900 têm a ver com o caso retratado? Como eles foram os examinadores e a queixa da professora desencadeou em um processo, os signatários foram convocados a confirmar os fatos. No entanto, eles testemunharam em lados opostos.

O professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, teve seu depoimento anexado à resposta enviada pelo Inspetor ao Agente Executivo Municipal, junto com um engenheiro, contendo os seguintes argumentos:

> Ofereço como contestação os documentos do criterioso professor e examinador *Felicíssimo Mendes Ribeiro* e do ilustrado engenheiro Dr. João Lustosa de Sousa, pessoa qualificada e acima de qualquer suspeita, que junto a esta informação. Faço-a exclusivamente para cumprir as altas ordens de Vª. Exª, pois entendo que **si** *uma autoridade escolar estiver a mercê das queixas mais ou menos vagas de seus subordinados perderia todo prestígio, que o cargo exige e não poderia pronunciar duas palavras diante de um professor sem correr o perigo de se ver denunciado como réu de todos os crimes;* pois não faltariam aduladores ou irresponsáveis que se prestassem a envenenar as suas palavras e dar-lhes sentido que não tinham[66] (grifos meus).

É bem provável que nem todos os professores estivessem inseridos numa rede de sociabilidade que lhes possibilitassem agir/reagir de maneira uniforme a variadas situações. Os cargos que ocupavam na cidade e as relações a que estavam envoltos provavelmente definiria o teor das suas escritas, tanto nos jornais quanto em requerimentos e ofícios enviados à Câmara, quando se iriam ou não reagir, reclamar, ou queixar-se de alguma situação ou fato. Portanto, os professores não eram uma categoria homogênea. Para entender melhor acerca do termo "rede de sociabilidade" as palavras de Gontijo ajudam nessa reflexão.

[66] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, Série 153 - Correspondência de Diretores e Inspetores com o Presidente da Câmara 1894 – 1929

> Investigar as sociabilidades significa seguir as trajetórias de indivíduos e grupos, buscando mapear suas ideias, tradições, comportamentos (...) de modo que seja possível caracterizar (...) seus esforços de reunião e de afirmação de identidades em determinados momentos (GONTIJO, 2005, p.277).

A partir do entendimento acerca das redes de sociabilidade, pode-se traçar uma questão que emerge na fala do inspetor relacionada ao termo analisado, a hierarquia. Institucionalmente, os professores estavam abaixo do posto de inspetor, sendo esse uma "autoridade escolar", que não poderia ficar "a mercê das queixas [...] vagas dos seus subordinados". Porém, ao mesmo tempo em que o inspetor escrevia afirmando seu poder, ele também deixava implícito o poder dos professores, de modo que "não poderia pronunciar duas palavras diante de um professor sem correr o perigo de se ver denunciado como réu de todos os crimes". Ora, mesmo classificando as denúncias dos professores como vagas, elas surtiam um efeito e por mais que banalizasse as "queixas" prevendo que qualquer um poderia fazer uma calúnia, o inspetor, que tinha os professores como seus "subordinados", foi subjugado ao regimento, como citado pela Maria Ottilia Lopes e teve que seguir as burocracias do processo, enviando inclusive, testemunhos sobre sua conduta, explicitando, mais uma vez, que as escritas, reclames e queixas dos professores não foram em vão, tiveram uma relevância. Entre as duas testemunhas do inspetor apenas uma estava presente durante os exames em 1901, o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro. O testemunho do engenheiro Dr. João Lustosa de Sousa foi baseado no que lhe disse o professor:

> tenho a responder-vos que em dias da semana passada, o professor Felicissimo Mendes Ribeiro, em conversa, disse-me que durante os exames da escola da rua São Mateus, não houve incidente algum que desabonasse a procedimento de vossa pessoa ou que ofendesse a [...] suceptibilidade da professora D. Maria Ottilia Lopes, que não pronunciastes discurso algum elogiando ou censurando a professora durante ou no encerramento dos exames; que apenas, falando em particular, disse- "notara que a segunda classe de leitura lia melhor que a primeira (SOUSA, 1901)[67].

O processo foi desencadeado pela queixa de uma professora e a única testemunha do inspetor presente no dia dos exames era um de seus "subordinados", ou seja, um professor. Qual motivo teria levado o inspetor a recorrer ao "ilustrado engenheiro" para engrossar as suas testemunhas? A palavra do "pouco letrado" e "maneiroso" professor Felicíssimo já não seria suficiente? Frisando novamente que apenas um ano antes, este mesmo professor foi um dos signatários do Manifesto, que pedia aos professores mineiros que se unissem, desta vez,

[67] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, Série 153 - Correspondência de Diretores e Inspetores com o Presidente da Câmara 1894 – 1929

ele se posicionou ao lado de um inspetor, oposto a professora e as suas quatro testemunhas, incluindo o também signatário, Raymundo Tavares.

Na notícia sobre os exames publicada no *Jornal do Commercio* consta como examinadores a normalista D. Rita de Cássia Lima, o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro e o normalista Francisco Fortes Bustamante. Destes, apenas um testemunhou a favor do inspetor. Na "queixa" enviada, Maria Ottilia lista como examinadores os mesmos nomes informados pelo jornal, acrescentando apenas que houve "a assistência de diversas pessoas interessadas". Porém, na Ata do exame, consta como examinadores, além dos nomes listados acima, os professores Raymundo Tavares, Saint-Clair Elias Machado e Francisco Paixão. Pode-se pensar a respeito do jornal não ter mencionado sequer a presença de assistentes. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que uma ata também pode sofrer alteração, ela é construída e está sujeita, assim como o jornal, a omitir ou ocultar informações, como nos alerta Chartier ao dizer que [um documento produtor de discurso] "produz estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados (1990, p.17)". Maria Ottilia convoca para confirmar sua versão os professores Raymundo Tavares, Francisco Fortes e Saint-Clair, além de um nome que não aparece nem na publicação nem na Ata do exame, o de Manoel Luiz do Couto e Silva, enviando aos mesmos um pedido de confirmação da sua versão sobre os fatos ocorridos:

> Rogo me respondais ao pé desta o seguinte: 1º Em que termos o Sr. Inspetor das Escolas Municipais encerrou os trabalhos na escola sob minha regência. 2º. Se o seu discurso de encerramento foi ouvido pelo corpo discente, comissão examinadora e mais pessoas presentes. 3º qual foi o resultado dos exames e se este resultado podia autorizar qualquer referência menos airosa à minha competência profissional. Grata, se me autorizardes a fazer desta o uso que me couvier; subscrevo-me, Maria Ottilia Lopes (LOPES, 1901).

As respostas ao pedido foram semelhantes entre os professores examinadores, a exemplo de Raymundo Tavares, que confirmou a posição da professora, opondo-se, portanto, ao professor Felicíssimo Mendes Ribeiro:

> Acuso recebida a sua carta. Correspondente ao apelo que nela me faz V. Excia, passo a responder ao quesitos nela formulados. Ao 1º- Terminados os exames da escola regida por V. Excia, o Inspetor das escolas, de pé, pálido, visivelmente agitado, em palavras que revelaram mau humor, procurou depreciar o trabalho apresentado pelos alunos que acabaram de ser examinados. Entre outras coisas, disse o mesmo Inspetor: que a 1ª classe, dada por V. Excia como a mais adiantada, estava muito ruim, lendo pior do que a 2ª, classificada um grau abaixo, que [aconselhava] a professora a ir assistir aos da escola do professor José Paixão, para a mesma ver como é que se trabalha. Ao 2º- As observações a que se refere a resposta precedente foram feitas à guisa de discurso, em voz alta, em presença de todos os alunos que ainda conservavam os seus lugares, da comissão examinadora e de todas as pessoas

> que assistiram aos exames, inclusive o abaixo-assinado que lá fora a convite de V. Excia. Ao 3º - O resultado dos exames em questão foi francamente bom; foi mais um atestado eloqüente da competência e do meticuloso cuidado com que a distinta professora da escola mista da rua de S. Mateus desempenha a sua árdua missão. Sendo assim, só poderia tal resultado dar lugar a elogios à professora, nunca, porém à desconsideração de que podem dar testemunhos todos os que estavam presentes. V. Excia pode fazer desta o uso que muito bem lhe parecer. De V. Excia. Criado muito respeitador e obrigado. Raymundo Tavares, Professor normalista (TAVARES, 1901)[68].

Francisco Fortes Bustamante afirmou que o inspetor tratou a professora "com palavras injustas e ásperas, não só relativas ao aproveitamento dos alunos, como também à distribuição das classes". No mesmo sentido, o professor Saint-Clair Elias Machado declarou que o inspetor teve uma "atitude grosseira, voz trêmula, vacilante, chamou a atenção da professora para o resultado dos exames de outras escolas".

Os três examinadores confirmaram a versão da professora. Mas, o que teria levado Felicíssimo a testemunhar a favor do inspetor? A dinâmica dos exames proporcionava ao professor atuar como examinador em um dia e no outro ter sua escola examinada por aquele mesmo que ele havia avaliado. A partir disso deduz-se que alguns cuidados eram tomados nas avaliações, afinal, os resultados dos exames poderiam causar transferência ou fechamento das escolas.

O caso de Maria Ottilia reuniu novamente, um ano após a publicação do Manifesto, os signatários: Felicíssimo Mendes Ribeiro, os professores Raymundo Tavares e Francisco Paixão. Este último não tem seu nome listado no processo como testemunha, mas aparece entre os examinadores presentes no dia do ocorrido. Ou seja, um ano após os professores assinarem um Manifesto conclamando o "professorado de Minas" a se unirem, eles aparecem em lados diferentes em um caso de atrito com um inspetor. O nome de José Paixão também foi listado por todas as testemunhas que afirmaram que o inspetor teria dito à Maria Ottilia Lopes, em teor de comparação, o que desagradou à professora, "que exames bons seriam os do professor J. Paixão aos quais vos aconselhou a que fosseis assistir".

Portanto, um ano após os quatro professores terem supostamente, confluído suas ideias e assinado juntos um Manifesto, as relações de sociabilidades demonstravam-se complexas. As atitudes dos professores têm que ser consideradas diante das conjunturas e contextos de cada momento e cada situação. Nesse sentido, não causa estranhamento e nem surpresa o fato da suposta divergência entre os signatários em relação aos seus posicionamentos no caso ocorrido. O fato mencionado serve justamente para refletir sobre questões relacionadas ao

[68] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154/02. Correspondência de professores com a Câmara (1890-1930).

posicionamento, pertencimento, relações, ações e reações. Em busca de perceber, em outros momentos, as atitudes, o rumo tomado pelos signatários, buscou-se nos anos seguintes da publicação do manifesto, novos indícios acerca do lugar e da trajetória desses sujeitos.

2.3 Para além do Manifesto: ideias e ações dos signatários pós 1900

Traçar os caminhos percorridos pelos signatários, adentrando em suas trajetórias, contribui para o entendimento de como a ideia de possuírem autoridade para falar aos professores mineiros foi constituída. Do mesmo modo, pode-se ainda indagar: como houve concordância entre eles? De qual maneira se encontraram ao ponto de se articularem para escrever um manifesto? A importância dos quatro assinantes não deve ser medida apenas pela constatação dos seus nomes ao fim de um texto, o que é relevante, pelo menos para o estudo em questão. Eles também continuaram professores, se relacionando e contribuindo de outras formas para a profissão. Esses outros "fazeres" enquanto docentes justificam o esforço para traçar outras análises sobre suas participações na história docente de Juiz de Fora.

Portanto, assumo a perspectiva de que o historiador, ao interpretar, analisar, questionar os documentos, define conceitos, utiliza-se de termos inventados ou já existentes, para classificar os fatos e as pessoas, tecendo assim sua narrativa, e, ao fazê-lo, restaura possíveis esquecimentos, encontrando os homens pelos traços que eles deixaram (CERTEAU, 1982). São os homens, assinalou March Bloch, que a história quer capturar, "os homens no tempo" (BLOCH, 2001, p.55). Neste sentido, os signatários, palavra utilizada para definir os assinantes do Manifesto de 1900, tratavam de homens que viviam, possuíam sonhos, desejos, pensamentos e se relacionavam. Ou seja, estavam inseridos em uma realidade que não era só deles, mas de muitos professores que não escreveram manifestos, mas que também foram importantes para o contexto em que estavam inseridos, como destacado neste trabalho em relação às "Marias".

Retornando para um dos signatários do documento de 1900, Felicíssimo Mendes Ribeiro, é possível observar que talvez tenha sido o que possuía maior tempo de vida na época da publicação do Manifesto, o que pode ser deduzido pelas datas dos documentos onde ele está presente, como o requerimento enviado por ele à Câmara Municipal em 1879, no qual solicitava materiais para suprir a necessidade de alunos carentes. Outro forte indício sobre a idade do professor pode ser percebido na notícia sobre os exames realizados na sua escola em

1901, quando o "competente e criterioso" professor foi considerado pelo *Jornal do Commercio* como "decano dos professores de Juiz de Fora".

A definição da palavra "decano" significa "alguém que se destaque, um sujeito eminente em uma atividade entre seus iguais"[69]. O professor Felicíssimo parece fazer jus a essa definição, pelo menos, no que diz respeito ao zelo com que foi descrita a situação da escola por ele ministrada:

> A sala de aula, onde se efetuaram os exames, estava festivamente ornamentada com lindas e abundantes flores naturais. Nas paredes viam-se bandeiras de diferentes nações, e a porta de entrada, suspensa, estava a bandeira nacional (JORNAL DO COMMERCIO, 09/11/1901).

O seu nome como signatário do Manifesto pode ser considerado como um fator de prestígio, ou pelo menos, demonstra o quanto o professor era ativo nas questões relacionadas aos problemas da instrução, o que pode ser percebido em outros momentos da sua trajetória. A dedicação do professor Felicíssimo, unido ao tempo em que o mesmo lecionava, fez seu nome ganhar relevância também entre os moradores da cidade, especialmente entre a população pobre. Pode se considerar impressionante a situação em que o professor foi citado em um abaixo-assinado onde constam as assinaturas de duzentos e noventa e cinco moradores que, ao assinarem o pedido, assim como os signatários do Manifesto, estavam também escrevendo os seus nomes na história, ainda que não houvesse esse desejo em suas ações, pois "grande parte da evidência histórica sobreviveu por motivos muito distantes de qualquer intenção dos atores de projetar uma imagem de si mesmos à posteridade [...]" (THOMPSON, 1981, p. 36). O documento foi produzido pelos moradores do bairro Botanágua, em 1903, e dizia o seguinte:

> Os abaixo assinados, moradores nesta cidade, convictos da solicitude e máximo zelo, com que esta ilustre corporação cuida dos interesses e bem-estar dos seus munícipes, não hesitarão em trazer a presente representação, mediante a qual pretendem o restabelecimento da escola primária do sexo masculino do bairro "Botanágua desta cidade, a cargo do (...) *professor Felicíssimo Mendes Ribeiro*.(...) a escola de Botanágua, pela grande e assídua frequência de seus alunos, é a que não pode ser suprimida, mesmo porque a sua vasta zona escolar abrange na parte de zona suburbana, cuja população numerosa e densa, aufere os benefícios da instrução que proporciona-lhe a dita escola, calculadamente ali colocada pelo extinto conselho distrital que a criou. Por outro lado, o emérito professor que rege aquela escola, pelas suas provadas aptidões e dedicação ao ensino, constituindo-se verdadeiro *apostolo no magistério***,** deve ser aproveitado nesse mister, e não pode ser indiretamente distribuído do professorado onde tão proveitoso tirocínio, tem feito, a

[69] Definição retirada do dicionário eletrônico Houaiss.

> ponto de provocar encômios da imprensa local imparcial, nesse ramo da publica administração[70].

É interessante perceber nesse documento a relevância dada pelos moradores ao nome do professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, como se sua figura constituísse um fator positivo na argumentação. O caso do "professor primário" e "pouco letrado" que se imagina não ter frequentado escolas normais, remete a um reconhecimento dos moradores pela sua prática enquanto professor, tendo ocupado, entre tantos espaços, a regência de alunos, ex-escravos, na escola noturna.

O abaixo-assinado que cita seu nome é de moradores da localidade do Botanágua, que ficava "nos arrebaldes da cidade onde se encontrava a população pobre, que possuía uma infinidade de expressões culturais, vistas como expressões maior da vadiagem" (PINTO, 2008, p.49). Tratava, portanto, de um lugar periférico que concentrava a maioria da população negra, que apesar de ser considerada como "vadios", também exigiam escolas. Felicíssimo parece ter sido um professor atuante, talvez isso seja um indício para justificar o fato dos moradores quererem que o mesmo continuasse a ministrar as aulas, ao ponto de firmarem essa posição por escrito em um documento que requeria a reabertura da escola e que tinha como argumento, a permanência do professor, pois o mesmo constituía-se como "verdadeiro apostolo do magistério".

Olhar a trajetória de Raymundo Tavares, por sua vez, implica em considerar os vários assuntos tratados na imprensa, entre eles, as discussões em torno da necessidade de reformar o ensino em Minas Gerais. O inspetor Estevam de Oliveira, que ocupou o cargo, a nível estadual, de inspetor de ensino - o que lhe possibilitou conhecer a realidade do ensino no estado de Minas e também em outras regiões - realizou a mando do governo uma viagem pelo Rio de Janeiro e São Paulo a fim de buscar ideias para realizar uma reforma no estado. O resultado dessa viagem foi à produção de um relatório que incentivou a reforma do ensino em 1906 (OLIVEIRA, 1902)[71]. Sua prática de inspetor fez surgir nas páginas dos jornais diversos artigos onde critica as condições do ensino em Minas Gerais. A discussão em torno da supressão das escolas normais era recorrente, chegando a figurarem duas hipóteses, continuar funcionando todas as escolas ou ter seu número suprimido pela metade (CORREIO DE MINAS, 08/01/1899).

---

[70] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 114 – Instrução Pública 1891-1930

[71] OLIVEIRA, Estevam. *Reforma do ensino publico primário e normal em Minas*. Relatório apresentado ao secretário do Interior. Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902.

Frente a essa investida, a congregação da Escola Normal de Juiz de Fora dirige ao diretório do Partido Republicano do município uma representação em defesa dessa instituição, assinada por seis professores, entre eles Raymundo Tavares e Francisco Paixão.

> Tendo chegado ao nosso conhecimento que entre outras medidas de economia que os poderes dirigentes do estado pretendem adotar, figura a supressão de todas as escolas normais, inclusive a desta cidade, medida essa que se tornará efetiva se não forem tomadas prontas e eficazes providencias, no sentido de salvar-se aquela de que somos professores, como vossos amigos e dedicados correligionários, tomamos a deliberação de apelar para esse diretório, pedindo-lhe que faça valer nesta emergência o seu considerável e merecido prestígio, a fim que seja respeitado o direito que honradamente conquistamos e mantido esse estabelecimento que, sobre ser o único da região da mata, tem por todos os títulos honrado a nossa cidade, e, modéstia a parte, até mesmo ao estado de Minas (JORNAL DO COMMERCIO, 04/07/1901).

O relatório publicado por Estevam, em 1902, teve grande repercussão na imprensa. Pessoas de toda parte teciam comentários sobre ele, inclusive o professor Raymundo Tavares, dizendo que Estevam de Oliveira configurava-se um

> Conhecedor profundo das mazelas que infelicita[vam] a educação em Minas (...) coloca[va], o distinto colega, o dedo na ferida informando o governo e os mineiros do estado em que se encontra um dos mais importantes ramos do serviço público (CORREIO DE MINAS, 08/01/1899).

Raymundo Tavares reconhecia que a imprensa sempre denunciou as mazelas da instrução na cidade, mas que naquele momento, porém, "na pessoa de um delegado, que v[inha] dizer francamente ao povo o que h[avia] e o que [era] preciso fazer. A revelação t[inha] toda autoridade, porque traz[ia] o cunho oficial" (idem, 08/01/1899).

A partir da trajetória do professor Raymundo Tavares percebe-se a relevância que este foi conquistando no meio educacional. Juntamente com Francisco Paixão, também signatário do Manifesto, foi examinador dos primeiros grupos escolares fundados em Juiz de Fora no ano de 1907, instituídos pela reforma de 1906 (CORREIO DE MINAS, 19/12/1907) . Em 1910, no âmbito da discussão estadual sobre à reforma do regulamento então vigente, o dec. n º1960 de 16 de dezembro de 1906, Raymundo Tavares, atendendo a um pedido da Secretaria do Interior, responsável pela instrução pública, ocupando na época o cargo de inspetor técnico de ensino, atuou formulando opiniões e propôs modificações sobre o programa de ensino[72].

[72] SI – 3802: Papéis findos . Secretaria do Interior, ano de 1910 : Ensino Primário – modificações no regulamento, regimento em vigor e opiniões sobre o programa (a saber, o Regulamento a que se refere o dec. n. 1960 de 16 de dezembro de 1906)

De professor da Escola Normal chegou ao cargo de inspetor regional. Ainda exercendo essa função, em 1916, concede uma entrevista ao jornal *Correio de Minas* para falar sobre o "Problema da Instrução em Minas Gerais". Como ele mesmo havia assinalado tempos antes, referindo-se ao outro inspetor Estevam de Oliveira, "sua fala" representaria o "cunho oficial" do estado sobre a instrução. O "ilustre professor" discorreu sobre várias temáticas e, pelo seu discurso, pode-se perceber seu entendimento sobre a escola primária:

> A escola primaria é, por assim dizer, a célula da dinâmica social, força propulsora indireta do evoluir das coletividades, fonte suprema e instrumento da salvação comum, na linguagem expressiva de Vessiot, a educação popular, que lhe serve de escopo, é o mais momentoso problema de quantos absorver a energia dos governos; e se subordina as duas equações: - seleção do professorado e organização da escola – duas questões complexas e que, mediata ou imediatamente se prendem varias outras.(CORREIO DE MINAS, 11/10/1916).

O texto do Manifesto, que Raymundo Tavares também assinou, dezesseis anos antes dessa entrevista, foi escrito sob a perspectiva do professorado, na medida em que clamava a união dos professores para supostas melhorias das suas condições. No entanto, percebe-se nesse outro momento a visão do inspetor, supostamente preocupado com a escola primária, "célula da dinâmica social" e com a formação dos professores que deveria ficar a cargo do estado. No centro da questão encontra-se a escola e não apenas os professores. A entrevista continua com o redator do jornal perguntando se o professorado estava à altura da sua missão. Raymundo Tavares responde:

> Grande parte dos nossos docentes primários, é preciso confessar, mesmo dos que procedem de institutos normais, deixam a desejar, não somente pela sua insuficiência literária, mas também pela incapacidade profissional. É uma lamentável lacuna que deve ser levada á conta do descuido ou excesso de benevolência desses institutos. (idem, 11/10/1916).

Aqui fica claro a visão de um agente do estado, que culpa os próprios professores pelas mazelas, considerando-os insuficientes, tanto do ponto de vista literário, quanto profissional, situação que é fruto de um processo de racionalização do ensino no início da República. Essa racionalização implicava tanto a atuação dos inspetores, dentro de um discurso moral e elitista, quanto na centralização da formação do professorado. Dentro desse processo, um segundo aspecto se destaca, qual seja, a concepção individualizante de sociedade é perpassada para a educação, ao responsabilizar pais, professores e alunos pela ineficácia do ensino (VEIGA, 1999). De acordo com o inspetor e "pedagogo", esse mal seria remediado pelo "patriotismo dos governos" que deveriam incentivar a concorrência entre os

professores, havendo uma seleção entre os melhores, pois "o bom professor é assim uma espécie de premissa maior na estrutura do silogismo, pois é dele que depende o êxito da organização da escola" (CORREIO DE MINAS, idem).

Ao mesmo tempo em que considera os professores insuficientes, Raymundo Tavares elege o "bom professor" como um dos responsáveis pelo melhoramento da instrução a partir do nivelamento que deveria ocorrer no processo de inserção nas escolas normais, o que seria garantido "pela enérgica vigilância" nessas escolas, que acarretaria o "trancamento das portas da instrução pública aos muitos candidatos despreparados que tentam invadi-la". As considerações do "pedagogo" Raymundo Tavares são muito interessantes, principalmente, por remeter a uma questão que faz parte das discussões travadas nos dias atuais. Ora, não seria esse o discurso daqueles que se colocam contra qualquer tentativa de democratização do acesso às universidades (local de formação de professores), por exemplo, considerando os alunos/candidatos incapazes[73]? Permanências históricas discursivas a parte, volta-se à questão posta em 1916, onde o professor ou o sujeito que almejava sê-lo deveria passar por uma seleção:

> Selecionado o bom professor, afastado cuidadosamente o elemento imprestável, surge-nos a questão, não menos importante da organização escolar. Esta se subdivide e cada departamento é uma função de varias sub-questões que lhe servem de fundamento. O primeiro passo, neste terreno, cabe ao governo dar, e consiste em prover ele as escolas de conforto, por meio de salas amplas, claras e arejadas, mobiliário (...) em quantidade e qualidade, de acordo com os preceitos da higiene moderna, em fornecer-lhe o necessário material didático, e em instituir fiscalização constante e eficaz. (idem, ibidem).

Para um dos signatários, Raymundo Tavares, o estado deveria suprir as escolas de todo material e condições necessárias para um bom funcionamento das aulas, mas só depois de afastado o "elemento imprestável". A fala do inspetor regional é coerente com o que defendia, ou seja, mesmo não bastando ao indivíduo possuir apenas capacidade literária para ser pedagogo, esta seria um ponto fundamental, pois "o professor instruído estar[ia] em melhores condições para assimilar e praticar os programas de ensino, e bem compreender elevado fim social da escola primária" (ibidem, 11/10/1916).

---

[73] Refiro aqui ao discurso propagado por aqueles que se colocam contrários ao sistema de cotas, alegando que a qualidade da formação seria comprometida. Essa discussão pode ser encontrada no seguinte livro:
GONÇALVES E SILVA, P. B.; SILVÉRIO, V. R. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.

As trajetórias revelam momentos diversos e mudanças de opiniões e concepções de acordo com os espaços e funções ocupadas. A intenção do texto aqui proposto, não é de julgar esses sujeitos, consiste no entendimento de suas relações.

Nessa acepção, outra relação importante de ser compreendida, consiste no enredo oferecido por outro signatário do Manifesto de 1900. O professor José Paixão, que em 1897 oferecia nas páginas do jornal, aulas particulares de "português, francês e inglês em sua residência ou em casas particulares", (CORREIO DE MINAS, 28/10/1897) parece ter se estabelecido como professor da Escola Noturna, cargo que ocupou a partir de 1900. Em 1902, teve sua escola avaliada por uma "comissão examinadora composta dos professores (...) Raymundo Tavares" e ele próprio (idem, 14/11/1902). Três anos depois, ainda na Escola Noturna, foi avaliado por Felicíssimo Mendes Ribeiro. O intuito de falar "ao professorado" e a ideia de uni-los parece ter continuado como uma intenção do professor J. Paixão, desta vez, com a criação de uma imprensa específica para os professores:

> Subordinado ao título *A Escola*, aparecerá, brevemente, nesta cidade, um novo colega, cujo objetivo é o congraçamento do professorado, quer publico quer particular, do Estado. É seu redator-chefe nosso colega e colaborador J. Paixão. Advogará os direitos do professor e tratará o novo colega da criação de uma caixa beneficente e de socorros. Que boas auras tragam a combater em nosso meio jornalístico, e que, desta vez, sazone a ideia há muito esperada e afagada por nosso colega, de unir a classe dos operários da inteligência e por meio de uma caixa ampararem-se e auxiliarem-se nos dias difíceis. Aplaudimos a bela ideia, e para ela chamamos a atenção dos interessados (JORNAL DO COMMERCIO, 29/09/1904).

O jornal *A Escola* não foi encontrado nos arquivos da cidade, aliás, a notícia anuncia que aparecerá, o que pode não ter acontecido. Mas, o próprio anúncio revela que J. Paixão, quatro anos após o manifesto, permanecia com as intenções demonstradas no texto de 1900, a ideia a "muito esperada e afagada (...) unir a classe dos operários da inteligência". Desta vez, com propostas mais concretas para que ocorresse a união dos professores, como a "criação de uma caixa beneficente e de socorros". Esse anúncio indica também outro fato importante, ou seja, os professores não avançaram na questão da associação, continuavam sem um órgão que os articulasse, como desejou poucos anos antes, os quatro signatários.

Mais uma vez, J. Paixão recorria à imprensa para, por meio das palavras, tentar articular o professorado em torno da ideia de união. Porém, assim como o professor Felicíssimo, o literato também recorreu à Câmara Municipal por uma petição requerendo um aumento dos seus vencimentos.

> Estando, ora, em discussão o projeto de orçamento relativo ao ano de 1904, e sendo dele objeto também a causa da instrução publica municipal, vem o peticionário, confiante no espírito de justiça que sempre preside às vossas deliberações, solicitar-vos aumento de seus honorários pelos justos motivos que tem a honra de submeter à vossa criteriosa atenção[74].

Como de praxe, a menção à questão pedida estava relacionada com o "espírito de justiça", argumento também utilizado por J. Paixão, o que representa uma uniformização dos modos de pedir. Para conseguir o esperado, o professor ainda enumera os motivos pelos quais merecia o aumento.

> a) A escola noturna municipal, única fonte de instrução que uma lei caritativa faculta ao operariado que vive de sol a sol, devendo ter por sede o centro da cidade, onde os alugueis de casa são elevados, onera ao professor desta cadeira, mais que aos das escolas diurna que funcionam fora do centro. b) O trabalho desta escola é feito à noite, em horas consagradas ao descanso, e por isso mesmo, com direito a maior remuneração. c) Os resultados apresentados pelo peticionário, no exercício desta cadeira, como provam os termos de exames publicados anualmente, na imprensa local, têm sido, não obstante a ampliação dada pelo professor ao programa de ensino, quando não superior, ao menos iguais aos das outras escolas municipais. d) O esforço que, comparativamente as das demais escolas, exije o ensino desta, e maior não somente porque se dirige o professor a alunos operários já fatigados do trabalho do dia, como também por ser este ensino administrado à luz artificial, sempre impropria a este mister[75].

Os constantes pedidos de aumento dos vencimentos são importantes, por representarem uma forma de pressionar a Câmara Municipal frente às decisões relativas à instrução, o que parecia não ser prioridade da administração pública. Em 1905, após a suspensão do ensino nas escolas normais do estado pelo Congresso Mineiro, a Câmara Municipal de Juiz de Fora, sob a alegação de penúria orçamentária, suspendeu o ensino primário municipal na cidade durante meses. A princípio, a resolução que viabilizou esta medida por parte da Câmara era baseada numa cláusula abrangente, não específica, sobre a possibilidade de corte de gastos públicos:

> Art. 4º Fica o agente executivo autorizado a modificar ou alterar o orçamento da despesa e adopta-lo as circunstâncias financeiras do município, desde que esta modificação traga economias e que devem ser empregadas no resgate da dívida flutuante, podendo para isso reorganizar os diferentes serviços municipais e suprimir lugares[76].

---

[74] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154/02. Correspondência de professores com a Câmara (1890-1930)

[75] idem

[76] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Livro de Resoluções da Câmara Municipal- Orçamento da Câmara para o exercício de 1904.

Na prática, o serviço escolhido para amenizar o déficit público municipal naquele ano foi justamente a educação (DIAS, 2008), o que demonstra a não prioridade da instrução frente aos órgãos públicos. Talvez por esses constantes problemas os signatários tenham publicado o Manifesto e percebido que os professores, unidos, poderiam conseguir alguma melhoria. A trajetória dos quatro assinantes trazem elucidações sobre o papel que eles exerceram no espaço da cidade, permitindo entendê-los como sujeitos envolvidos no processo histórico, pois:

> O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.) Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um processo histórico, isto é, *práticas* ordenadas e estruturadas de maneiras racionais. (THOMPSON, 1981, p.50).

Felicíssimo parece ter sido o mais experiente, ao ponto de ser considerado pela imprensa como o "decano dos professores primários de Juiz de Fora", como já foi dito anteriormente. Na documentação pesquisada, seu nome aparece nos vestígios mais antigos, o que endossa a afirmação do jornal. Não foi possível observar pistas sobre o final da trajetória desse sujeito, quando ele parou de lecionar ou as últimas notícias que trouxeram indícios acerca de suas últimas atividades docentes.

Diferente de Felicíssimo, José Paixão viveu pouco tempo na cidade, tendo chegado ao final dos Oitocentos e partido no mesmo ano da fundação da Academia Mineira de Letras em 1909, indo para a cidade de Oliveira, Minas Gerais, ocupar o posto de diretor do grupo escolar, diferente do seu irmão Francisco Paixão, que parece ter permanecido em Juiz de Fora por um tempo.

Nessa mesma direção acerca das trajetórias, Raymundo Tavares, como pode constatar em seu inventário[77], viveu em Juiz de Fora até o seu falecimento em 1942[78].

Até o presente momento discorreu-se sobre o conteúdo do Manifesto e os signatários do mesmo. Destacou-se principalmente, a presença dos quatros signatários e as relações

[77] Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventário do Professor Raymundo Tavares. Inventário 1942 cx. 249/60º proc. ID- 5132 cx 4813 1942.

[78] Segundo o inventário, o professor Raymundo Tavares foi casado com D. Maria Ignácia Tavares, tendo falecido no dia 10 de novembro de 1942. O casal sofreu a perda de seu filho Lúcio e tiveram outros filhos: Propércio (oficial da marinha), Sizifo (funcionário público), Lauro (industriário) e Adélio (jornalista). Entre os bens deixados para a família encontrava-se "um prédio à Rua Coronel Barros, n. 35", onde residia o casal, "um terreno na Vila Quintão", outro "terreno na direção da Avenida Perri", alguns créditos a receber e outras poucas ações.

existentes entre eles e deles com a cidade. O Manifesto, objeto significativo para a construção dessa pesquisa, foi endereçado “Ao Professorado de Minas”, levantando uma nova indagação: que professorado era esse? Como já foi analisado nesse capítulo, mas que também se tornou foco do próximo, outros professores “agiram e reagiram” às diversas situações. A análise do posicionamento de novos agentes educacionais incitou a discussão que será apresentada a seguir. Essas questões foram norteadoras do terceiro capítulo, onde se buscou perceber as diversas formas de agir ou de manifestar-se dos professores da cidade de Juiz de Fora, a quem o Manifesto foi destinado.

3 "OS OPERÁRIOS DO ESPÍRITO": OS DESTINATÁRIOS DO MANIFESTO E SUAS MANIFESTAÇÕES

3.1 A queixa e o público: exposição das demandas a partir das reclamações

Manifestar: apresentar(-se), dar sinais de sua presença; mostrar(-se), revelar(-se)[79].

O estudo do manifesto "ao Professorado de Minas" se mostra importante pelo mesmo trazer em seu texto indícios de demandas presentes no cotidiano dos professores, de suas condições, ao demonstrarem que, os professores eram "uma espécie de máquina de Abc" (JORNAL DO COMMERCIO, 09/12/1900). O desejo explícito e contundente pela "união da classe" reflete as dificuldades que os professores tinham para obterem melhorias e, ao mesmo tempo, pautava e indicava um caminho de organização.

Ao analisar o Manifesto tornou-se necessário pensar os destinatários do documento. Neste sentido, as outras ações e reações docentes encontradas na cidade de Juiz de Fora, antes e depois de sua publicação, precisam ser entendidas relacionadas com o texto de 1900. O terceiro capítulo encaminha-se nesta direção, já que, assim como em outros momentos, o trabalho proposto visou considerar as lutas, ações e reações como articuladas e necessárias para se pensar o estatuto da profissão docente.

Os destinatários do Manifesto, no caso os professores mineiros, usaram desses mecanismos antes mesmo da publicação do texto no *Jornal do Commercio*, como foi demonstrado nos capítulos anteriores, quando se valeram dos jornais para esboçarem críticas, assim como encaminharam requerimentos pedindo auxílios aos órgãos públicos antes de 1900. Portanto, essas ações não foram desencadeadas pela publicação do documento. No entanto, o Manifesto sintetiza, em certa medida, as demandas dos professores, no sentido de apontar um avanço no modo de se manifestarem, ao propor a organização docente sugerindo a criação de um "aparelho que os unisse", no caso uma associação. Os signatários, ao afirmarem no Manifesto que de "nada valiam os esforços e as energias isoladas", pareciam saber das queixas, pedidos e solicitações dos professores da cidade, por isso, talvez, o clamor pela união perpasse todo o texto.

O ato de manifestar configura-se em diferentes formas e dimensões. Muitas atitudes de professores podem ter sido motivadas pelas suas relações com a causa da instrução. No caso

[79] Houaiss A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 1.a ed, Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.

do universo empírico utilizado na pesquisa, observam-se manifestações em uma fase que demonstra um amadurecimento dos professores e uma percepção de como se deveria agir, a exemplo do Manifesto, assim como, encontram-se outras formas e mecanismos utilizados por professores para se queixarem, reclamarem, enfim, de algum modo intervir, fazendo-se ouvir na busca de solucionar algum problema ou questão no seu cotidiano:

> Levamos ao conhecimento do ilustre sr. Dr. Secretário do Interior que o prédio em que funcionava a escola pública do sexo masculino do arraial da Chácara, deste município, ameaça completa ruina e esta quase a desabar. É tal o estado do estrago no referido prédio, que o professor se viu forçado a transferir a escola para outro prédio, naturalmente á custa própria, para assim se livrar, e aos seus discípulos, de provável incidente. Ora, como esse prédio é próprio do Estado, segundo estamos informados, cumpre que o governo mande repará-lo, senão reconstruí-lo, para que sirva aos fins a que foi destinado, não somente, mas ainda para não acarretar ao Estado possível prejuízo dali originário. Si o sr. dr. Secretário do interior atender a esta reclamação, prestará inolvidável serviço à pequena população do arraial da Chácara (CORREIO DE MINAS, 09/11/1897, p.2).

As queixas, pedidos e críticas representadas nos requerimentos, assim como nos jornais, demonstram as formas de atuar desses professores, condicionados pelas suas possibilidades, suas relações e suas condições materiais, fatores que definiriam os limites e os tipos de ações de cada um.

Libânia Xavier (2005) ao listar os avanços e recuos operados no âmbito da educação em vários momentos da história do Brasil, aponta para a necessidade de analisar nesses contextos as tensões e negociações que marcaram a sociedade imbricada em relações políticas e culturais. Insere-se nesse viés a participação dos professores analisados nessa pesquisa. Suas formas de manifestar-se podem ser compreendidas como um ato de negociação.

Neste sentido, tem-se o exemplo de Maria Judice Tavares, professora na escola municipal da Tapera, bairro onde vivia parte da população pobre, localizado na periferia de Juiz de Fora. A situação de sua escola refletia a de muitas outras na cidade que nas palavras da própria professora encontrava-se "completamente desprovida". Diante dessa situação, Maria Judice resolveu manifestar apresentando a situação para o inspetor escolar municipal por um requerimento. Ao "dar sinais de sua presença", no fim de 1905, a professora mostrou-se descontente com a situação da escola e revelou em seu pedido a ausência de "mobília escolar, material didático e livros"[80].

Deste modo, vários docentes empregaram artifícios para conseguirem o que desejavam, agindo de forma individual ou em conjunto, usando da criatividade nas formas de

[80] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154/01

operar em prol de uma conquista de causa, seja por um simples pedido de material para a sua escola, a exemplo do requerimento da professora Maria Judice Tavares. Pedidos que desnudam e escancaram as deficiências, expõem as demandas existentes e, em última instância, forçam as atitudes dos órgãos competentes.

As ações dos professores, pelos requerimentos ou anunciadas nos jornais, incorporam um conjunto documental que possibilitam uma reflexão pelas categorias de análise, ou seja, percebem-se nestes escritos diferentes intenções. Sendo assim, encontra-se entre a documentação: queixas, pedidos, críticas, denúncias ou ainda, comunicados por parte dos docentes em cumprimento de alguma questão legal. Nota-se que essas ações ocorreram também antes da publicação do Manifesto. Portanto, não são consequências dele. Neste sentido, usamos no terceiro capítulo das intervenções, ações e participações dos professores, nos jornais e requerimentos, ocorridos antes e depois de 1900. Como a escrita da história é limitada pela existência de fontes, cabe um esclarecimento sobre a questão dos jornais utilizados. Trabalhou-se principalmente com o *Correio de Minas e Jornal do Commercio,* fundados nos anos 1894 e 1896, respectivamente. Por esse motivo, foi encontrado um número maior de queixas após o ano de 1900.

A publicação do Manifesto de 1900 no *Jornal do Commercio* pode ter tido um sentido estratégico, de proliferação e alcance de um amplo público. Mas, temáticas como as queixas, críticas e denúncias de professores também surgem entre as colunas dos jornais, a exemplo de um professor que em 1898 acusa os deputados de não aumentarem o vencimento dos professores e ainda cortarem do orçamento a verba para a compra de livros para alunos pobres (CORREIO DE MINAS, 05/09/1898).

Mesmo o documento de 1900, anunciando como destinatário o "professorado de Minas", entende-se que ele também encaminhava uma mensagem aos órgãos públicos, na medida em que expunha as condições de trabalho dos professores, considerados como "máquinas de abc". Neste sentido, o Manifesto dialoga com as outras publicações na imprensa, que se constituíram como importantes espaços de manifestação, tanto por parte de professores, quanto da população em geral, que também criticavam o uso da instrução pública como recurso político e de retórica, denunciando as más condições de funcionamento das escolas públicas (CORREIO DE MINAS 12/04/1898).

Como demonstra Lenilson da Silva Araújo, "o jornal (...) era utilizado como a 'voz pública' diante de um contexto de grande exclusão política, formando uma 'esfera pública' conscientemente utilizada como forma de reivindicação de direitos" (2007, p.15).

Neste sentido, os professores também apresentavam suas queixas, usando o jornal como "voz política",

> Queixa-se por nosso intermédio ao sr. Dr. Secretario do interior o sr. Tenente José Marcellino Ribeiro, professor publico de uma das cadeiras primarias da cidade do Pomba, de estar lutando com inúmeras dificuldades de vida, porque o inspetor escolar dali caprichosamente, lhe nega atestados de cumprimento de dever desde o mês de junho do ano corrente (CORREIO DE MINAS, 23/11/1904).

Pelo teor das queixas, percebe-se que o jornal cumpria a função de mensageiro, mediador, o intermediário, embutido de um discurso de neutralidade que já era comum neste tipo de suporte informativo, pois era "dever da imprensa imparcial e independente dar abrigo a uma acusação da mais alta gravidade, que afetava a moral pública" (CORREIO DE MINAS, 09/04/1907). O discurso da imparcialidade propagado pelo jornal induzia a ideia de que notícia e fato eram similares, ou seja, se o papel do jornal era apenas relatar os fatos de maneira "imparcial", a descrição da notícia em suas páginas seria a descrição do fato, tal como ocorreu. Porém, o historiador deve manter uma postura problematizadora diante as fontes.

> Qualquer historiador sério sabe que os 'fatos' são mentirosos, que encerram suas próprias cargas ideológicas, que perguntas abertas, inocentes, podem ser uma máscara para atribuições exteriores, e que mesmo as técnicas de pesquisa empírica mais sofisticadas e supostamente neutras – técnicas que nos forneceriam a 'história' já embalada e sem o contato da mente humana, através da ingestão automática do computador – podem ocultar as mais vulgares intromissões ideológicas (THOMPSON, 1981, p. 38).

A publicidade da imprensa daria mais legitimidade à queixa, e salvaguardaria, em certa medida, a figura do professor, tendo em vista que os jornais, em alguns casos, assumiam o papel de acusador, denunciando os abusos de autoridade de inspetores para com os professores públicos (CORREIO DE MINAS, 20/10/1904).

Os diferentes espaços utilizados pela população de Juiz de Fora para queixar-se, foi objeto de estudo de Lenilson da Silva Araújo em trabalho intitulado "Vozes que não se calam: a experiência de cidadania em Juiz de Fora na primeira República". O autor analisou as queixas remetidas por "pessoas comuns" aos jornais *O Dia* e *O Pharol* entre 1900 a 1924:

> As queixas apresentam-se como um documento notável para o estudo da cultura política popular, pelo fato de ser uma das poucas ocasiões onde as pessoas comuns podiam tornar públicas as suas opiniões e expectativas políticas. Além disso,

> constituíam um espaço bastante democrático, pois eram gratuitas e podiam ser feitas por analfabetos (ARAÚJO, 2007, p.33).

Percebe-se que as formas de agir dos professores não se diferenciavam das pessoas comuns[81]. Tanto estas como aqueles, usavam dos espaços possíveis como maneira de reivindicar, queixar, pedir, enfim, de algum modo angariar alguma conquista frente as suas demandas, já que "a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis" (LEVI, 1996, p.180). Seguindo esse pensamento, Lenilson da Silva Araújo considera tais tipos de ações como uma ruptura com os avaliados modelos tradicionais de organização política:

> Tradicionalmente, os mecanismos formais da organização política- o voto, a participação em partidos políticos, a filiação partidária- são vistos como espaços privilegiados para o exercício da cidadania. Entretanto, a política da Primeira República foi caracterizada pela permanência de práticas políticas arcaicas garantidoras da manutenção dos poderes oligárquicos, não abrindo espaço para a participação popular. Daí justificar-se a exclusão desta estratégia de nossa análise. Veremos que os mecanismos fraudulentos utilizados pelas elites eram claramente percebidos pela população, o que a levou a afastar-se da política oficial e procurar outros meios de participação (ARAÚJO, 2007, p.21).

O autor identifica três formas de atuação que representam o uso de diferentes espaços pela população: "a imprensa, através de reclamações e reivindicações; os requerimentos enviados à Câmara Municipal, largamente utilizados durante o período, e a sociedade civil organizada, principalmente as associações mutualistas e entidades de classe" (ARAÚJO, 2007, p.15).

Nota-se uma similaridade entre as ações dos professores e da população, ou seja, o uso dos espaços percebidos como potencialmente relevantes para suas atuações, a exemplo dos requerimentos e os jornais. Portanto, pode-se considerar que os professores não estavam "à frente" das "pessoas comuns", suas queixas refletem uma forma de agir, de operar, que pode ter sido utilizada como uma das poucas possibilidades encontradas.

Desse modo, as relações de sociabilidade de alguns professores no espaço da cidade, podem ter permitido ações mais elaboradas, para além das queixas nos jornais.Assim, a publicação do Manifesto em 1900 reflete um espaço ocupado pelos quatro professores que assinaram o documento devido as suas relações, somado às condições históricas de cada um

[81] O autor define "pessoas comuns" como: todos aqueles que de um certo modo estavam excluídos da política formal que caracterizava a República oligárquica, ou seja, aqueles que ficaram de fora dos pequenos grupos que tomavam as decisões políticas nos moldes do velho clientelismo que remonta ao século XIX no Brasil, e que por isso tiveram que traçar estratégias diferenciadas para reivindicar suas demandas (ARAÚJO, 2007, p. 14).

naquele momento, o que não os coloca “à frente” das “pessoas comuns”, nem dos professores que usaram de outros espaços de reivindicação.

Partindo desse pressuposto, entende-se o documento como uma forma de tornar-se visível as intenções de um grupo, seus ensejos, sua luta, suas reivindicações, uma tentativa de organização, que remete ao processo de profissionalização docente. O Manifesto “Ao Professorado Mineiro” já indicava os caminhos para os professores e definia a criação de uma associação como uma necessidade. Logo, acreditavam serem “uma força espalhada, perdida no meio social, e que precisa[va] de um aparelho que a aproveit[asse] e diri[gisse]: esse aparelho [seria] a associação”(JORNAL DO COMMERCIO, 09/12/1900).

Ao mesmo tempo em que os jornais atuavam como intermediadores dos professores, também davam guarida aos inspetores, preenchendo as suas colunas com várias críticas sobre o professorado, pautadas e legitimadas em depoimentos de pessoas “da maior respeitabilidade”. Em alguns casos, os editoriais esclareciam de forma bastante contundente o porquê de certas publicações:

> Em relação à notícia que ontem publicamos, isentando o sr. Inspetor escolar de Rio Novo da acusação de ter contribuído para a desonra de uma professora daquela cidade, temo hoje a acrescentar que fomos procurados por duas pessoas da maior respeitabilidade, e que nos afirmaram ser verdadeira a nossa primeira noticia em todos os seus pontos. Fizemos ontem uma retificação, por dever de lealdade e porque nos foi apresentada uma carta da professora em questão desmentindo a acusação que pesava sobre aquele funcionário, que, além do cargo que exerce, é sacerdote. Assim como damos abrigo a acusações, da gravidade da que se trata, franqueamos nossas colunas à defesa do acusado. Entretanto, devemos declarar que a nossa primeira local foi baseada em informações que nos foram ministradas por pessoas dignas de credito e de respeito, assim como estas linhas são escritas pelo mesmo motivo. É o caso do sr. Secretário do interior mandar abrir rigorosa sindicância (CORREIO DE MINAS, 04/04/1907).

A questão da denúncia entre um inspetor e a professora de Rio Novo se arrastou por alguns dias pelas páginas do jornal. O *Correio de Minas* publicou o trecho acima confirmando o ocorrido. Os jornais podem ter cumprido um papel de encorajador, ou seja, os professores eram também leitores e, ao depararem-se constantemente com casos de denúncia, de queixas, podem ter impulsionado muitos destes sujeitos a também utilizarem esse meio como um possível porta-voz. Desta maneira, suas escritas, seus manifestos, estariam chegando a vários professores. Mas os professores, além de queixas, também formulavam pedidos aos órgãos públicos por meio de requerimentos.

3.2 “Venho solicitar” por “inteira justiça”: as melhorias necessárias esboçadas nos pedidos

As queixas, em sua maioria, eram realizadas por intermédio dos jornais, ou seja, objetivavam o alcance de um público considerável. Porém, os professores, além de queixar-se, recorriam ao poder público para fazer seus pedidos, encaminhados através dos requerimentos. São inúmeros documentos enviados de professores para inspetores ou enviados diretamente para a Câmara Municipal. “Esses documentos são portadores de enunciados, expectativas, valores e interesses cuja análise pode revelar como aquelas pessoas viam o Estado e a si mesmas” (ARAUJO, 2007, p. 54). Neste sentido, a partir dos requerimentos, percebe-se que os professores se viam desprovidos de condições materiais suficientes para manter suas aulas, como este requerimento de 1891:

> O professor dessa cidade Joaquim Maria Alvernas, em ofício dirigido a esta Inspetoria reclama providencias no sentido de se mudar a sua escola para uma casa maior, que comporte melhor os alunos, que a frequentam e pede livros e um auxiliar em atenção ao avultoso número de meninos matriculados (...)[82]

A relação das queixas com o jornal pode ser compreendida como uma estratégia dos professores para conseguirem o seu objetivo. Quer dizer, a publicidade de uma queixa daria mais tonalidade à questão reclamada pelo professor. Neste sentido, pode-se pensar que os espaços escolhidos para determinados tipos de manifestações, esboçados em forma da escrita, seja pelo jornal ou por requerimento, eram definidos pelo tipo de benefício almejado pelo autor/solicitante.

Nesta acepção, essas ações são importantíssimas por demonstrarem a existência de um diálogo entre os professores, ou seja, a percepção, a partir da experiência de cada um e até mesmo das relações existentes entre eles no espaço da cidade, de qual a melhor forma de agir para conquistarem o que desejavam, seja esse desejo um “clamor pela união”, ou até mesmo uma mobília para a escola, o que era essencial para o seu funcionamento.

Portanto, essas possíveis experiências aqui inferidas, podem ter levado a configuração encontrada na documentação. Geralmente, as queixas se faziam em público, “aos berros”; já os pedidos, eram feitos “ao pé do ouvido”. O requerimento consiste em um documento de caráter público, ainda assim, não possui a publicidade característica da imprensa.

Os pedidos expunham uma deficiência das escolas, mas também discorrem sobre outros assuntos:

---

[82] Arquivo Histórico da Prefeitura Juiz de Fora. Série 17, 1891

> Tendo chegado ao meu conhecimento que se acha vago o prédio do antigo Conselho distrital, à rua Bernardo Mascarenhas, prédio esse que foi destinado a escola mista atualmente por mim regida, venho solicitar a vossa intervenção junto ao Ex. Sr. Dr. Presidente da Câmara, afim de que me sejam entregues as chaves do mesmo para nele reabrir as aulas no próximo dia 16. Saudações respeitosas.[83]

A figura do mediador, presente nos pedidos encaminhados aos órgãos administrativos, representava um reforço para alcançar o que se desejava. (MIGNOT, 2005). O intermediário poderia ser um político, ou alguém próximo daquele que receberia a solicitação No caso acima, a professora faz a solicitação por intermédio do inspetor escolar. O requerimento sugere também a existência de um diálogo entre os professores, no que diz respeito à instrução na cidade, pois o pedido surgiu a partir de algo que tinha chegado ao conhecimento da professora sobre um prédio que se achava vago. Ora, qual o interesse na circulação desse tipo de informação, senão o desejo prático pela abertura da escola? Neste sentido, infere-se que este diálogo ocorria, assim como a leitura das queixas dos jornais. Todo esse aparato pode ter contribuído para a ação dos professores e influenciado no modo como se faria o pedido, como se devia operar e do que se constituía enquanto um pedido.

Os pedidos, não necessariamente, significavam um ganho apenas para o professor, pediam-se coisas que representavam o bem comum de toda a escola:

> A abaixo assinada, estando promovendo um festival para o dia 22 deste, a se realizar o Teatro Juiz de Fora em benefício da escola estadual da Tapera, sendo o produto desse festival empregado na compra de objetos escolares para os seus alunos, paupérrimos e sem recursos para esse fim, bem como para compra de vestuário para alguns deles, vem solicitar a S. Exc. Seja dispensada do pagamento do imposto municipal para realização de festivais dessa natureza. Dado o fim altamente nobre desse festival, a abaixo assinada conta desde já com o apoio de S. Exc., isentando-a do pagamento do referido imposto. Nestes termos espera deferimento. Juiz de Fora, 17 de maio de 1920[84].

Os requerimentos possuem uma característica comum entre eles, representada nos modos como se pedia. Essa questão foi discutida em outro momento deste capítulo a partir dos abaixo- assinados enviados à Câmara Municipal pela população de Juiz de Fora, embora os requerimentos também tenham sido usados pelos professores.

Percebe-se uma nítida intenção de convencimento do agente público. Para isso usava-se uma escrita que transparecia uma dramatização da situação; em seguida solicitava o que se desejava. No pedido da professora Alvina de Araújo Alves, antes de tocar na questão da

[83] Arquivo Histórico da Prefeitura Juiz de Fora. Série 154/01, (1891- 1908)
[84] Arquivo Histórico da Prefeitura Juiz de Fora. Série 154/02, 1920.

isenção dos impostos, houve uma descrição da situação dos alunos da escola, todos "paupérrimos", por isso era tão importante que o pedido fosse deferido.

A demanda por escola era uma realidade da população da cidade, o que pode ser comprovado pelos abaixo-assinados dos moradores. As solicitações dos professores corroboravam para uma melhoria desse quadro, pois, a maioria dos requerimentos referia-se a pedidos relacionados com a abertura e o funcionamento de escolas:

> (...) tendo esta escola por mim regida, necessidade urgente de uma mobília, venho disto vos fazer ciente e, apelando para o vosso patriotismo e amor da classe pobre que necessita de Instrução e recebe esta, quase sempre nas escolas publicas, espero que levareis em consideração o que vos peço. Convém vos observar que a escola daqui não possui sequer um só banco e tem diariamente uma frequência de 25 alunos. O professor público Custódio de Assis. 11 de fevereiro de 1891[85].

Mesmo que não fosse a intenção dos professores atenderem à demanda da população, mesmo que os pedidos se relacionassem com um desejo pessoal do requerente, ainda assim, havia um ganho prático para os moradores. Os professores, a partir de suas ações, em certa medida, intervinham no universo educacional da cidade.

> Adelia de Carvalho Chelles professora normalista, mantendo uma aula particular do curso primário à rua Stª Antônio nº 37, com a frequência de 20 alunos, cujas mensalidades são feitas pelos respectivos pais, numero este, que poderia elevar-se ao dobro se os pais que tem solicitado matricula pudessem pagar, vem respeitosamente pedir a V. Exª se digne conceder um auxílio mensal da Camara, afim do que possa admitir maior número de alunos. Parecendo de inteira justiça o requerido, espera a suplicante benévolo deferimento. Juiz de Fora, 01 de dezembro de 1907[86].

Pela descrição dos professores nos requerimentos deduz-se que o número de alunos que não frequentavam as escolas era considerável. No caso acima, tratava-se de uma escola particular e a professora requereu subsídios à Câmara Municipal para que pudesse abarcar um número maior de alunos.

A tônica dos requerimentos envolvia questões que possibilitavam um aumento do número de alunos, assim como o funcionamento da escola em condições mínimas possíveis. Encontra-se desde pedidos para usar um prédio vago, até solicitações para uso de um local onde já existia a escola, mas em estado tão precário que a prática docente se mostrava impossível:

---

[85] Série 154/01

[86] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 154/02, 01 de dezembro de 1907.

> Diz Isabel Nogueira de Mattos que tendo sido nomeado para reger a cadeira mista da ex colônia de D. Pedro, do distrito desta cidade, acontece que indo tomar conta da cadeira, não encontrou na casa da escola o mobiliário indispensável, tendo lhe sido entregue apenas dois bancos, um quadro negro e os livros da escola, estes mesmos dilacerados; e como o número de alunos é grande e precisa de ser acomodado, vem requerer a V. exª se digne de providenciar no sentido de ser fornecido a necessária mobília para a escola. Juiz de Fora, 30 de abril de 1910. Isabel Nogueira de Mattos[87].

Assim como nos dias atuais existe uma dissonância entre o pensamento dos professores públicos sobre suas condições e o que dizem os órgãos administrativos, em outros momentos da história isso também aconteceu. É possível observar, ao longo deste trabalho, vários documentos que, em certa medida, são representativos dessa desarmonia. Os problemas da instrução estão inseridos em um jogo político em que cada grupo responsabiliza o outro pela questão. Há de se pensar nas responsabilidades de cada parte envolvida.

Neste trabalho optou-se por privilegiar uma interpretação que coloca o professor no centro da análise, quer dizer, partiu-se de sua realidade, de suas manifestações, de sua participação, para entender o Manifesto publicado no *Jornal do Commercio* da cidade de Juiz de Fora em 1900. Este movimento analítico justifica-se pela percepção de que, assim, pode-se trazer à luz questões que em outras lentes estariam distante dos olhos, ou, ao menos, com outro foco, uma vez que a escrita da história não é uma operação neutra e muito menos apolítica. Envolve escolhas e essas opções são definidas pelo sujeito historiador. Portanto, os documentos utilizados, as fontes selecionadas, foram frutos de uma escolha, de intervenção. Isso não significa dizer que se optou por uma análise que santificasse o professor; ao mesmo tempo, não cabe a esse trabalho julgar os inspetores, colocando-os no banco dos réus e nem crucificar o Estado pelas ações frente à instrução.

Constituiu-se como parte da história da profissão docente a culpabilização dos professores pela ineficiência do ensino e pelas mazelas da instrução. Alguns discursos de inspetores e outros agentes envolvidos com a instrução pública demonstram essa questão. No capítulo dois, viu-se que Raymundo Tavares, um dos signatários do Manifesto dos professores, chegou ao cargo de inspetor regional de ensino, o que acarretou uma mudança de perspectiva em seu discurso, incorporando, em certa medida, o discurso do Estado, ao considerar os professores como incapazes, fato que justificaria as muitas mazelas da instrução.

Os inspetores escolares parecem ser representantes do discurso do Estado sobre a incapacidade dos professores, do mesmo modo que os professores culpavam o Estado pelas

[87]Idem, 30 de abril de 1910.

mazelas do ensino e da instrução, naquele momento. Albino Esteves, um dos fundadores da Academia Mineira de Letras em 1909 e inspetor escolar, em seu relatório produzido em 1915, alertava o agente executivo municipal:

> Basta uma simples leitura dos documentos apensos ao relatório presente para que V. Ex. se convença da inadiável necessidade de ser remodelada em seus alicerces a instrução publica municipal (...). Excluindo nomes – força é confessar – em sua quase totalidade o professorado municipal é pouco mais que analfabeto e incompetente: é certo que diremos (...) dão exemplo de trabalho e honestidade, ensinando; isso, porém, não basta e tornou-se urgente que V.Ex.; tendo em vista uma forte clarividência, tomasse em consideração o precário estado da instrução publica no município, demitindo aos incompetentes (ESTEVES, 1915)[88].

Apesar das acusações de ambos os lados, de fato, a carência existia. E as acusações de que os professores eram os culpados, em parte envolvia também o Estado, por isso as discussões em torno da sua formação e os vários debates em torno de reformar o ensino. Em uma dessas investidas do Estado, criou-se a lei n. 318, que reorganizou o serviço público no Estado de Minas Gerais. Tal lei suprimiu vários cargos, reduziu vencimentos de professores das escolas normais e alterou em vários outros pontos a legislação anterior (JORNAL DO COMMERCIO, 26/10/1901).

Mesmo sendo considerados incompetentes, os professores das escolas normais de todo o estado de Minas Gerais "conformaram-se com a redução de seus vencimentos votados pelo Congresso Mineiro", assim as escolas não seriam extintas (idem, 22/11/1901). Pode-se entender essa atitude como um ato político dos professores, para conseguirem algo mais à frente. Outros documentos mostram como várias atitudes por parte dos docentes se deram no sentido de manter as escolas em funcionamento, até mesmo a realização de um Concerto para com a verba comprar roupas para as crianças pobres em idade escolar (CORREIO DE MINAS, 05/07/1904).

O jogo de forças entre os professores e os agentes do Estado não fez surgir críticas somente por parte dos últimos. Apesar de considerados diversas vezes incompetentes, os professores também fizeram críticas, contribuindo assim para o debate em torno da instrução. Um professor público primário escreve para o jornal *Correio de Minas* fazendo considerações sobre a reforma do ensino:

> Sr. Redator – "Tenho acompanhado, cheio de interesse, todos os artigos que o seu jornal tem publicado, sobre instrução publica, desde que entrou em execução a reforma do ensino. E, pela constante leitura desses artigos procuro orientar meu espírito, para melhor poder distribuir ensino pelos alunos a mim confiados.Ainda

[88] Arquivo Histórico da Prefeitura Juiz de Fora. Série 154/02.

> ultimamente li quanto aí foi escrito a propósito de adoção de livros escolares e do horário instituído para os dois grupos dessa bela cidade e tive ocasião de ver mais uma vez, o bom senso com que o Correio de Minas discute todas as questões referentes ao ensino primário (CORREIO DE MINAS, 06/04/1907).

A reforma do ensino a que se refere o professor, é a Reforma João Pinheiro de 1906, que instituiu os grupos escolares, instalados em Juiz de Fora em 1907. A notícia reforça a ideia já exposta sobre o diálogo entre os professores a partir dos jornais, ou seja, percebem-se nos documentos menções dos professores as suas "constante[s] leitura[s]" dos artigos publicadas nos jornais. Essa questão remete à publicação do Manifesto e o alcance que o mesmo pode ter tido entre o professorado. Neste sentido, às críticas, as queixas e outros escritos feitos por alguns professores, pode ter criado um encorajamento por parte de outros, para que eles também usassem deste espaço. O professor da citação acima elogia o "bom senso" do jornal *Correio de Minas* para tratar do ensino, e continua:

> Parece, entretanto, que a suprema direção deste importantíssimo departamento de serviço publico encara com descaso e mofa todas quantas objeções procedentes e sensatas se oponham à orientação intransigente da secretaria do interior, sejam quais forem os absurdos que daí decorram. Ainda agora o Minas Gerais traz um ofício circular aos inspetores escolares municipais, recomendando-lhes continuas visitas às escolas e assídua vigilância sobre o modo por que vai sendo interpretado e executado o novo programa de ensino, com todos os seus erros, disparates e absurdos, como o seu jornal mesmo já tantas vezes há demonstrado. A primeira observação que ocorre é indagar si os inspetores escolares, municipais e distritais, têm a instrução precisa e a necessária competência pedagógica para entrarem no exame e apreciação de questões dessa natureza, de questões que constituem, por si mesmas, bem característica especialidade, quando é licito duvidar-se da própria autoridade pedagógica de não poucos inspetores técnicos e, quem sabe? Daqueles mesmos que constantemente andam a fazer regulamentos, programas etc. Cargos não remunerados, escolhidos para eles indivíduos indicados pela direção partidária, como podem ser eles desempenhados com a competência que lhes atribui o sr. Dr. Carvalho Brito? (idem, 06/04/1907).

A tensa relação entre os professores/inspetores fez surgir vários conflitos como demonstrado neste trabalho. Tensão que é fruto não apenas de desavenças pessoais, mas também devido à relação Estado/docentes, uma disputa pela responsabilidade da melhoria do ensino. De um lado, o Estado culpava os professores; de outro, os professores culpavam o Estado. Materializado na figura dos seus agentes, a exemplo dos inspetores, essa tensão acabava gerando conflitos.

Na crítica acima, o professor questiona o papel instituído aos inspetores com o novo regulamento, que previa uma efetivação da fiscalização no sentido de fazer cumprir as exigências. Neste caso, a arma utilizada, de forma até irônica, é a mesma que os professores

sempre foram acusados, ou seja, o discurso da incompetência. O autor do artigo indaga se o inspetor teria a "necessária competência Pedagógica" para cumprir sua função, já que os mesmos eram "indicado[s] pela direção partidária". Assim, o professor segue sua crítica indagando:

> com que direito exige o governo que cidadãos assim investidos prestem, com essa suposta e assídua competência técnica, serviços tais ao Estado? Se fora isto possível, nada justificaria o enorme dispêndio que ao tesouro mineiro ora acarreta a inspeção técnica remunerada, quando as escolas publicas estão a cair de lazeira e quando a cada passo de alude às premências financeiras de Minas. Mas admita-se a hipótese de que todos os inspetores municipais e distritais, não obstante sua procedência suspeita, disponham de atributos e predicados pedagógicos que lhes permitam semelhante profícua inspeção. Como poderão eles, nesse caso, operar a transformação das escolas, ainda mesmo lentamente, si o governo, até hoje pelo menos, não cuidou, se quer, de prove-las de material escolar e didático, por mais modesto que este seja? (ibidem, 06/04/1907).

O artigo publicado no *Correio de Minas* em 1907 representa bem as questões já observadas em outros documentos. Por mais que um discurso sobre a necessidade de reformar o ensino fosse uma constante, sem investimento material em instrução pública, quer dizer, a garantia de condições materiais mínimas para as escolas, apenas mudanças no corpo legislativo, não resolveriam a questão, pois:

> Sem um guia, onde venham sistematizadas algumas lições modelo, sem bons quadros negros, sem mobiliário apropriado, sem mapas geográficos pedagógicos, sem esfera e sem cadernos escolares feitos de papel pautado quadricularmente, de que maneira, sr. Redator, hei de ministrar a meus alunos o conhecimento da leitura por meio da palavração, o da escrita vertical (note-se que nenhum de nós se preparou em caligrafia) e tudo mais que o programa exige? De que maneira hei de conduzi-los em viagens simuladas, si me falta o necessário material, si me faltam mesmo conhecimentos de geografia comercial, que a instrução que recebi não comportava, assuntos estes de esfera da economia política? Veja esta agora, sr. Redator. Para os sete alunos que constituem o meu atual segundo ano, os quais, aliás, devem fazer exercício de leitura em livro próprio, tenho três volumes, estragadíssimos, do 3 livro de Hilário Ribeiro, e dois do 2º, de Abílio. Eis ai, sr. Redator, os elementos de que disponho para executar o programa oficial referente ao segundo ano primário. E eu quero crer que as demais escolas não estarão organizadas diferentemente (idem, ibidem).

A crítica do professor, que não assina seu nome na notícia publicada no jornal, contém em seu bojo uma questão que era corrente também entre os inspetores escolares: a discrepância entre a lei e a prática. Nos relatórios dos inspetores encontram-se momentos em que eles argumentam das dificuldades de se fazer valer a lei devido às condições indevidas que se achavam as escolas. Essa foi à tônica da publicação, que encerrou ilustrando com a

prática o quanto seria difícil à implementação das novas exigências estabelecidas pela reforma João Pinheiro:

> Eu, com os meus magros 150$ mensais, de que ainda se deduz uma assinatura obrigatória e forçada do "Minas Gerais"? O meu colega distrital, com os seus magríssimos 116$000? O mesmo raciocínio se estende à questão de casa e mobiliário. Nos termos do regulamento deve a sala escolar ter de superfície 8m,00 x6m,00. Onde está a casa com semelhante sala e quem fornece? Quanto a mim (e isto sucederá aos demais colegas) alugo a casa que mais me convém, e nenhuma lei, humana e divina, me forçará ao contrario. Preciso dos ordenados para que meus filhos não morram de fome nem andem nus. Assim, pois, minha sala escolar tem apenas a superfície de 3m, 40 x 5m,50. Bem sei que desse modo me falta espaço para melhor disposição dos alunos e proveitoso manejo do quadro negro. Mas, o Estado não me fornece o prédio. E, si eu pudesse manter de aluguel uma casa onde se encontre sala com a dimensão escolar (e tal casa seria a melhor da cidade em que moro) necessariamente eu teria outra profissão e deixaria o magistério. A reforma do sr. Dr. Carvalho Britto poderá brilhar ao longe, como os fogos de artificiais,. Aqui em Minas a triste realidade é a que acabo de esboçar nestes alinhavos. Aceite, sr. Redator, meu protesto de alta consideração, "etc." (idem, 06/04/1907).

Conforme destacado, foram vários os momentos em que os professores se mostraram atuantes, assim como aqueles momentos que eles foram postos à aprovação. Nesse sentido, justifica-se pensar a publicação do Manifesto articulado com as ações e reações desses docentes. Como ilustrado pelo exemplo acima, não foram poucas as vezes que os professores tiveram que soltar suas vozes para, não somente se defenderem, mas principalmente, serem reconhecidos e conquistarem seu espaço.

Foi pensando nessas lutas, nessas disputas, nessas reações, ora por questões maiores, ora por assuntos que, muitas vezes, pareciam irrelevantes aos olhos de alguns segmentos da sociedade, enfim, foi por estas reivindicações que esse trabalho se pautou e se orientou.

3.3 Os abaixo-assinados de moradores como forma de denúncia e reivindicação

Compreendendo a importância do reconhecimento de diferentes agentes na participação e na organização no processo educacional, fez-se necessário ouvir as vozes dos personagens que muitas vezes foram entendidos como secundários na história. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho caminhou na direção de reconhecer a ação e a reação dos professores de Juiz de Fora, na busca por espaço, por voz, na tentativa de agir e reagir a um

contexto e inserir-se como sujeitos ativos na história da educação que estava sendo escrita e implementada nessa cidade.

Conforme analisado em momentos anteriores, a instrução pública, a escolarização e a educação são temáticas que estiveram presentes em debates que envolveram diferentes esferas institucionais, tais como: a escola, a Câmara Municipal e os órgãos estaduais, abarcando atores que circulavam nestes espaços, a exemplo dos professores, inspetores escolares, secretários de estado e até mesmo políticos. José Gondra e Alessandra Schueler (2008) ampliam esta ideia de presença, de participação, e apresentam o processo de cultura escolar como prática social e histórica, além de ilustrar a amplitude dos processos educacionais, formais e não formais, e dos grupos sociais, "como a educação familiar, as oficinas de artistas e artesãos, os sistemas de aprendizagem do trabalho agrícola e rural, os professores domésticos ou preceptores, as associações religiosas e leigas" (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.19). Os autores mostram que as participações eram oriundas de diferentes classes e que é preciso dar visibilidade a essas forças organizadas que atuaram no terreno da instrução no Brasil, além de contribuírem para o entendimento de que, ora aliados, ora em campos distintos, os aparatos público, religioso e "civil" não se manifestaram isoladamente.

Sales e Faria Filho (2009) mostram que no Brasil a expansão da cultura escolar foi impulsionada ainda nas primeiras décadas do século XIX, não cabendo aqui apresentar a República como um lugar de pioneirismo e inovação, nem mesmo como um período de ruptura e progresso. Entende-se a institucionalização do ensino como parte de um processo em transformação e proveniente de várias forças de atuação espalhadas e recorrentes em variáveis momentos e lugares do território nacional. Neste sentido, a pesquisa sobre a cidade de Juiz de Fora possibilita a investigação acerca dos diferentes agentes envolvidos no processo de ensino e suas ações frente à instituição de uma cultura escolar, na República, embora se compreenda que experiências semelhantes ocorreram em períodos anteriores.

> Isso não quer dizer que a influência da instituição escolar não se tenha feito sentir, ao longo de nossa história, lá onde ela não existia ou por aqueles que não a frequentaram. Pelo contrário, a ação escolar fez-se sentir além de seus "muros", irradiando para o conjunto da sociedade, constituindo-se em referência importante para a definição de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais, entre outras (SALES e FARIA FILHO, 2009, p.22).

No trabalho de Lenilson da Silva Araújo, com o objetivo de analisar as queixas entre os anos de 1900 a 1924, foram levantadas as queixas feitas pela população e divididas as reclamações em cinco categorias: segurança, água, luz e obras públicas/higiene. No entanto,

houve reclamações ou referências por parte da população a outros temas menos abordados nos jornais pesquisados pelo autor, entre eles a educação. A partir dessa classificação, foi feito um quadro demonstrativo das categorias encontradas.

QUADRO II – Quadro demonstrativo das categorias encontradas por Araújo sobre as queixas da população de Juiz de Fora. 1900 - 1924

RECLAMAÇÕES/TIPO	Nº	%
Obras públicas	103	42,3
Segurança	73	30,3
Água	30	12,3
Luz	16	6,5
Outras	21	8,6
TOTAL	243	100

Fonte: tabela demonstrativa das reclamações nos jornais "*O Pharol*" e " *O DIA*" (Araújo, 2007, p.35).

As queixas da população em relação à educação figuram-se entre os 8,6% que abarcam ainda os temas fiscalização, transporte, impostos e outros. Pelos dados do quadro, a temática educação foi pouco abordada pela população. Porém, alguns dados são relevantes para problematizar essa questão. Devem levar em consideração os jornais utilizados pelo autor. O quadro foi formulado a partir da pesquisa em dois jornais da cidade: *O Pharol* e *O DIA.* Como observado no primeiro capítulo deste trabalho, se tomar os *Jornal do Commercio* e *Correio de Minas* como parâmetros, a recorrência de notícias sobre a educação será considerável, pelos motivos já explicitados no primeiro capítulo. Encontrou-se, nestes dois periódicos, um número considerável de queixas de professores, assim como pedidos de moradores da cidade para abertura de escolas:

> Moradores do arraial da Grama tem pedido a nossa intervenção junto da Câmara para o restabelecimento ali da escola municipal. Quando foi suprimida, essa escola tinha uma frequência de 70 e tantos alunos que estão privados da continuação de seus estudos. De nada precisa tanto este pais como de instrução e educação. Todos os sacrifícios devem ser feitos pelos poderes públicos no sentido de fornecer ao povo que trabalha e não tem recursos às vezes para a subsistência diária, os meios de educar os seus filhos. É de toda a justiça o que pretende a população da Grama, sendo de esperar que a sua pretensão seja amparada pelo sr. Dr. Agente Executivo e pelo sr. Vereador pelo distrito da cidade e afinal atendida pela Camara (JORNAL DO COMMERCIO, 03/04/1906).

A investigação sobre as ações dos moradores da cidade e seus pedidos por escolas remete a uma aproximação com a chamada "história vista de baixo", a qual permite a possibilidade de "uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história" (SHARPE, 1992, p. 54).

Neste sentido, além das queixas dos professores encontradas nos jornais, mostraram-se relevantes as reivindicações por escola feita pelos moradores da cidade de Juiz de Fora a partir de abaixo-assinados. Estes documentos são importantes na medida em que ajudam a refletir sobre questões relativas ao modo como os moradores se dirigiam à Câmara Municipal, ou seja, a maneira como se tecia a construção argumentativa em torno da solicitação à Câmara. Os abaixo-assinados imprimiam intenções particulares, vontades de uma parte da população. Neles estavam impressos desejos manifestos e, provavelmente, havia interesses ocultos. Sendo assim, cabe perscrutar tais discursos ali apresentados.

> As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam (...). As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias, e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17).

Pode-se ainda pensar sobre a existência de proximidades entre as formas de escrita das solicitações, percebendo-as como estratégias usadas pelos moradores para terem a sua demanda atendida. Há de se pensar também na existência de um diálogo entre os moradores, na intencionalidade dos pedidos, no papel que esses agentes estão ocupando no processo histórico. Compreender os abaixo-assinados e as indagações inferidas a partir deles, sob a luz da perspectiva aqui enunciada, sugere que as experiências dos sujeitos, seus costumes, seus sentidos construídos e compartilhados, contribuíram efetivamente para o processo de escolarização ocorrido na cidade.

Os abaixo-assinados simbolizam uma forma de requerer algo junto ao poder executivo municipal, contendo pedidos e reivindicações, mas, ao mesmo tempo, representam uma forma de denúncia das deficiências existentes, expondo assim as demandas relativas à instrução pública na cidade e contribuindo para o seu melhoramento. Enquanto documentos que são, tais requerimentos consistem em uma representação, uma função simbólica da realidade

operada por signos linguísticos que informam umas das diferentes modalidades de apreensão do real (CHARTIER, 1990).

A leitura dos abaixo-assinados demonstra que os moradores tomavam a educação como um direito e a existência ou abertura de escolas nas localidades como uma forma de justiça. Apesar disso, ocorria todo um cuidado com a construção argumentativa esboçada em um abaixo-assinado, ou seja, na forma como se pedia algo à Câmara Municipal, mesmo que fosse um direito que estivesse ali sendo reclamado. Neste sentido, pode-se encaminhar a análise em duas direções; primeiro no que era pedido ou requerido; e, segundo, na forma como se dava esse pedido, ou seja, na argumentação utilizada. É possível pensar a argumentação como uma tática daqueles que a discursaram e/ou a escreveram em forma de abaixo-assinado. Ele enquanto documento, traz consigo muitas representações e significados, logo, entendido como prova, como representação e materialização de uma suposta "realidade", o documento está impregnado de intencionalidade e pode ser compreendido como um instrumento de poder. Para Jacques Le Goff "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (LE GOFF, 1996, p.535-536). Considera-se, portanto, a argumentação expressa nos abaixo-assinados como estratégias, recursos linguísticos para convencer, para persuadir, ou seja, como um instrumento de poder (HUNT, 2001).

No conjunto dos abaixo-assinados analisados encontram-se pedidos relacionados à abertura de escolas. Entre eles, destaca-se o documento de 1903, em que os moradores pedem "o restabelecimento da escola primária do sexo masculino do bairro Botanágua (...) a cargo do professor Felicíssimo Mendes Ribeiro"[89].

É interessante perceber neste documento a relevância dada pelos moradores ao nome do professor citado, como se a figura do professor constituísse um fator positivo na argumentação dos moradores. Aqui, pode-se enfatizar o papel do professor no projeto civilizatório idealizado pelo Estado a partir do século XIX e que perpassou pelo Império, conservando-se nas primeiras décadas republicanas. A partir da análise da primeira lei mineira que organizou a instrução pública na província – a lei n.13 de 1835[90] – percebe-se que, entre outras determinações, foi imposta a criação de escolas normais para a formação de professores primários, que deveriam representar o modelo de cidadão esperado pela sociedade. Assim, o professor deveria se qualificar, mas também participar do projeto civilizatório, divulgando a necessidade da instrução do povo, fiscalizando a presença dos

[89] Abaixo-assinado de 1903. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114.
[90] Lei n.13, 20/03/1835.

alunos, como também assumindo o seu compromisso e missão com a nação. Essa mesma lei, em seu art.5º, determinou que fossem demitidos os professores públicos de instrução primária que não tivessem em suas escolas, tantos alunos quanto se podiam frequentar, evidenciando a preocupação em evocar a atenção de toda a população para a necessidade da instrução. Outra exigência destinada aos professores pelo art.2 do Regulamento n.3, também sancionado neste mesmo ano, tratava da rigorosa obrigação em "doutrinar a mocidade nas mais puras ideias religiosas" e fazer-lhes poupar a importância da União e integridade do Império. A imagem do professor enquanto missionário e exemplo de conduta podem justificar a exposição do mesmo enquanto representante e símbolo de autoridade para a população.

Como visto no segundo capítulo, o professor Felicíssimo Mendes Ribeiro, cujo nome foi citado no abaixo-assinado mencionado anteriormente, foi um professor atuante na cidade. Pensa-se que isso possa ser um indício para justificar o fato dos moradores desejarem que o mesmo continuasse a ministrar as aulas, ao ponto de firmarem essa posição por escrito em um documento que reclamava pela reabertura da escola e que o nome do professor vinculava-se a seguinte atribuição: "constituindo-se verdadeiro apostolo do magistério". E os mesmos pareciam crer na reabertura da escola, pois, segundo eles estava:

> Na consciência de todos que a escola de Botanágua, pela grande e assídua frequência de seus alunos, é a que não pode ser suprimida, mesmo porque a sua vasta zona escolar abrange na parte de zona suburbana, cuja população numerosa e densa, aufere os benefícios da instrução que proporciona-lhe a dita escola (...)[91].

Em outro abaixo-assinado, desta vez no ano de 1904, os moradores do Morro de Santo Antônio, localidade de Juiz de Fora, ponderam sobre a "necessidade da criação de uma cadeira mista neste bairro, habitado por grande número de meninos pobres e que precisam receber a educação primária" (...)[92]. Os pedidos, portanto, continham, em sua maioria, menção à reabertura e manutenção de escolas que foram suprimidas, como um abaixo-assinado de 1905, em que moradores da Rua Bernardo Mascarenhas requeriam a manutenção de uma escola suprimida naquele mesmo ano[93].

Um ano depois, em 1906, alguns moradores de Ewbank da Câmara, distrito de Juiz de Fora, pedem a "fundação de uma escola n[aquele] lugar a fim de que a Pátria para o futuro t[ivessem] homens capazes de prosseguir o trabalho dos do presente"[94]. Observa-se a estratégia de convencimento aos propósitos sociais. Para Lynn Hunt "as palavras não

[91]. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, série 114. Abaixo-assinado de 1903.
[92] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 114. Abaixo assinado de 1904.
[93]Idem, abaixo assinado de 1905.
[94] Idem, abaixo assinado de 1906.

reflet[em] apenas a realidade social e política; [são] instrumentos de transformação da realidade" (HUNT, 2001, p.23). Além de abertura de escolas, encontra-se também, no ano de 1906, pedidos de subvenção à Câmara Municipal feito por moradores de uma localidade conhecida como Colônia de Cima, nos quais os moradores mantinham uma escola com seus próprios esforços[95].

Entre os pedidos encaminhados à Câmara, nota-se uma preocupação dos moradores com os professores. No caso já citado acima, em que moradores pedem a reabertura de uma escola no ano de 1903, não se esqueceram de reafirmar a intenção de terem como professor da escola o mesmo que nela antes se encontrava. Alguns anos depois, a preocupação dos moradores com os professores continuou.

Em outro distrito da cidade, conhecido como Sarandy, em 1914, os moradores requereram a Câmara um pedido de aumento dos vencimentos de uma professora, pois "o número dos alunos frequentes [era] grande e o ordenado que a mesma [tinha na época era] por demais diminuto"[96]. Os moradores opinavam, também, pelos abaixo-assinados, pedindo nomeação de professor[97].

Do ponto de vista da construção argumentativa dos abaixo-assinados, percebe-se um padrão no modo como se dirigiam ao agente executivo, com características similares que podem ter sido estabelecidas pelas próprias experiências anteriores no modo de pedir algo, de requerer uma condição que eles mesmos sabiam pertencer-lhes por "direito" e "justiça". O uso de recursos argumentativos parece ter servido como estratégia daqueles que solicitavam algo ao agente público. Ao analisar a correspondência recebida por Anísio Teixeira quando ele esteve à frente da Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, Ana Chrystina Mignot percebeu que as professoras se apropriavam de termos utilizados por outros grupos, para conseguirem o que desejavam.

> As professoras que apelaram diretamente ao diretor da Instrução Pública lançaram mão de recursos argumentativos semelhantes aos dos políticos que invocavam a 'boa vontade', 'a boa atenção', 'o vivo empenho' do educador. Certas de que ele tinha 'sciência e consciência', 'espírito justiceiro', 'summa gentileza' para nomear, substituir, contratar, transferir demitir e escreveram para reivindicar cargos, mudanças de escolas e dispensa de estágio, por exemplo (MIGNOT, 2005, p.62).

Os requerimentos, pedidos e encaminhamentos enviados ao poder executivo municipal em forma de abaixo-assinados, apresentam características que contribuem para uma

[95] Idem, abaixo assinado de 1906.
[96] Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 159. Abaixo assinado de 1914.
[97]. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora. Série 158. Abaixo assinado de 1915.

contextualização da situação educacional na cidade. Os moradores eram os principais prejudicados pela falta de estrutura e escolas, de acordo com o que o corpo do texto dizia. Podemos interpretar essa forma de atitude como uma ação direta, mesmo se supor que os textos tenham sido escritos por uma única pessoa, ainda assim, seu caráter era coletivo. Este caráter de coletividade pode ser percebido também no manifesto publicado no *Jornal do Commercio* em 1900.

Outra observação possível de levantar refere-se sobre a imagem exemplar e condutora do professor aos olhos da população. Assim como alguns docentes da cidade pregavam a união, possivelmente, os moradores tenham percebido que, coletivamente, conseguiriam melhores resultados em seus requerimentos, apesar da existência de reivindicações por escola pública ocorrem na forma de abaixo-assinados desde o século XIX (CAMPOS, 2006).

Pelo seu caráter coletivo, os abaixo-assinados também podem ser considerados como manifestos, pois, ao pedir, requerer, ou comunicar algo que estava errado, em falta, os moradores estavam se manifestando e, em certa medida, denunciando uma condição de precariedade. O que importa neste tipo de ação é alcançar, conseguir o objetivo, ou seja, que o pedido seja atendido. E para isso os moradores usaram estratégias, o que pode ser percebido pela padronização da escrita utilizada, dos recursos linguísticos adotados para o propósito que se almejava alcançar (HUNT, 2001). Os requerimentos iniciavam-se com tons elogiosos:

> Os abaixo assinados, moradores nesta cidade, convictos da solicitude e máximo zelo, com que a ilustre corporação cuida dos interesses e bem-estar dos seus munícipes, não hesitarão em trazer a presente representação (...)[98].

Apesar de tratar-se de um requerimento, um pedido, a impressão que se tem é que os moradores usavam artifícios, não demonstrando fazer-se uma exigência. Ou seja, não colocavam a figura do agente executivo municipal em questão: "Os abaixo-assinados moradores no Morro de Santo Antônio, nesta cidade, vem respeitosamente ponderar à V. Exc.; a necessidade da criação de uma cadeira mista neste bairro(...)[99]. O termo "ponderar" remete a um diálogo, passando para o presidente da Câmara Municipal o papel de decidir, se a localidade necessitava ou não de uma cadeira mista. A hipótese para esse caso é que os dezenove moradores que assinaram o pedido não precisavam "ponderar" em nada sobre a necessidade da abertura da escola, mas ainda assim, o fizeram, persuadindo e dando motivo para que o presidente da Câmara intercedesse a favor deles, ao dizerem que o bairro era

[98]. Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, série 114. Abaixo assinado de 1903.
[99] Idem, abaixo assinado de 1904.

"habitado por grande número de meninos pobres e que precisa[va] receber a educação primária, havendo para isso prédio que se prest[ava] para a instalação da escola, cuja frequência ser[ia] superior a que [era] exigida pela lei"[100]. Thompson ajuda a entender essa recorrência ao afirmar que "por trás de cada forma de ação popular direta (...) pode-se encontrar alguma noção de direito que a legitime" (THOMPSON, 1987, p.72).

Em outros casos, os moradores deixaram claro em quais condições requeriam: "os abaixo assinados, eleitores e moradores"[101]. Alguns pedidos apelavam para um grau de dramaticidade, como uma maneira de tentar alcançar o almejado pela compaixão do agente executivo municipal.

> Nós, moradores (...) pesarosos por ver nossos filhinhos crescerem sem a luz da instrução e sendo exíguo os meios ao nosso dispor para proporcioná-los esses conhecimentos, vimos, por meio deste requerimento, fazer um apelo (...)[102].

O modo como se pedia, portanto, parece ter constituído um padrão argumentativo entre os moradores, fazendo com que os mesmos iniciassem um abaixo-assinado de forma cautelosa, elogiosa, com todo cuidado. Num segundo momento, mostravam um conhecimento da realidade educacional da cidade, antecipando possível negação do pedido: "não colhe o argumento de não serem lisonjeiras as finanças municipais, pois (...) os abaixo-assinados respeitosamente lembram, que sem grande necessidade, a Câmara Municipal subvenciona o Asylo João Emílio [...][103]. Por último, ainda dentro da ideia de "padrão argumentativo", percebe-se que os abaixo-assinados finalizavam fazendo referência a justiça e a noção de direito.

Os moradores ao assinarem seus nomes no fim de um requerimento ou pedido estavam concordando com o conteúdo ali exposto, já que neste tipo de documento os sujeitos que o assinam captam, reúnem e firmam opiniões e posições (GONDRA & LEMOS, 2004). Uma posição firmada pelos moradores e observada nos abaixo-assinados foi a de que a escola era um direito da população e sua implementação nas localidades era um ato de justiça, como evidenciado nos trechos abaixo:

> Embora simples, e sem atavios, as considerações que deixam expostas, parecem suficientes para convencerem da necessidade de ser estabelecida a escola do Botanágua, de cujo *direito* não deve ser despojada a população escolar daquele

[100] Idem.
[101] Idem, abaixo assinado de 1905.
[102] Idem, abaixo assinado de 1906.
[103]. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, série 114. Abaixo assinado de 1903.

> bairro, e os abaixo assinados confiados na legitimidade de sua pretensão, confiam que serão atendidos[104] (grifo meu).
>
> Os signatários desta, confiantes no espírito *justiceiro* de V. Exa. e conciso da criação de uma cadeira mista nesse local, vem consultar as necessidades dos habitantes deste ponto da cidade, esperando dos poderes municipais, que com tanto brilho e patriotismo tem procurado administrar os negócios deste município, consiga solução a esta representação por ser de *inteira justiça*[105] (grifos meus).

Apesar do modo como se iniciam os abaixo-assinados, todo o cuidado tomado pelos moradores na escrita do documento, todas as estratégias utilizadas, os tons elogiosos, enfim, por trás de todo esse aparato, a causa dos moradores era legitimada pela ideia de escola como direito e como justiça. As reivindicações em forma de abaixo-assinados são importantes por explicitar, pelas diversas assinaturas, a participação dos sujeitos envolvidos no processo de escolarização na cidade de Juiz de Fora, uma exigência entendida por eles como parte de um direito.

> Compreender o direito como espaço de conflito implica diretamente em restituir à plenitude da condição de sujeitos os setores submetidos ao longo da história às mais variadas formas de dominação, em contraposição a análises contemporâneas que, ao reduzir a experiência dos primeiros à sua vitimização, tendem a negar a inserção de sua agência ao processo histórico. Ao mesmo tempo, esta vitimização tende a ser estendida aos principais herdeiros atuais destas lutas, obscurecendo o significado de seu patrimônio de conquistas históricas. Da denúncia de formas de opressão seculares passa-se então com facilidade à substituição da ação destes sujeitos sociais concretos pela teoria como espaço privilegiado de luta emancipatória (FORTES, 1995, p. 107).

Reclames, queixas e ações em prol de instrução pública são encontrados na imprensa, que retratava as condições precárias das escolas e das condições de trabalho dos professores. Os professores também reivindicavam, tanto nos jornais, quanto encaminhando questões à Câmara Municipal. Entretanto, os abaixo-assinados elencam outro agente envolvido no debate. A escola pública era assunto de todos, desta forma, também dos moradores, os quais vão se inserir neste debate da sua maneira, usando de estratégias, fazendo valer das suas experiências para serem recompensados e fazerem atendidos seus interesses.

Como visto nos três capítulos, os documentos utilizados foram instrumentos para demonstrar a presença dos professores nos diferentes espaços de sociabilidade de Juiz de Fora. Fizeram se representar pelo Manifesto, nas escolas, nos jornais, na Câmara Municipal,

---

[104] Idem
[105] Idem, abaixo assinado de 1904.

na sociedade como um todo. Suas participações configuram-se ações, reações, lutas e outras possíveis categorizações de se atrelar aos “meios de resistência”, parte do processo de profissionalização docente.

Portanto, explorar as ações e vozes dos professores, aqueles aos quais o manifesto se direcionava, demonstra que além dos quatro signatários do Manifesto, os muitos outros professores, a despeito de todas as dificuldades, se manifestaram de diferentes maneiras. Neste sentido, pode-se entender que os signatários estavam inseridos no bojo do movimento de lutas de uma classe, que se constituía, repleta também, de fissuras e diferenciações em seu fazer-se.

“UNAMO-NOS E SEREMOS FORTES!”

A reflexão do estudo proposto ocorreu a partir da publicação “ao professorado de Minas” no *Jornal do Commercio* em 1900. Considerou-se o documento como um Manifesto devido à menção feita por um de seus críticos logo após a sua publicação, apesar do próprio texto não se autodenominar desta maneira. Construiu-se uma análise em três movimentos. Primeiramente, viu-se o contexto em que o Manifesto foi publicado, esboçando uma análise sobre a imprensa, discutiu-se as representações sobre a docência a partir dos discursos dos inspetores e dos próprios professores. Em seguida examinaram-se as relações dos signatários do Manifesto. Por fim, voltou-se o olhar para os destinatários do Manifesto, onde se procurou observar em que medida este documento traduzia uma vontade coletiva, ou, se representou efetivamente os interesses e necessidades do professorado.

Percebeu-se que o Manifesto transmitia, principalmente, a ideia da necessidade de união dos professores, pois só assim, “por meio da resistência”, eles seriam fortes e conseguiriam enfrentar a “espinhosa e difícil tarefa” imposta à profissão docente. O documento serviu de fio condutor para se buscar outras formas de agir do professorado mineiro, fossem elas anteriores ou posteriores à publicação de 1900, fossem tais ações tão repercutidas como o Manifesto ou não, como aquelas que tiveram menos destaque e circulação, mas que também foram importantes e necessárias para se pensar o processo de profissionalização da profissão docente.

Empreendeu-se uma busca na documentação que permitisse encontrar indícios que esclarecessem o dito através do Manifesto, assim como vestígios que expressassem a realidade dos professores. O que se viu, foram os professores em situações precárias de trabalho e um investimento por parte do poder público muito aquém do necessário. Neste sentido, apesar do Manifesto ser considerado, neste estudo, como um discurso, uma representação, ao mesmo tempo, ele é entendido como uma das muitas e diversas reações dos professores às difíceis condições da instrução, não apenas na cidade de Juiz de Fora, mas de grande parte do “professorado de Minas”.

Para analisar as possíveis justificativas que culminaram no Manifesto tornou-se necessário discutir sobre os signatários do texto. Quem escreveu? Para responder esta questão não bastava apenas a informação de que o Manifesto foi assinado por J.Paixão, Raymundo Tavares, Felicíssimo Mendes Ribeiro e Francisco Paixão. Seus nomes ao final do texto serviram de pistas para a construção de um caminho em busca de respostas. Que professores

eram esses? Pelas suas relações na cidade, percebeu-se que este grupo ocupou espaços e funções importantes. Buscou-se compreender nas suas trajetórias as posições que mantiveram antes e depois da publicação. Infere-se que a publicação do Manifesto no *Jornal do Commercio*, tenha sido possibilitada pelas relações estabelecidas pelos signatários. Além disso, a trajetória destes sujeitos permite elucidar sobre os motivos que os levaram a se manifestarem dessa forma. Percebeu-se que estes também foram atuantes em outros momentos anteriores à publicação, requerendo, e até mesmo pedindo aumento de vencimentos. Do mesmo modo, viu-se que os signatários se relacionaram com o partido republicano, tendo participado de sua convenção na cidade de Juiz de Fora, além de ocuparem o cargo de professor da escola noturna fundada pelo partido e encaminharem representação ao seu conselho.

É importante ressaltar as dificuldades encontradas para esboçar as trajetórias dos signatários, pois elas definiram os caminhos escolhidos para a realização da tarefa. Optou-se por perceber os espaços onde os quatro professores estiveram presentes. Neste sentido, o momento dos exames escolares se mostrou revelador. Percebeu-se os professores antes e após o Manifesto de 1900, por isso, não se definiu um recorte cronológico exato, de maneira fechada e, sim, usando de fontes que dessem pistas dos passos dos professores, o que se mostrou desde o final do século XIX até documentos próximos a década de 1920.

Pensar as ações dos professores no período estudado remeteu a uma reflexão sobre o que significava ser professor naquele momento. Percebeu-se no Manifesto, como nos abaixo-assinados, requerimentos, entre outros, indícios de demandas presentes no cotidiano dos professores, os quais eram considerados “uma espécie de máquina de Abc”. As fontes revelaram a precariedade das escolas, e a insatisfação dos professores com a falta de mobílias e de materiais essenciais ao cumprimento de suas funções.

A reflexão ocorreu considerando o contexto de produção do Manifesto, assim como aos destinatários do mesmo, o que motivou a análise das ações dos professores no período anterior e posterior à publicação desse documento, já que essas formas de agir podem ser consideradas como uma representação de luta, das resistências, da participação desses sujeitos no processo de profissionalização docente. Logo, buscou-se pensar: quem eram os professores que o Manifesto ambicionava que se unissem? Que sujeitos eram esses? Na procura de responder essa questão, mergulhou-se na documentação, demonstrando que os professores se queixavam das suas condições e que solicitavam auxílio aos órgãos públicos. Além disso, percebeu-se que a instrução pública era também requerida pela própria população.

O estudo revelou diferentes meios utilizados pelos professores para manifestar-se, requerer, solicitar e pedir algo, o que pode ser considerado como estratégias. Acredita-se que a partir de suas experiências, os professores incorporaram mecanismos para conseguirem o que almejavam. Neste sentido, as queixas, pedidos e críticas representadas nos requerimentos, assim como nos jornais, demonstram as formas de atuar desses professores, condicionados pelas suas possibilidades, suas relações e suas condições materiais, fatores que definiriam os limites e os tipos de ações de cada um.

Percebeu-se que as queixas geralmente eram encaminhadas a partir dos jornais, o que possibilitava uma maior circulação, sendo este, um fator que cumpria a função de "coagir" o agente público, ou seja, a queixa a partir da imprensa pode ser entendida como uma denúncia. Em outro sentido, encontram-se os requerimentos, que também poderiam conter uma queixa, um reclame ou uma solicitação. Portanto, essas experiências aqui inferidas, podem ter levado a configuração encontrada na documentação. As queixas eram feitas em público, geralmente pelos jornais, já os pedidos, eram encaminhados em forma de requerimento, não possuindo a publicização característica da imprensa.

O Manifesto pode ser entendido como uma reação dos professores às condições que enfrentavam na época, demonstrando uma consciência por parte dos mesmos e a formação do que denomina de "simpatia de classe", constituindo uma etapa importante no processo de formação de um reconhecimento de categoria. Ao mesmo tempo, revela o lugar que os professores ocupavam na cidade, contribuindo para uma reflexão em torno da própria profissionalização docente, por exemplo, o modo como os professores viam a si mesmos e a sua função, assim como, o modo como a própria população os via.

Conforme foi analisado, o Manifesto, assim como outras notícias de jornais, abaixo-assinados, relatórios, expressam a participação dos professores mineiros em diferentes momentos da História da Educação. As ações e reações dos/ sobre os professores, observadas em diferentes documentos, indicam o papel e a representação desses interlocutores nos diferentes espaços.

Os resultados apresentados neste estudo refletem os caminhos escolhidos, a partir de uma determinada perspectiva, em diálogo com um conjunto de autores. Neste sentido, existem outras possibilidades de análise que não foram contempladas neste trabalho. Assim como, algumas questões podem não ter sido aprofundadas de maneira satisfatória; enfim, como todo trabalho, este também apresenta seus limites e deficiências. Ao mesmo tempo, aponta para novos caminhos, servindo de incentivador para novas buscas e novos olhares.

Como apontado na introdução deste trabalho, a reflexão em torno do processo de profissionalização docente iniciou-se ainda na graduação, onde se trabalhou na monografia com a associação "União do Magistério Mineiro", fundada em 1906. Considerou-se a associação, naquele momento, como uma das etapas do processo de profissionalização docente, termo também utilizado por Antônio Nóvoa.

No entanto, na pesquisa aqui proposta, percebeu-se que as relações dos professores, suas ações, reações, não ocorreram de forma sequencial e cronológicas, o que torna complexo sua definição em etapas. Neste sentido, o Manifesto "Ao Professorado de Minas" elucida um movimento que representa um indício de organização dos professores, assim como é representante de uma forma de agir dos professores que antecede a criação das associações, mas, não se torna menos importante do que ela.

Portanto, o estudo que aqui se apresentou, aponta um caminho de análise, ou seja, ajuda a pensar nas relações dos professores em outros locais, levando em consideração o movimento dos docentes, suas formas de agir, o que se aproxima também com a perspectiva utilizada pelo historiador inglês E.P. Thompson, na medida em que se esboçou na construção dos três capítulos o processo da profissionalização docente entendendo as ações dos professores como um fazer-se da categoria. Ou seja, ao atuar, agir, manifestar, os professores também estavam se constituindo enquanto categoria. Nesta acepção, este estudo vai além da análise do entendimento do processo enquanto etapas, ele considera as próprias ações, em diversas formas, como constituintes de um processo de conscientização dos docentes enquanto um grupo, uma categoria.

Chega-se ao fim deste trabalho com a perspectiva de que a constituição da profissão docente é um processo continuo e que o fazer-se da categoria se deu a partir das ações dos professores, na relação que eles estabeleceram entre eles e com os órgãos públicos.

Quando li pela primeira vez o texto do Manifesto, pensei no quanto algumas questões ali expostas ainda são atuais. A frase "espinhosa e difícil é a nossa tarefa" escrita há mais de cem anos, talvez ainda represente o sentimento dos professores mineiros em relação à sua profissão, tendo como indício a greve dos professores da rede estadual de Minas Gerais, ocorrida em 2011. Foram cento e doze dias de greve, a maior paralisação da história docente mineira. As palavras dos signatários em 1900 que diziam "só por meio das resistências é que muitas vezes se podem evitar grandes males" parecem ter ecoado aos ouvidos dos professores depois de tantos anos.

As discussões apresentadas neste estudo possuem uma dimensão bastante atual. É necessário deixar registrado, como também uma forma de manifestação, que durante a

realização do presente trabalho, vivenciei, enquanto sujeito do meu tempo, dois momentos importantes na luta dos professores. O primeiro, já citado anteriormente, significou 112 dias de paralisação dos professores da rede estadual de Minas Gerais. O outro movimento, que se encontra em andamento enquanto escrevo essas linhas finais, refere-se à paralisação dos professores de quase todas as universidades federais brasileiras.

Considerou-se nesse estudo as formas de agir dos professores, de participar, de reivindicar, como sendo também uma forma de se manifestarem, a exemplo do envio de requerimentos aos inspetores escolares, à Câmara Municipal ou a qualquer outro agente responsável pela instrução pública.

Apesar de o estudo proporcionar um diálogo com o tempo presente, não há afirmação acerca da ideia de que os professores analisados atuaram com expectativas de mudarem a história e ser referência para outros tempos. Seus manifestos, suas reações, suas lutas podem sim servir de incentivo para novos protestos, embora, o trabalho tenha mostrado que essas ações objetivavam modificar uma realidade posta e enfrentada pelos mesmos. Partindo desse pressuposto, é possível e relevante traçar uma relação entre o movimento dos professores destacados com os movimentos dos professores atuais, que também agem, manifestam, requerem e almejam que suas vozes sejam ouvidas, para “serem fortes”, afinal, a luta continua!

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE COMÉRCIO DE JUIZ DE FORA. 50: 1891-1941. Juiz de Fora. Tip. "Lar Católico", 1941.102 p. JF-po/AC5Fa/[1941]/

ALMEIDA, Cíntia Borges de. *Entre a 'tiramnya cruel' e a 'pedra fundamental'.* A obrigatoriedade do ensino primário como uma técnica de governo em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

ARAÚJO, Lenilson da Silva. *Vozes que não se calam:* a experiência de cidadania na primeira República. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2007.

BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Maria Timpone Pereira.(orgs.) *Machado Sobrinho, notícias da imprensa sobre a academia mineira de letras.* Juiz de Fora. Funalfa, 2009.

BASTOS, Maria Helena Câmara. As Revistas Pedagógicas e a atualização do Professor: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951 – 1992). In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.) *Educação em Revista:* a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, Angélica. *Ordem no ensino*: a organização da inspeção de professores na Corte (1854-1865). 30ª Reunião da ANPEd, 2007.

BORGES, Angélica. *"Nem tudo que luz é ouro"*: representações docentes em relatórios de uma viagem à Europa (1890-1892). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 4. Goiânia: SBHE/UCG, 2006.

BOURDIEU, P. A Ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

BRAGA, Virna Ligia Fernandes. *Entre a Honra e o Mercado: análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934-1964).* Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2006.

CAMPOS, José Carlos Peixoto. *A reivindicação por escola pública na Corte Imperial: requerimentos e abaixo-assinados como instrumento de luta por Instrução Pública.* In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, Goiânia: PUC, 2006.

CANDIÁ, Milena A. de Almeida. *O Artífice do Consenso: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907/1930).* Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007.

CANDIÁ, Milena A. *O Processo de Criação do Grupo Mariano Procópio na Imprensa de Juiz de Fora: Projetos em Disputa (1908-1910)*. In: IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasi*l. 2.ed.São Paulo, SP: Contexto/EDUSP, 1994.

CATANI, Denice Barbara. *Educadores à meia luz: um estudo sobre a revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo.* Bragança Paulista: EDUSF, 2003. Estudos CDAPH. Série Historiografia.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAMON, Carla; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O olhar comparativo: Estevão de Oliveira e os grupos escolares em Minas, no Rio e em São Paulo. *Revista Brasileira de História da Educação,* 2010, n.22, p.17-42.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa:Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira, *A "Europa dos pobres"*: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira. Juiz de Fora – EDUFJF, 1994, p. 160.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. *Patrimônio e Memória*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 p. 53-70.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Rastros de leituras: um estudo no acervo de livros do Museu da Escola Catarinense (décadas de 20 a 60 do século XX). *Educação,* Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 18-27, jan./abr. 2012.

DIAS, Sabrina Moura. O público e o privado na escolarização primária municipal em Juiz de Fora (1899- 1907). *Educação em Foco*. Juiz de Fora, Edição Especial, 2008 p.177-195.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro - 1909/1934.*Educ. Rev.*, Jun 1991, no.13, p.37-46.

_____; VAGO, Tarcísio Mauro Vago. A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de, PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs.). *Lições de Minas*: 70 anos da Secretaria da Educação, 2000.

_____. *Dos pardieiros aos palácios.* Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M. Na relação escola-família, a criança como educadora: um olhar sobre a escola nova em Minas Gerais. In: GONDRA, J. (Org.) *História, Infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002. p.81-93.

FARIA, Luciano e LOPES, Eliane. (Org.) *500 Anos de Educação no Brasil*.2º ed. BH: Autêntica, 2004.

_____; BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e cultura: contribuições de E.P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo sem Fronteiras*, jan./jun.2009, v.9, n.1, p.10-24.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível. O negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação,* n.13, jan./abr. 2007.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo: USP, 2007.

_____; SALES, Zeli Efigênia Santos de. Escolarização da infância Brasileira: a contribuição do Bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. p.21-44 In: FARIA FILHO, L.M. de; INÁCIO, Marcilaine Soares (orgs.). *Políticos, Literatos, Professoras, Intelectuais*: o debate público sobre educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FORTES, Alexandre. O direito na obra de E.P. Thompson. *História Social.* Campinas: SP, 1995, n. 2, p. 89-111.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *O Município e a educação em Minas Gerais: a implementação da Instrução Pública no início do Período Republicano.* In: Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 4; Juiz de Fora: UFJF 2007.

GONDRA, José G. & LEMOS, Daniel C.A. A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. *Revista Rio de Janeiro,* maio/dez.2004, n. 13-14.

_____; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Org.). *Viagens Pedagógicas.* São Paulo: Cortez, 2007.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. *In*: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GONTIJO, Rebeca. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOIHET, R.;BICALHO, M.; GOUVÊA, M. *Culturas Políticas:* ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2005, p. 259-284.

HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. 3ed. Martins Editora, 2001.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. *A configuração de um novo modelo escolar em Minas Gerais com a Reforma educacional de 1906*. In: III Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais.São João Del Rey: UFSJ, 2005.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. A instiuição da inspetoria técnica no âmbito do porjeto de modernização da educação implementado com a reforma de 1906 em Minas Gerais: estratégia de modelização do ensino. *Revista HISTEDBR On-line*, dez.2011, n.44, p. 107-130.

KAPPEL,Marília Neto.*O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908).* Dissertação (Mestrado em Educação), São João del-Rei:UFSJ, 2010.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Marcas da história social no discurso de um sujeito. *Cadernos Cedes*, abr.2000, ano XX, n.50.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora Unicamp: Campinas, 1990.

LEMOS, Daniel Cavalcanti Albuquerque. *Manifestantes na Educação do Século XIX: o manifesto de julho de 1871*. In: 27ª Reunião anual da Anped, 2004, Caxambu – MG. Sociedade, Democracia e Educação: Qual Universidade?, 2004.v.1.

_____. *O discurso da Ordem:* a constituição do campo docente na Corte Imperial. Dissertação (Mestrado em Educação), Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

LÊNIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo: Editora Unesp, 1992.
p.133-162.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

_____. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMEIRA, Aline de Morais. *O comércio da instrução no século XIX*: Colégios particulares, propagandas e subvenções públicas. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

LUGLI, Rosário Silvana G. *Associação de Professores Primários de Minas Gerais: representações da profissão docente entre a modernidade e a tradição.* In: Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2; Uberlândia: UFU, 2003.

MAGALDI, Ana Maria. GONDRA, José G. (orgs.) *A reorganização do campo educacional no Brasil: manifestação, manifestos e manifestantes.* Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1984.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Baú de Memórias, bastidores de histórias*: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. O carteiro e o educador: práticas políticas na escrita epistolar. SBHE – *Revista Brasileira de História de Educação,* julho/dezembro de 2005.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as Províncias (1834-1889).* Companhia Editora Nacional, 1940, v.3. Coleção Brasiliana.

MORAES FILHO, Evaristo de (org). *Sociologia*. Tradução de Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática, 1983.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930).* Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras negras na Primeira República. *Cadernos Penesb*, Niterói: Intertexto, 1999.

_____. *As construtoras da nação*: professoras primárias na primeira República. Niterói: Intertexto, 1999.

_____. *A Cor da escola*: imagens da primeira república. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2008.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Mineiras Trabalhando em Silêncio: subjetividade e experiência no "fazer-se" das professoras de Minas no século XIX. *Pró-posições*, Campinas, v. 9, n.1, mar.1998.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Do Mestre Escola à Professora: saberes e práticas docentes em seu processo de profissionalização – 1872/1906.* In: Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2; Uberlândia: UFU, 2003.

NEVES, Lúcia M. B. P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs.) *História e imprensa*: representações culturais e Práticas de Poder. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, FAPERJ, 2006.

NÓVOA, Antônio A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório Português .Colaboração de Filomena Bandeira, João Carlos Paulo e Vera Teixeira. In: CATANI, Denice Barbara e BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.) *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação.* São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

_____. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, 1991, n. 4, p.109-139.

_____. Profissão professor. NÓVOA, A. (Org.). *Profissão professor*. 2.ed. Porto: Porto Editora, 1995.

NUNES, Clarice. História da Educação: espaço do desejo. *Em Aberto,* Brasília: INEP, Vol. 9, nº 47, julho/setembro 1990, p. 37-45.

OLIVEIRA, Almir de. *A imprensa em Juiz de Fora.* Imprensa Universitária: Juiz de Fora, 1981.

OLIVEIRA, Eliana. *O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais (1871-1911)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Estevam. *Reforma do ensino publico primário e normal em Minas*. Relatório apresentado ao secretário do Interior. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902.

OLIVEIRA, Paloma Rezende de. *Criança: "futuro da nação", "célula do vício" – Políticas de assistência à infância em Juiz de Fora/MG na transição Império/República.* Juiz de Fora-UFJF: Dissertação de mestrado, 2009.

PASSOS, Mauro. *Magistério: profissão esperança?* In: Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 3; São João Del Rey: UFSJ, 2005.

PINTO, Jefferson de Almeida. *Controle Social e Pobreza.* Juiz de Fora: Editar, 2008, p. 132.

RANGEL, José. *Como o tempo passa...* Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1940.

RIBEIRO, Marília Andrés. Modernismo e Vanguarda: os olhares artísticos de Minas. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, 1996, vol. 2, n 1, p. 87-97.

ROCHA, M. B. M. da. Escolaridade pública em Juiz de Fora e o projeto educacional mineiro na transição Império/República. In:YASBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos B.M. da. (Orgs.*) Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa***.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

ROSA, Flávio Galone da . Um olhar sobre a República: o clube republicano de Juiz de Fora frente ao Regime Monárquico (1888-1889). In: SANTOS, Cláudia R. Andrade dos; MOURA, Ana Maria da Silva; MONTEIRO, Cláudio *et al.* (Orgs.). *Estudos.* Curitiba: Laboratório de Estudos de História Política, 2006, v. 1, p. 63-76.

ROSA, Walquíria de Miranda. *Instrução Pública e Profissão Docente em Minas Gerais (1825 – 1852).* Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2001.

GONÇALVES E SILVA, P. B.; SILVÉRIO, V. R. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação:* uma escola para meninos pretos e Pardos na Corte. Brasília: Editora Plano, 2000.

SCHELBER, Analete Regina e ARAÚJO, José Carlos de Souza (Orgs.). *História da educação pela imprensa*. Campinas, SP : Editora Alínea, 2007.

SCHUELER, Alessandra Frota M. *Educar e instruir*: a instrução pública na Corte Imperial (1870-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

SCHUELER, Alessandra Frota M. Professores Primários Como Intelectuais da Cidade: um estudo sobre a produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889*). Revista de Educação Pública*. Universidade Federal do Mato Grosso, n. 17, 2008.

_____. Representações da docência na imprensa pedagógica da Corte imperial (1870- 1889): o exemplo da instrução pública. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.3, p.379-390, set./dez.2005.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 39-62.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA**,** Ilíada Pires da. *A associação beneficente do professorado público do Estado de São Paulo e a construção de uma identidade sócio profissional docente 1901 – 1910.* Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Marcelo Gomes da. *União do Magistério Mineiro:* a hora e a vez do professor: a organização dos professores mineiros do século XX. In: Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 5; Montes Claros: Unimontes, 2009.

_____. *Os discursos nos regulamentos*: discussões e adaptações às políticas públicas para a instrução primária no Brasil n século XIX. In: Encontro Regional de História ANPUH-MG, XVI; Belo Horizonte, 2008.

SIMMEL, G. (1983). Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal. In: FILHO, E. M. (Org.), *Simmel.* Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, R. (Org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231-269.

SOUZA, Cristiane Oliveira de; ALMEIDA, Cíntia Borges de. *Grupo escolar:* uma análise a partir da concepção de Estevam de Oliveira. In: V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais. Montes Claros, 2009.

SUBIRATS, E. *Da Vanguarda ao Pós-moderno*. São Paulo: Nobel, 1984.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa:* a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.

_____.Experiência e educação. In: *Os Românticos.* A Inglaterra na Era Revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Costumes em Comum.* São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TUMA, Magda Tuma. *Da escrita de intenções aos discursos sobre o processo histórico:* o caso da História da Educação como disciplina e campo de pesquisa no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina. IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no séc. XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves & SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. (orgs.). *A memória e a sombra* – a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte. Autêntica, 1999.

_____. FONSECA, Thaís (Orgs.). *Historiografia e história da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, jan./jun. 2005, n.9.

_____.*Cultura escrita e educação: representações de criança e imaginário de infância*, Brasil, século XIX. Belo Horizonte, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, abr.2010, v. 26, n. 1, p. 263-286.

VELOSO, Geisa Magela. *Inspeção escolar e as estratégias de demarcação de espaço de poder e autonomia profissional - 1912-1914*. In: V Congresso de Ensino e Pesquisa em História da Educação de Minas Gerais. Montes Claros, 2009, p. 1-21.

VIANNA, Cláudia. *Os nós dos nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*. Xamã, 1999

VICENTINI, Paula Perin e LUGLI, Rosário Genta. *História da profissão docente no brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009

VILLELA, H. O. S. Imprensa pedagógica e constituição da profissão docente no século XIX: alguns embates. In: GONDRA, José. (Org.). Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República. 1a. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001, v. , p. 97-108

_____. O mestre-escola e a professora. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de;VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.94-133.

_____. *Da Palmatória à Lanterna Mágica*: a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

XAVIER, M. C. (Org.). *Manifesto dos pioneiros da educação*: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

YASBECK, Dalva Carolina & ROCHA, Marlos B.M. da. (orgs.*) Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa***.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

_____. *O público e privado como representação social da Educação no início da República*. In: III Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. São João Del Rey: UFSJ, 2005.

_____; KAPPEL, Marília Neto. *A Câmara Municipal e o preparo de Professores:* O silêncio da "Atenas de Minas" (1892 -1906). In: V Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Montes Claros: Unimontes, 2009.

_____; KAPPEL, Marília Neto. *Imprensa e Educação:* Concepção e trajetória do primeiro ano de funcionamento dos Grupos Escolares de Juiz de Fora, através das páginas dos jornais locais. In: IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

XAVIER, Libânia Nacif. *A educação no debate intelectual dos anos 50/60*. I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000.

_____. O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. *Educação*, v.30, n.2. 2005.

_____. Ação coletiva, oportunidade política e identidade docente nos jogos de poder: um ensaio a partir dos movimentos docentes brasileiros e português. In.:ROSSO, Sadi Dal (org). *Associativismo e sindicalismo em educação*: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, p.191-208.

FONTES

BIBLIOTECA MUNICIPAL MURILO MENDES – SETOR DE MEMÓRIA:
JORNAIS:
- CORREIO DE MINAS – 1897 a 1920
- DIÁRIO DA TARDE I – 1894
- DIÁRIO DA TARDE II – 1899
- GAZETA DA TARDE - 1889
- JORNAL DO COMMERCIO - 1896 a 1916
- MINAS GERAIS – 1906

ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA:
- Fundo: Câmara Municipal na República Velha/IV Instrução Pública

SÉRIE 153 - Correspondência de Diretores e Inspetores com o Presidente da Câmara 1894 – 1929
SÉRIE 154 – Correspondências de professores
SÉRIE 155 – Documentos referentes a exames escolares
SÉRIE 157 – Relatórios referentes a instrução pública 1900-1915
SÉRIE 158 - Correspondências diversas- 1891 – 1930
SÉRIE 159 – Documentos diversos – 1892 – 1927

II- Orgãos do Governo Estadual.

SÉRIE 16- Correspondência entre a Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais e a Câmara Municipal de JF. 1892-1927.
SÉRIE 17 – Correspondência entre a Secretaria Geral de Instrução Pública da Província de Minas Gerais e a Camara Municipal de Juiz de Fora. 1891-1892

VII – Serviços Públicos

SÉRIE 114 – Instrução Pública 1891-1930

- Fundo Câmara Municipal no Império

SÉRIE 071 – Documentos referentes à instrução Pública 1854-1889

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

- Fundo Secretaria do Interior – Série Instrução Pública

Leis e Decretos
SI 680 - Correspondência recebida pela Secretaria do Interior sobre Inspeção de Ensino 1ª a 10ª circunscrição. 1896
SI 663. Correspondência recebida pelo secretário do Interior sobre Inspeção de Ensino.

SI 871. Secretaria do Interior. 1890/1915.
SI 831. Secretaria do Interior. 1892/1893
SI 2756. Inspeção de Ensino 1ª a 5ª circunscrição. 1901.
SI 2829. Grupos Escolares. 1907
SI 768. Correspondência da Secretaria do Interior referente a Instrução Pública.1895.
SI 747. Papeis findos da Secretaria do Interior sobre Instrução Pública. 1897.
SI 2746 Inspeção de ensino

ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

- INVENTÁRIO PROFESSOR RAYMUNDO TAVARES
Inventário 1942 cx. 249/60º proc.
ID- 5132 cx 4813 1942.

- ACADEMIA DE COMÉRCIO DE JUIZ DE FORA. 50: 1891-1941. Juiz de Fora. Tip. "Lar Católico", 1941.102 p. JF-po/AC5Fa/[1941]/ - ver foto

-OLIVEIRA, Estevam. Pela República: coleção de artigos publicados nos editoriais do "Correio de Minas" no correr do ano de 1895. Juiz de Fora: S.C., 1896.98 p. JF/OLip/1896

ANEXO A Manifesto "Ao professorado de Minas"

AO PROFESSORADO DE MINAS

Espinhosa e difícil é nossa tarefa, porém, a grande confiança que temos em nossos irmãos de luta nos impele, nos arrasta à conquista das ameias em que deve tremular erguido o lábaro de nossa cruzada.

Não nos inspira a vaidade, mas a simpatia de classe, o espírito de coesão que devemos manter para a defensiva de nossa existência, de nosso valor. Até hoje somos uns torturados: o mito helênico, tão rico na concretização, certo ignorava o que pudera ser o nosso. O ladrão do fogo celeste, o Ugolino da tragédia dandesca, as vitimas do cilicio e das labaredas da Inquisição, nunca experimentaram tão longa e dura agonia, como essa que nos vem de muito antes de Sócrates, que andou errante pregando às turbas e morreu estoicamente bebendo a taça de letífera cicuta.

A tortura, mais que a felicidade, atrai as energias, gemina os seres, enlaça os corações.

Unamo-nos! O professor, o mestre-escola, como, por irônica antonomásia, o cognomisia a plebe, não é ainda uma identidade definida, um tipo social: é uma sombra que passa entre os esplendores do século que caminha. Somos uma turma de heróis, desclassificados nas fileiras, diante dos quais o anjo da vitória, passando, desvia o olhar, e vai alastrar de louros o terreno por eles roteado e conquistado. Somos uma força espalhada, perdida no meio social, e que precisa de um aparelho que a aproveite e dirija: esse aparelho é a associação.

Oliveira Bello – a águia da tribuna popular- bem acertadamente disse em sua radiosa conferencia sobre a – Instrução e o Século - : "Si quisemos ser sinceramente livres, realmente prósperos, eficazmente grandes...contemos conosco, com a força latente que o isolamento tem estragado, porém que a união aproveitará.

Arregimentemo-nos ao serviço das causas, associemo-nos para o sucesso dos grandes fins.." A fábula do feixe de varas, que todos lemos em criança, claramente nos explica o poder, a força da associação.

O mundo, na frase de Swift, pertence aos intrépidos.

Unamo-nos!Temos sido, a hora em que empunhamos a pena para traçar os prondomos, ao menos de nossa emancipação, de nossa maior idade, uma espécie de maquina de Abc de 2 vezes 1, sem vontade autônoma, sem genealogia, sem mérito. Não legislamos para nós: são os

eleitos nas urnas, quase nunca experimentados nos combates pedagógicos, na clinica das enfermidades intelectuais, os nossos oráculos, os nossos diretores: daí as danças cabalísticas, as espécie de luta pela existência, dos parágrafos e dos artigos dos regulamentos de instrução.

Todas as classes, neste século, se têm arregimentado e unido, em benefício de seus membros, em prol de seus direitos; entretanto nós, os operários do espírito, a leva de honra dos sapadores, dos roteiros do futuro moral e intelectual da Pátria, estamos ainda, como sentinelas perdidas, sujeitos às emboscadas da miséria e da morte- sem direito ao pão,- que devemos aos filhos, sem direito ao teto que devemos à família. Caminheiros sem rumo, para traz só temos o passado, a que não pode voltar senão pelo olhar da imaginação ensopado de lagrimas de saudade: para a frente, o deserto sem rota, porque imenso e nebuloso: que fazermos? A esta interrogativa somente estas palavras respondem: Unamo-nos!

A locomotiva e o telegrafo, elementos democráticos, ambos filhos do calor, que é a vida, são laços confraternizadores; mas, além destes, outra há, a que o mundo tudo deve – estafeta do espírito dos séculos- cosmopolita que não conhece fronteiras – a imprensa, que, na frase de Alves Mendes – o verbo do púlpito católico português- é a maior de todas as maravilhas humanas.

É por ela que falaremos, que soltaremos os gritos de nossa indignação, de nossa cólera e de nossa repulsa contra os que nos apedrejarem e oprimirem! Por ela cobriremos de bênçãos todos quantos, com justiça e valor, ampararem os direitos, as regalias a que, equitativamente, temos jus.

Unamo-nos, e seremos fortes!

Felizmente alguma coisa, cremos, se está operando com relação ao ensino público: há um rumor, longínquo embora, denunciado a aproximação de um movimento qualquer.

Seja o que for, apercebamo-nos para o encontro. A bala que mata pelo peito honra, a que mata pela costas, mosqueia o cadáver de lama: a primeira prolonga a existência, a segunda mata o que era imortal.

Tenhamos a perseverança de um Diógenes que assim respondeu a Anthisthenes, quando este, o não querendo, para discípulo, lançou mão do “argmentum baculinum”, da lógica de Sganarelli: dá, gritou o filósofo cínico, mas fica sabendo que não há pão tão duro que seja capaz de abater a minha perseverança!

“Não esperemos tudo da interferência do poder; este pais jovem, que sente a onda do sangue americano bater-lhe nas largas veias e as aspirações vivazes da mocidade incender-lhe o espírito; este pais que veslumbra no horizonte de seu futuro, com o olhar lucido de uma esperança inextinguível, dias de grandeza imortal; não deve e nem pode deixar pender essa

fronte, que uma fé ardente escalda e levanta, inertes esses braços que o viço da juventude alenta e agita, e repousar dormente ao seio do governo, como o árabe à crença enervadora da fatalidade": eis o que disse Oliveira Bello em relação ao pais, e nós o aplicamos em relação à nossa classe.

Unamo-nos! De nada valem esforços, dedicações, energias isoladas: mangram como sementes em terreno sáfaro. Agrippa salvou Roma no senado, mostrando, preconizando, em seu patriótico e ardente discurso, o valor, os milagres até de que são capazes os elementos associados. "Só por meio da resistência é que muitas vezes se podem evitar grandes males, combatendo-os, e não desperdiçando o tempo com lamentações".

Temos o livro, a pena, a palavra, e a maior de todas as forças – a justiça -, a mais cortante, a mais fulgorosa de todas as armas – a imprensa-.

Alea jacta est!

J. PAIXÃO
RAYMUNDO TAVARES
FELICISSIMO MENDES RIBEIRO
FRANCISCO PAIXÃO

ANEXO B Crítica ao Manifesto "Ao Professorado de Minas"

O MANIFESTO PROFESSORAL

Quatro distintos e conhecidos professores desta cidade- J.Paixão, Raymundo Tavares, Felicíssimo Mendes Ribeiro e Francisco Paixão – dirigiram, há dias, um manifesto ao professorado mineiro, no sentido de congregar essa importante classe social, para o fim de se melhorarem as suas condições.

A leitura atenta dessa peça deixou em meu espírito a impressão de que aqueles esforçados e bem intencionados preceptores da mocidade e da infância ainda são demasiado ingênuos, ainda estão no mundo da lua...

Falaram em Dante, falaram em Sócrates, no mito helênico, em Ugolino, em Alves Mendes, na Inquisição, em Oliveira Bello, na Patria, em Dyogenes, e, sobretudo, na Imprensa. Mas esqueceram-se de tocar no principal: no indiferentismo público. Deviam ter apelado para a condescendência, para a misericórdia desse cidadão, que é o fator essencial do atrofiamento de todas as tentativas boas.

Só aqui em Juiz de Fora, quantos delitos não tem praticado esse ilustre Poderoso? Neste momento, apenas me recordo dos seguintes: a morte da Academia de Commercio, do sr. Baptista de Oliveira; a morte da Alfandega, do sr. Gustavo Penna; a morte, em o nascedouro, da Exposição, do sr. Padre João de Castro; a morte, por estrangulamento, da Confraria Literária, de alguns srs. Literatos; a morte, por asfixia, da Associação Comercial, de alguns srs. negociantes; a morte, por acidente imprevisto, da Faculdade Medica; e... muitos outros males, que quase todos são obra desse sr. Indiferentismo.

Apesar da tenacidade do dr. Eduardo de Menezes e do sr. João Massena, eu não serei quem espere ver realizar seus humanitários fins a – liga contra a tuberculose. Também não antevejo bom futuro ao Liceu salesiano, e muito menos ao Corpo de bombeiros voluntários, do sr. Pinheiro Machado.

É, porém, difícil encontrar-se um meio de matar esse terrível Indiferentismo, que tantas mortes há feito! E os srs. professores, não o tentando, fizeram bem, porque seria talvez uma tentativa inútil.

Quantas pessoas leram o aludido manifesto? Juro em como nem vinte. Quantos jornais o transcreveram, apesar do pedido de transcrição? Nem um, sequer, dele deu notícia. E os signatários desse documento ainda apelam para a Imprensa!...

Foi anunciada que, amanhã, se efetuará a primeira reunião, na escola normal, para tratar dos interesses da classe. “São convidados a comparecer- informa a notícia- os representantes da Imprensa, os professores da cidade e de fora, bem como as exmas famílias e os cavalheiros não indiferentes às boas causas”. Veremos que ninguém lá comparece, a não serem os quatro professores e um ou outro curioso. Tomara entretanto, esteja eu profetizando errado. Mas, infelizmente, parece-me que não. Em todo caso...

Porque me expresse assim, de modo tão pessimista, não descoroçoem os dignos srs. professores. Pode ser que ainda consigam alguma coisa de favorável à sua nobre classe, uma das mais precisadas e merecedoras de proteção.

Que, pois, as minhas palavras de mau agouro as leve o vento, e o professorado mineiro se reerga altivo do abatimento, em que ora se acha, tanto mais quanto já o governo atual do nosso estado patrioticamente tem vindo em auxílio desse reerguimento, que é, aliás, uma necessidade imperiosa, imprescindível.

Augusto Franco